

desenvolvimento

ipea

Exemplar do Assinante

A economia está se reprimarizando?

Estudo do Ipea aponta mudança do perfil da pauta de exportações. Entre 2007 e 2010, *commodities* avançaram de 41% para 51% no total de produtos vendidos pelo Brasil ao exterior. Sobrevalorização cambial é uma das causas

Entrevista

Ermínia Maricato

sem se tocar na propriedade da terra, cidades se tornarão inviáveis

Inflação

As múltiplas causas de um fenômeno polêmico e as várias formas de combatê-lo

Venezuela

Missão do Ipea articula iniciativas visando integração e cooperação regional

Governo Federal
Secretaria de Assuntos Estratégicos
da Presidência da República
MINISTRO Wellington Moreira Franco

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

PRESIDENTE Marcio Pochmann

<http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

desafios do desenvolvimento

www.desafios.ipea.gov.br

DIRETOR-GERAL Daniel Castro

CONSELHO EDITORIAL André Gustavo de Miranda Pineli Alves,
Antonio Semeraro Rito Cardoso, Daniel Gonçalves Oliveira, Fernanda Cristine
Carneiro, Guilherme Dias, João Cláudio Garcia,
Jorge Abrahão de Castro, José Aparecido Carlos Ribeiro,
José Carlos dos Santos, Júnia Cristina Perez Conceição, Luciana Acioly da Silva,
Márcio Bruno Ribeiro, Maria da Piedade Moraes, Marina Nery, Mirlene Bezerra,
Murilo José de Souza Pires, Pedro Cavalcanti Ferreira, Pêrsio Marco Antônio
Davison

Redação

EDITOR-CHEFE Gilberto Maringoni
EDITORA DE ARTE Ana Caroline de Bassi Padilha
EDITOR DE ARTE/FINALIZAÇÃO Diogo Félix
BRASÍLIA Cora Dias
JORNALISTA RESPONSÁVEL Gilberto Maringoni
FOTOGRAFIA Sidney Murrieta
FOTOGRAFIA DA CAPA Rafael Martins/Secom

Colaboração

George da Guia

Cartas para a redação

SBS Quadra 01, Bloco J, Edifício BNDES, sala 1517
CEP 70076-900 - Brasília, DF
desafios@ipea.gov.br

Impressão

Gráfica Art Printer

AS OPINIÕES EMITIDAS NESTA PUBLICAÇÃO SÃO DE EXCLUSIVA E
DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES, NÃO EXPRESSANDO,
NECESSARIAMENTE, O PONTO DE VISTA DO INSTITUTO DE PESQUISA
ECONÔMICA APLICADA (Ipea).

É PERMITIDA A REPRODUÇÃO DA REVISTA,
DESDE QUE CITADA A FONTE.

DESAFIOS (ISSN 1806-9363) É UMA PUBLICAÇÃO DO Ipea
PRODUZIDA PELA VIRTUAL PUBLICIDADE LTDA.

virtualPublicidade

virtual publicidade ltda
Rua Desembargador Westphalen, 868, Curitiba-PR
Cep. 80820-100 - Fone: (41) 3018-9695
e-mail: virtualpublicidade@virtusp.com.br

Carta ao leitor

Esta edição de *Desenvolvimento* tem como matéria de capa a mudança do perfil da pauta de exportações brasileiras. Baseada em pesquisa do Ipea e ouvindo a opinião de acadêmicos e lideranças sindicais e empresariais, a jornalista Maria Inês Nassif mostra que “Entre 2007 e 2010, a participação das *commodities* primárias na pauta de exportações brasileiras saltou dez pontos percentuais, de 41% para 51%”. Os dados são de estudo dos pesquisadores Fernanda De Negri e Gustavo Varela Alvarenga, publicado no número 13 do boletim *Radar*, do Instituto.

O comércio exterior liga-se a outro tema que tem ocupado o debate econômico. Trata-se da inflação. A ameaça de descontrole é real ou trata-se de fenômeno localizado com causas mais externas do que internas? André Barrocal busca situar a questão nas orientações de governo e nas diversas visões sobre o tema. E Paulo Kliass dá conta da multiplicidade de indicadores utilizados para medir a variação de preços.

Um dos vilões para o consumidor brasileiro tem sido o preço dos alimentos, objeto constante de remarcações em feiras e supermercados. A repórter Verena Glass esteve no Pará, no Paraná, em Brasília e em São Paulo para verificar a produtividade do setor que mais oferta produtos para a mesa do brasileiro, a agricultura familiar. Ao confrontar dados e experiências de agricultores, Verena oferece um painel sobre as principais características do setor.

O repórter Mercel Gomes, por sua vez, mergulhou na pesquisa *Situação atual das trabalhadoras domésticas no país*, realizado pelo Ipea e foi atrás do depoimento de trabalhadoras e especialistas. Seu objetivo é explicar porque a oferta de mão de obra da modalidade vem caindo justamente quando o país retoma o caminho do desenvolvimento.

A entrevista desta edição é com a arquiteta e urbanista Ermínia Maricato. Professora da USP e Secretária Executiva do Ministério das Cidades, entre 2002 e 2005, Ermínia é reconhecida internacionalmente como uma das maiores especialistas em problemas urbanos. Ela traça um quadro preocupante em suas análises: “Sem mexer na questão fundiária, não há como fazer reforma urbana em nosso país”.

A edição se completa com um relato da missão do Ipea na Venezuela, por seu responsável, o economista Pedro Barros, com um perfil do intelectual sergipano Manuel Bomfim (1868-1932) e em oito artigos de especialistas em temas vinculados às matérias

Boa Leitura!

Daniel Castro, diretor geral da
revista **Desafios do Desenvolvimento**

desafios do desenvolvimento

Sumário

Pag 14 **Entrevista – Ermínia Maricato**

Sem se tocar na propriedade da terra, nossas cidades se tornarão inviáveis

Pag 24 **Inflação – A trajetória dos preços está em alta ou em queda?**

Oscilações de preços nos últimos meses acendem a luz amarela das autoridades econômicas.

Pag 30 **Inflação – As múltiplas variáveis dos índices de inflação**

Pais teve história longa e tortuosa de convívio com ritmo acelerado de reajustes de preços na economia.

Pag 40 **Exportações – A economia está se reprimarizando?**

Estudo alerta para aumento da presença de produtos primários na pauta de comércio

Pag 52 **Agricultura – Em família**

Agricultura familiar responde por mais da metade do volume de alimentos colocados na mesa do brasileiro

Pag 62 **Trabalho doméstico – Economia aquecida gera escassez**

Sector ainda carece de plena conquista de direitos trabalhistas e sofre com discriminações na hora da contratação

Pag 70 **Venezuela – Missão do Ipea no exterior**

Delegação articula iniciativas visando integração e cooperação regional

Pag 76 **Petróleo – Crise e dilemas**

Pais caribenho enfrenta fortes oscilações econômicas por sua dependência em relação à produção petrolífera

Seções

- 8 **Giro Ipea**
- 12 **Giro**
- 84 **Perfil**
- 88 **Circuito**
- 90 **Estante**
- 94 **Humanizando o desenvolvimento**

Artigos

- Pag 22 **Por uma gestão social, para além da gestão estatal**
Carlos Fernando Galvão
- Pag 38 **Tributos grandes e Estado insuficiente: por quê?**
Ricardo L. C. Amorim
- Pag 39 **Planejar o desenvolvimento: um legado para futuras gerações**
Aristides Monteiro Neto
- Pag 48 **A geopolítica da energia na América Latina**
Igor Fuser
- Pag 49 **Matriz de energia elétrica e a geração nuclear (2010/2030)**
Carlos Alves da Silva C. Neto
- Pag 58 **Miopia das políticas públicas no agronegócio**
José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho
- Pag 59 **Compromissos externos e legislação ambiental**
Ana Paula Moreira da Silva e Gustavo Luedemann
- Pag 68 **Ouvidoria Pública: conhecer para utilizar**
Antonio Semeraro Rito Cardoso
- Pag 81 **O Parlasul como experimento de reforma política**
Antonio Lassance



14



24



62



76

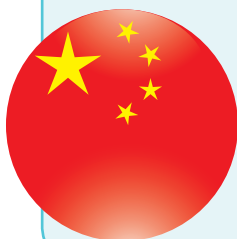
Parceria

Ipea e China firmam cooperação em C&T

O Ipea assinou um acordo de cooperação técnica com o Departamento de Ciência e Tecnologia de Shaanxi, província da República Popular da China. Firmado em maio, na sede do Instituto, em Brasília, o acordo prevê cooperação em áreas de interesse comum.

De acordo com Rodrigo Abdalla, técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea, o acordo vai permitir a intensificação das relações institucionais com a China, além de proporcionar a abertura de novas possibilidades para o desenvolvimento da ciência e tecnologia. Segundo ele, essa província possui grande concentração de indústrias com alto grau de inovação tecnológica. “Vamos, a partir de agora, elaborar um plano de trabalho e divulgá-lo aos pesquisadores que tenham interesse em participar de atividades comuns

aos dois países na área e contribuir para o sucesso deste acordo de cooperação”, disse Abdalla.



Cofecon

Prêmio Brasil de Economia está com as inscrições abertas

Com o objetivo de incentivar a investigação econômica em geral e estimular economistas e estudantes de economia a desenvolverem pesquisas voltadas para o conhecimento da realidade brasileira, o Conselho Federal de Economia (Cofecon) lançou o XVII Prêmio Brasil de Economia, em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

O Ipea apoiará o PBE de 2011 com a concessão de bolsas aos melhores trabalhos em três das cinco categorias. As inscrições estão abertas até o dia 1º de julho. O Prêmio reconhecerá trabalhos acadêmicos em cinco diferentes áreas: monografia de graduação, dissertação de mestrado, tese de doutorado, artigo técnico ou científico e livro de economia. A soma dos prêmios é de R\$ 46 mil. Os trabalhos que concorrerão aos prêmios poderão ser protocolados nos Conselhos Regionais de Economia ou em suas Delegacias até o dia 1º de julho e deverão ter um único autor, exceto nas categorias livro e artigo.

O Ipea concederá aos primeiros colocados nas categorias tese de doutorado, dissertação

de mestrado e monografia de graduação uma bolsa de um ano (sem vínculo empregatício). Os premiados deverão enviar ao Instituto os projetos de pesquisa com os quais venceram o PBE. O prazo de entrega será de até três meses depois da premiação. Além disso, os projetos ainda passarão por aprovação de acordo com as normas de concessão de bolsas do Ipea.

As pesquisas devem focar temas relacionados à Teoria Econômica, Pensamento Econômico Contemporâneo, Economia Brasileira, Economia do Setor Público, Economia Internacional, Economia Agrícola, Economia Socioambiental, Economia Regional e Urbana, Integração Econômica, Economia e Inovações Tecnológicas, temas interdisciplinares e outros relativos à Ciência Econômica. Além disso, os participantes precisam adotar as especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) em seus trabalhos. Mais informações em www.cofecon.org.br.



PREMIAÇÃO

Os valores da premiação em cada categoria do XVII Prêmio Brasil de Economia são:

- **Livro de Economia**
 - 1º lugar: R\$ 10.000,00.
 - 2º lugar: Menção honrosa.
 - 3º lugar: Menção honrosa.
- **Tese de Doutorado**
 - 1º lugar: R\$ 10.000,00 e bolsa de pesquisa no IPEA por um ano.
 - 2º lugar: R\$ 5.000,00.
 - 3º lugar: R\$ 3.000,00.
- **Dissertação de Mestrado**
 - 1º lugar: R\$ 5.000,00 e bolsa de pesquisa no IPEA por um ano.
 - 2º lugar: R\$ 3.000,00.
 - 3º lugar: R\$ 2.000,00.
- **Artigo Técnico ou Artigo Científico**
 - 1º lugar: R\$ 3.000,00.
 - 2º lugar: Menção honrosa.
 - 3º lugar: Menção honrosa.
- **Monografia de Graduação**
 - 1º lugar: R\$ 3.000,00 e bolsa de pesquisa no IPEA por um ano.
 - 2º lugar: R\$ 2.000,00.
 - 3º lugar: Menção honrosa.



Comunicado detalha demografia racial no Brasil



O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (**Ipea**) lançou, em maio, o Comunicado nº 91, *Dinâmica Demográfica das População Negra Brasileira*. Apresentado pela técnica de planejamento e pesquisa Ana Amélia Camarano e pelo secretário-executivo da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Mário Lisboa Theodoro, o estudo faz um comparativo do comportamento demográfico das populações negra e branca.

A análise comprova que em 2010 a população negra superou a de brancos. Além disso, constatou-se que os negros morrem cedo. Cerca de 50% dos óbitos ocorrem por causas externas relacionadas a agressões. Entre os brancos, esse número é de apenas um terço – a maioria das mortes está relacionada a acidentes de trânsito.

A pesquisa também mostra que, de um modo geral, aumentou o número de mulheres como provedoras de família entre 1999 e 2009 – índice esse mais expressivo entre as brancas. Ainda assim, são as negras que estão em maior número entre as que trabalham e se dedicam às atividades domésticas. O estudo completo está disponível no Portal do **Ipea**: www.ipea.gov.br.

Ipea fará chamada para publicações

O **Ipea** vai apoiar a publicação de periódicos científicos brasileiros referentes à área de Ciências Humanas, consolidados e emergentes, a fim de que alcancem excelência nacional e internacional. É a primeira vez que o Instituto fará Chamada Pública com esse objetivo, no âmbito do Subprograma de Apoio a Projetos Especiais (Proesp).

Para tanto, o chefe da Assessoria de Planejamento do **Ipea**, Aristides Monteiro Neto, reuniu-se, em maio, com representantes de instituições brasileiras de pós-graduação – Anpocs, Anped, Anpec, Conpedi, Aba, ABEPSS, SBS, ABCP, Anpur, Abri, Anpuh e Intercom – para definir a forma e os critérios de seleção do edital de incentivo às publicações acadêmicas. Em breve, a chamada pública será divulgada e estará disponível no Portal do Instituto.

Transporte público perde espaço para o individual

Os brasileiros estão trocando o transporte coletivo pelo individual e a tendência deve se intensificar se não houver uma atuação mais forte do Governo Federal. Essa é a conclusão do Comunicado do **Ipea** nº 94, *A mobilidade urbana no Brasil*, lançado em maio, no Rio de Janeiro.

O número de usuários de veículos individuais cresceu 9% ao ano no caso dos carros, e 19%, de motocicletas. O uso do transporte público caiu de 68% para 51% do total de viagens motorizadas. Essas mudanças estruturais tiveram enormes consequências nos gastos dos usuários, no consumo de energia e na piora nos níveis de poluição, no congestionamento e nos acidentes de trânsito.

Apresentada pelo técnico de Planejamento e Pesquisa do **Ipea** Carlos Henrique Carvalho, a pesquisa revelou que os sistemas de mobilidade são ineficientes e pioram as desigualdades

sócio-espaciais. O estudo apontou que mais de 20% da população no Brasil gasta mais de uma hora por dia no trajeto casa-trabalho.

Uma das soluções para desafogar as grandes cidades seria a integração dos transportes, como já ocorre em grandes centros como Rio e São Paulo. E mais: uma melhoria no próprio transporte, que precisa ser atraente para a população trocar o conforto do carro pelo ônibus ou pelo metrô. Uma última estratégia, apontada por Carvalho, seria a criação de subsídios do governo no preço do diesel para as empresas de transporte coletivo, o que provocaria um abatimento no valor da passagem, repassado ao usuário.

Os sistemas de ônibus urbanos e metropolitanos são a modalidade de transporte público predominante no Brasil, operando em 85% dos municípios. O transporte coletivo urbano atende majoritariamente a pessoas de média e



Rafael Cavaliante

baixa renda no país, o que torna o valor da tarifa desses serviços um instrumento importante na formulação de políticas de inclusão social e também na gestão da mobilidade urbana. O estudo completo está disponível no Portal do **Ipea**: www.ipea.gov.br.

SEBRAE

Simples Nacional amplia arrecadação

A arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nos estados totalizou R\$ 6,2 bilhões no ano passado.



O aumento foi de 253% em relação a 2007, quando o Simples Nacional foi implantado. Os 5.565 municípios do país recolheram R\$ 2,5 bilhões em 2010, referentes ao Imposto Sobre Serviços (ISS). Na comparação com 2007, o aumento foi de 365%.

Os números foram divulgados, em maio, pelo Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (Sebrae). Quando entrou em vigor, em 2007, substituindo o antigo Simples Federal, o sistema tinha 1,3 milhão de empreendimentos cadastrados. Essas empresas migraram automaticamente para o novo regime, criado pela Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (Lei Complementar 123/06).

Hoje o Supersimples tem cinco milhões de micro e pequenas empresas cadastradas, das quais 1,1 milhão são de empreendedores individuais. O aumento foi estimulado pela nova lei, que unificou a cobrança de seis tributos federais. Facilitou-se assim a vida contábil das empresas com receita bruta de até R\$ 2,4 milhões por ano, renda máxima para fazer parte do Supersimples.

IOF



Decreto altera cobrança do imposto

O governo federal publicou, em maio, o Decreto 7.487, que altera três procedimentos relativos à cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). O primeiro deles facilita a renegociação de dívidas de crédito rotativo, tanto por pessoas físicas, quanto por pessoas jurídicas.

Dessa forma, o banco só fará a cobrança do imposto no prazo máximo de 365 dias, a partir do momento em que o devedor for considerado inadimplente. Com a mudança, as regras de tributação do IOF do crédito fixo e do crédito rotativo são as mesmas.

Outra alteração é o retorno da cobrança do IOF para aplicações de até trinta dias em renda fixa, consideradas de curto prazo. Desde janeiro de 2011, essa cobrança estava suspensa. Permanecem com alíquota zero, no entanto, debêntures, certificados de recebíveis imobiliários e as letras financeiras.

A última mudança simplifica a cobrança do IOF para pequenas empresas inscritas no Simples Nacional, que têm direito a alíquota de 0,5% ao ano. Não será mais preciso comprovar, em cada operação de crédito, a inscrição nesse regime. A informação deverá ser fornecida apenas na abertura da conta.

Linha branca

Novos padrões de qualidade

Eletrodomésticos em comercialização no Brasil terão de respeitar, a partir do fim deste ano, novos níveis mínimos de eficiência energética. São eles fornos, fogões, aquecedores de água a gás, refrigeradores e congeladores. Os condicionadores de ar deverão se enquadrar em novos níveis máximos de consumo de energia. É o que estabelecem quatro portarias interministeriais assinadas pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel.

O objetivo é aumentar o padrão de qualidade desses equipamentos e informar os consumidores sobre produtos mais econômicos. Fabricantes e importadores terão prazo para se adaptar aos novos padrões.

A data limite para fabricação e importação desses eletrodomésticos que não se



enquadrem nos novos índices é o dia 31 de dezembro de 2011. Segundo a nova legislação, fabricantes e importadores poderão comercializá-los por mais um ano, além desta data. Já atacadistas e varejistas poderão fazê-lo até o último dia de 2013. Mais informações no site do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior: www.mdic.gov.br.

STF determina fim da guerra fiscal entre estados

Os estados não podem conceder benefícios fiscais sem acordo entre todas as secretarias de Fazenda. O entendimento não é novo, mas foi confirmado, em junho, por unanimidade, em julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF). A Corte analisou 14 ações contra leis de sete estados da Federação.

As leis contestadas eram do Rio de Janeiro, de Mato Grosso do Sul, de São Paulo, do Paraná, do Pará, do Espírito Santo e do Distrito Federal.

Elas davam reduções e isenções fiscais a empresas e setores econômicos sem acordo prévio com Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Esse acordo está determinado pela Constituição Federal. Todas as normas permitiam afrouxamento na cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).



Agricultura

Governo anuncia medidas do Plano Safra

Os ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Fazenda e do Desenvolvimento Agrário anunciaram, no final de maio, as principais medidas do Plano Safra 2011-2012. As medidas foram aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Em breve, o governo começará a realizar alterações no modelo de gestão da política agrícola.

Entre as inovações, está a criação de duas linhas de crédito com taxa de juros

fixa de 6,75% ao ano: uma modalidade de até R\$ 1 milhão, para lavouras de cana e outra, de até R\$ 750 mil, para a pecuária. Também foi criada uma Linha Especial de Crédito para a cultura da laranja, no valor de até R\$ 30 milhões por agroindústria. Os programas agrícolas são financiados com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Mais informações no site do Ministério da Agricultura: www.agricultura.gov.br.

Financiamento

BNDES financia projetos em cinco municípios

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vai financiar projeto de modernização e aprimoramento da gestão tributária de cinco municípios. São eles Sorocaba (SP), Porto Velho (RO), Florianópolis (SC), Belém (PA) e São João de Meriti (RJ). O anúncio foi feito em maio pela instituição.

As cinco operações foram aprovadas por meio do Programa BNDES de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos (Pmat). Os recursos a serem investidos são de R\$ 71,1 milhões. A participação do Banco nos projetos varia de 72,2% dos investimentos totais, no caso de São João de Meriti, a até 90% em Belém e Florianópolis.

Balança comercial

Valorização de exportações brasileiras

O aumento do preço e da quantidade de produtos exportados pelo Brasil favoreceram o superávit comercial de US\$ 3,529 bilhões, em maio. Os dados foram divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), em junho.

As exportações de produtos básicos e semimanufaturados registraram valor recorde para o período, somando US\$ 12,1 bilhões e US\$ 2,97 bilhões, respectivamente. Os manufaturados alcançaram US\$ 7,6 bilhões. O saldo positivo das exportações foi puxado principalmente pelo aumento da venda dos produtos básicos, com destaque para o minério de ferro. O item teve aumento de 57,2% em maio, na comparação com o mesmo mês do ano passado, alcançando US\$ 3,6 bilhões.

Nas importações, houve crescimento na compra de combustíveis e lubrificantes, de 54,9%, devido ao aumento de preço e das quantidades embarcadas de óleo e carvão. As compras de matérias-primas e intermediários cresceram 32,1%.



Rafael Martins/Suorin



Erminia Maricato

“Nossas cidades
estão ficando inviáveis”

Gilberto Maringoni — de São Paulo

Erminia Maricato exibe espanto e indignação com os rumos de nossas políticas urbanas, seu objeto de estudo e área de atuação há quatro décadas. “Para mim, o centro de tudo é a questão da justiça social”, diz ela. Ou seja, de como as metrópoles brasileiras precisam deixar de ser expressão da secular discriminação contra os mais pobres.

Ermínia Maricato, uma das mais importantes urbanistas brasileiras, concedeu a seguinte entrevista à *Desafios do Desenvolvimento*, em sua casa em São Paulo.

Desenvolvimento – A senhora tem dito em diversas oportunidades que as cidades brasileiras tornaram-se inviáveis. Por quê?

Ermínia – Porque uma parte da população não cabe mais na cidade. E não é uma parte pequena. Tem a ver com uma trombada entre a população pobre e as áreas ambientalmente frágeis. Eu tinha a esperança de que o Ministério das Cidades inauguraria uma nova fase da cultura sobre o desenvolvimento urbano no Brasil, lançando uma idéia um pouco mais elaborada de planejamento e gestão, rompendo essa caminhada atual rumo ao abismo. Eu sabia que não seria uma tarefa fácil.

Desenvolvimento – A senhora acredita não haver solução?

Ermínia – Penso que neste momento a política urbana saiu da agenda nacional. Ou construímos um espaço de debate e mobilização na sociedade civil independente do Estado, pois o Estado tem um poder de cooptação muito grande, ou o caos se tornará dominante.

A questão da terra é central na política urbana, pois ela é dominada por esse mercado restrito, elitista e especulativo. O povo acaba tendo de se virar

Desenvolvimento – A senhora propõe uma política alternativa, criando ONGs e organizações desse tipo?

Ermínia – Não. Proponho construir uma correlação de forças diferente da atual, a partir da sociedade civil.

Perfil

Professora titular aposentada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), Ermínia foi Secretária Executiva do Ministério das Cidades, entre 2002 e 2005. Lá foi coordenadora técnica da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Trazia na bagagem a experiência de ter comandado a Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano do município de São Paulo, entre 1989 e 2002, no governo Luíza Erundina. Foi também autora de todas as propostas para a área urbana das candidaturas de Lula a presidência, entre 1989 e 2002. Mais recentemente, exerceu o cargo de conselheira do Habitat, programa das Nações Unidas para assentamentos humanos.

Natural de Santa Ernestina, cidadezinha próxima a Araraquara, ela

chegou a estudar Química Industrial no segundo grau e a iniciar a Faculdade de Física, na USP. “Eu tinha uma cabeça boa para matemática”, conta ela, acostumada a lidar com números e indicadores durante toda a vida. “Decidi prestar vestibular na FAU. Entrei em 1967, em plena ebulição estudantil nos tempos da ditadura”. Ali sua atenção se voltou para o planejamento urbano. “Mas hoje ando muito apaixonada pela agronomia, fazendo experiências de plantar frutas raras da mata atlântica, junto com profissionais de diversas origens que tentam recuperar uma gleba na região”. Com uma ponta de indignação, confessa: “Acho que as cidades estão ficando sem perspectivas de solução de seus problemas”.

Desenvolvimento – Como se desenvolveu o movimento de reforma urbana nas últimas décadas?

Ermínia – Ele foi muito importante e é admirado por muita gente no exterior. Eles se perguntam como o Brasil conseguiu unificar pesquisadores, lideranças profissionais, comunitárias e sindicais para uma proposta de reforma urbana, que vem desde antes de 1964. Havia uma agenda que foi materializada na prática de várias prefeituras nos anos 1980 e 1990, centrada na reversão de prioridades, de se fazer algum tipo de justiça urbana. O Ministério das Cidades deveria ser um ponto de chegada desse movimento. Muitos de seus integrantes se tornaram prefeitos e deputados. Tínhamos uma comissão forte no Congresso Nacional. Conquistamos muitas vitórias institucionais, como dois capítulos na Constituição de

1988 e a elaboração do Estatuto da Cidade, uma lei que o mundo inteiro admirou. O que acontece na passagem de Fernando Henrique e Lula? O Ministério foi criado, eu fui para a equipe de transição. Em seguida foram definidos o Conselho das Cidades e as Conferências Nacionais das Cidades, com uma prática inovadora, que alcançava até a política de saneamento.

Desenvolvimento – Quais as dificuldades para se aplicar uma política de planejamento urbano em nosso País?

Ermínia – A falta de planejamento está ligada a uma questão estrutural que é a concentração fundiária. Você tem um mercado imobiliário que, antes do Minha Casa Minha Vida, atendia menos de 20% da população brasileira. A grande maioria – incluindo a classe média – não era atendida, pois um policial, um professor secundário,

um bancário não tinham acesso a ele. Há um mercado restrito e de luxo, que não atinge nem a classe média. O problema é próprio do capitalismo periférico. Com o *Minha Casa Minha Vida*, o mercado está chegando à classe média. Mas o grande déficit está na faixa de zero a três salários mínimos. A maioria da população excluída dos mercados e das políticas públicas, pois desde 1983 não há política nacional de habitação pública.

Desenvolvimento – Por favor, explique melhor.

Ermínia – São mais de vinte anos sem política pública de habitação, saneamento e transporte. Isso passa pelo neoliberalismo e pela década perdida. São políticas ligadas ao território. Não estou falando de distribuição de renda. Distribuição de renda não basta para resolver o problema urbano. Aqui tem de distribuir ativo, que é cidade, é terra urbanizada. A questão da terra é central na política urbana, pois ela é dominada por esse mercado restrito, elitista e especulativo. O povo acaba tendo de se virar.

Desenvolvimento – Como isso se articula com o problema fundiário?

Ermínia – A questão fundiária é muito séria. Se pegarmos o Censo de 2010, veremos que a área de São Paulo onde a ocupação mais aumentou é a de proteção dos mananciais. Temos aqui duas cidades. Uma é a cidade do mercado e a outra é aquela construída pela população pobre. Em 2010, o preço dos terrenos se elevou em 50% e o de imóveis usados em 30%. Depois do anúncio do programa *Minha Casa Minha Vida*, tivemos um impacto bárbaro sobre os preços da terra e dos imóveis. Por que? Porque houve a entrada de recursos financeiros sem mudança na base fundiária. Isso acarreta um ganho para o preço dos imóveis. A nossa questão central, a questão fundiária urbana e a

função social da propriedade se esfumaram. Eu estou estudando a história da propriedade no Brasil. É impressionante. É fraude atrás de fraude.

O automóvel reina soberano e as empreiteiras propõem aos prefeitos obras possíveis de serem concluídas em quatro anos

Desenvolvimento – O programa *Minha Casa Minha Vida* não é um avanço diante do déficit de moradias existente no Brasil?

Ermínia – Poderia ser, mas não é. O problema é que a base fundiária permanece a mesma. Lei nós temos, plano nós temos, mas não aplicamos a função social da propriedade. O que aconteceu na ditadura, na época do Banco Nacional da Habitação (BNH)? As fontes de financiamento eram o FGTS e o SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo), que é basicamente poupança privada e poupança dos trabalhadores. O governo colocou um subsídio para baixa

renda, de recurso orçamentário federal. Mas se ninguém nos três níveis de governo – federal, estadual e municipal – mexer na base fundiária. Aí houve uma maior desorganização no mercado de terras, com um impacto bárbaro sobre os preços.

Desenvolvimento – O que é mexer na base fundiária?

Ermínia – Trata-se de fazer uma regulação do uso e da ocupação do solo por parte do Estado. Para fazer isso, o Estado tem de regular também o mercado. Quer um exemplo? Existem quase dois milhões de pessoas na área dos mananciais na zona sul de São Paulo. Se não quisessem essas pessoas lá, teria de haver fiscalização. Quando se faz isso, para onde essas pessoas vão se não se permite que elas se instalem lá? Há um doutorado da professora Angela Maria Gordilho Souza, da Universidade Federal da Bahia, mostrando que em Salvador 33% das habitações são ilegais. Há um mestrado de Carlos Fernando Andrade, ex-presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil - Rio de Janeiro (IAB-RJ), mostrando que 50% dos domicílios da cidade são ilegais. Uma coisa é a questão jurídica. Outra é a



Raoni Madalena



fragilidade da construção. São casas em encostas, fundos de vale e em situação de risco. Uma parte considerável das cidades brasileiras continua a ser produzida dessa forma. Quando a gente vê as tragédias depois das chuvas, aparecem aqueles âncoras dos telejornais a repetir que falta planejamento e prevenção. Ora, o que falta é quebrar essa relação de poder que coloca as terras adequadas na mão de um mercado restrito.

Desenvolvimento - Estamos vivendo uma bolha especulativa nos preços dos imóveis?

Erminia - Se você olhar para trás, para a década de 1970, houve isso também. Foi uma produção muito grande de moradias,

com bastante crédito. E lá também não se mexeu na base fundiária. Nessa época mudou o perfil da cidade com um produto chamado apartamento. Depois tivemos a queda dos anos 1980, com a crise, e na década seguinte, com o neoliberalismo.

Desenvolvimento - Não é um problema recente...

Erminia - Trata-se de uma questão estrutural: uma parte da cidade é feita ilegalmente, pelas mãos dos moradores. Para que? Para manter o mercado como ele é. Para manter a propriedade imobiliária como ela é e para manter a sociedade patrimonialista. Toda a população de zero a três salários está fora dessa cidade. Não foi só a demanda por moradia que aumentou nos

últimos anos. Aumentou a demanda, mas não se mexeu na base fundiária. Mudar essa situação é o centro da proposta de reforma urbana, sistematizada desde 1963 no Congresso Nacional de Arquitetos.

Desenvolvimento - O que reforma urbana tem a ver com reforma agrária?

Erminia - Tem muito a ver. O problema da terra se manifesta no campo e na cidade. É algo que vem desde 1850, da Lei de Terras. A história da propriedade fundiária no Brasil está ligada às relações de poder. Não existe solução sem reforma fundiária. Com isso tudo, eu chego na reforma política. Se continuarmos tendo o financiamento de campanha como é hoje, com eleição sendo trocada por obra, teremos apenas projetos que caibam em quatro anos. As coisas mais importantes nas cidades não se resolvem nesse período.

Desenvolvimento - Como isso acontece?

Erminia - O que mais tem no Congresso é emenda parlamentar para asfaltar ruas. Verifiquei, num determinado ano, que metade das emendas eram de asfaltamentos. Imagine um deputado federal se preocupar com isso... Essa demanda não é feita apenas para se conseguir voto, para fazer um agradinho em um bairro, construir uma praça ou asfaltar uma via. Eu pensava assim, até um deputado federal me contar que não era nada disso. A lógica é o financiamento de campanha articulado com obras futuras e não o clientelismo.

Desenvolvimento - Quais foram os maiores progressos na política urbana após a democratização, em 1985?

Erminia - Nós tivemos um grande avanço, que foi o Estatuto da Cidade, sancionado em 2001, que limita o direito de propriedade individual. Foi aprovada a Lei dos Consórcios Públicos, em 2005, possibilitando uma articulação entre entidades públicas, algo muito importante numa região metropolitana, para se resolver problemas de

saneamento, de lixo, de transportes etc. Depois foi aprovada a Lei do Saneamento Básico, em 2007. O saneamento ficou no limbo durante todo o período em que o neoliberalismo dominou a política brasileira. Tivemos um número muito grande de conquistas institucionais. E o que aconteceu com a agenda política depois de Fernando Henrique? Lula introduziu a questão distributiva. Caiu a indignância, o subproletariado ganhou espaço, como bem o **Ipea** aponta. E a oposição ficou sem espaço. Não tem como voltar atrás. A agenda nacional mudou. A política ambiental entrou na agenda, mas a política urbana não.

Desenvolvimento – E por que a política urbana saiu da agenda?

Ermínia – Essa é uma questão boa para nós refletirmos. Não sei se é porque os interesses são tão fortes... Veja por exemplo: não existe Câmara Municipal desvinculada dos interesses dos proprietários imobiliários em nenhum município do Brasil. Dá para contar nos dedos o número de Executivos municipais que contrariem interesses imobiliários e das empreiteiras.

Desenvolvimento – Que interesses imobiliários são esses nas cidades?

Ermínia – As grandes empreiteiras controlam praticamente os investimentos urbanos dentro da lógica do rodoviarismo. O automóvel reina soberano e as empreiteiras propõem aos prefeitos as obras possíveis de serem concluídas em quatro anos. Argumentam que elas irão atrás do financiamento – e isso está ligado ao financiamento de campanha. Aí você tem uma prioridade às obras viárias nos orçamentos municipais no Brasil todo. Mas há algo espantoso. Em dez metrópoles eu tenho um indicador mostrando que 38% das viagens são feitas a pé. Isso significa que muitas pessoas não saem do bairro da periferia. É o chamado exílio da periferia. Em Salvador, segundo o Ubiratan

dos Santos, presidente do Sindicato dos Engenheiros, apenas 8% da população anda de automóvel. Vá ver em Salvador o que se gasta em abertura de avenidas, asfaltamento etc. São obras vinculadas ao mercado de imóveis. O [arquiteto e urbanista] Candido Malta chama essas vias de avenidas imobiliárias. Não são rodoviárias. Elas abrem fronteiras da especulação. Há uma lógica que junta o automóvel, a infraestrutura urbana baseada no rodoviarismo e na especulação imobiliária, e o financiamento de campanha. São três forças que intervêm na política urbana e nos levam para o caos completo.

Nós temos propostas que já foram feitas. Podemos repetir: universalização do saneamento, resolução da questão da reforma fundiária, com a aplicação da função social da propriedade, prioridade para o transporte coletivo etc...

Desenvolvimento – A senhora inclui o automóvel nessa situação?

Ermínia – Claro. Nunca as cidades brasileiras foram assaltadas pelo automóvel como nos últimos anos. A indústria automobilística passou de 13% do Produto Interno Bruto, em 1999, para 19,8% em 2009. Eles são responsáveis por 83% dos acidentes e por 76% da poluição. E muita gente reclama dos ônibus. O professor Paulo Saldiva [da Faculdade de Medicina da USP] lançou um livro recentemente sobre meio ambiente e saúde nas metrópoles. Ele mostra que os dias de pico em poluição são dias de pico de mortes motivadas por doenças coronárias. Não se trata apenas da questão respiratória. Falei de esgoto, das águas e chegamos ao ar. Segundo uma pesquisa

da FGV, o trânsito congestionado pode custar 10% do PIB de uma metrópole. São horas paradas não computadas. Durante a crise de 2008-10, de acordo com a Associação Nacional dos Transportes Públicos (ANTP), a indústria automobilística recebeu subsídio de R\$ 12,4 bilhões e investiu no País apenas R\$ 3,6 bilhões. Para os urbanistas, o automóvel é o maior fator de desorganização do território. Ele induz a ocupação espraiada do solo e destrói a cidade.

Desenvolvimento – Qual a importância do Ministério das Cidades?

Ermínia – Hoje, do ponto de vista clientelista, ele é muito importante. Ele foi entregue ao Partido Popular (PP). O Ministério se tornou uma reunião de obras em áreas como saneamento e habitação, com poucas iniciativas na área de transporte. A agenda do transporte urbano não foi considerada no governo Lula e não está sendo considerada agora. O governo federal é responsável por diretrizes e financiamento de obras e os governos estaduais e municipais são responsáveis pelo uso e ocupação do solo. A questão metropolitana está no limbo completo. Hoje não temos nenhuma região metropolitana com uma esfera administrativa comum, onde os prefeitos, as câmaras, os técnicos, enfim, possam se reunir. Numa metrópole, o problema do saneamento, do lixo, da habitação e do transporte não pode ser resolvido em nível municipal. Nós estávamos traçando uma formulação nacional de desenvolvimento urbano e uma política para as regiões metropolitanas.

Desenvolvimento – A senhora fala muito em ocupação desordenada do solo. Como isso se vincula aos problemas das enchentes?

Ermínia – Assistimos durante décadas os governos fazerem a água andar mais rápido, asfaltando, canalizando e

impermeabilizando o solo. Quando as enchentes acontecem, o que você tem de fazer? Reter as águas. E aí, qual o modelito das empreiteiras? Antes era canalizar. Aquelas avenidas de fundo de vale, realizadas pelo ex-prefeito Prestes Maia, em São Paulo, representam uma impermeabilização exatamente das calhas de escoamento existentes. O [geólogo] Delmar Mattes diz num texto que se impermeabilizou o rio Tietê, para que ele corresse mais rápido. Em seguida, ocuparam as margens com asfalto, construindo avenidas marginais. Agora, a moda é o piscinão.

Desenvolvimento – Mas as prefeituras asfaltam bairros que estavam sem calçamento. Quando chovia, as pessoas ficavam literalmente na lama. É uma reivindicação também da população, não acha?

Erminia – Sim. Mas isso não precisa ser feito como é atualmente. Você pode ter ao lado do rio a céu aberto, uma área impermeável para as pessoas caminharem. Precisamos ter áreas permeáveis, verdes.

Se pensarmos que não se pode contrariar essa cultura do automóvel, se um político achar que se fizer isso não se reelege, então não há o que se fazer

Desenvolvimento – No caso das avenidas, não é importante ampliá-las para melhorar o tráfego nas grandes cidades?

Erminia – A duplicação da Marginal Tietê, em São Paulo, foi feita agora. Isso não aumenta a velocidade do tráfego. Com 600 mil automóveis colocados anualmente nas ruas do país, não há solução se a lógica do transporte individual for mantida. É preciso priorizar o transporte coletivo e dificultar o acesso ao carro.

Desenvolvimento – Mas como fazer as pessoas não quererem o automóvel? Ele acaba sendo um dos sinais da melhoria de renda da população.

Erminia – Sim, há um problema político a ser resolvido. Mas se pensarmos que não se pode contrariar essa cultura do automóvel, se um político achar que se fizer isso não se reelege, então não há o que se fazer. A lógica é essa mesma. Se os governantes quiserem apostar na indústria automobilística, não tem jeito. E a indústria automobilística está afundando as cidades. É uma escolha política. A única forma de contrariar isso é termos uma sociedade civil mais informada. Quantas pessoas não falam “eu pegaria o transporte coletivo se fosse melhor”?

Desenvolvimento – Como a senhora vê as mudanças na área rural?

Erminia – Não sei se o maior problema para as cidades não está no fato de o Brasil ser o maior consumidor de agrotóxicos do

agrotóxico por pessoa. Estamos poluindo as águas, sujando os ares e envenenando as cidades. Há uma novidade que um grupo de Campinas está divulgando. A maior parte da água potável que consumimos apresenta conteúdo de fármacos depressivos e hormônios que a purificação não resolve. Quando digo que a situação é de tragédia, não estou exagerando... A questão ambiental aparece em tudo o que falamos. A questão da permeabilização, do automóvel, da pulverização. Tudo o que conversamos nos leva a um muro que é a questão ambiental.

Desenvolvimento – Que cidade brasileira tem um bom planejamento?

Erminia – Eu acompanhei o desenvolvimento de muitas e ainda tenho um certo respeito por Diadema. Por que? Diadema teria o destino da Baixada Fluminense. Seria uma cloaca. Ela chegou a ter indicadores de violência altíssimos e reverteu



Renata Mendelena

mundo. As cidades produzem esgotos de 66 milhões de pessoas, jogando nos rios. Elas distribuem pelo território brasileiro. E o território rural distribui para as cidades. Segundo o João Pedro Stédile, nós temos setecentos pilotos formados para pulverizar veneno nas plantações. O cálculo que ele faz destina cerca de cinco quilos anuais de

essa situação. Na última vez que estive lá, ouvi do prefeito a seguinte frase: “Nós não queremos a mudança do perfil da população”. Acho que é o único prefeito do Brasil que não quer substituir pobre por rico. Um prefeito não pode combater o automóvel, não está nas mãos dele. Mas ele pode incentivar o transporte público.

Sem uma política fundiária e imobiliária não haverá justiça urbana

“Terra urbana é terra urbanizada, isto é, trata-se de um pedaço de superfície ou mesmo de um imóvel servido de água, esgoto, rede de drenagem, pavimentação, iluminação pública, serviços como coleta de lixo e manutenção da infra-estrutura citada, sinalização, equipamentos coletivos públicos e privados nas proximidades. Enfim, estamos falando de um pedaço de cidade ou uma parte do ambiente construído como preferem alguns estudiosos. A localização desse pedaço de cidade é fundamental para qualificá-lo e fixar seu preço em comparação com os demais. A condição jurídica de ser propriedade privada permite ao seu possuidor captar a valorização decorrente, principalmente das vantagens de localização. A cidade é um ativo disputado por todos,

mas que beneficia poucos. O patrimônio já construído foi bancado por toda a coletividade especialmente por meio de investimentos públicos e o direito à cidade, melhor dizendo, a justiça social e territorial exige a distribuição desse ativo, mas ele é dominado pelo mercado imobiliário. Essa característica de “ativo” que tem o ambiente urbano construído é que os economistas não enxergam. Não basta distribuir renda para assegurar a justiça urbana. É preciso distribuir melhor a cidade ou o ambiente construído. Sem uma política fundiária e imobiliária que ajude a incluir as classes deprimidas e implementar a função social da propriedade prevista no Estatuto da Cidade não haverá justiça urbana. A terra (com esse conceito) é o nó da questão

urbana e rural num país patrimonialista como o nosso. No capitalismo central o direito de propriedade já foi bem limitado para assegurar um padrão urbano mais distributivo, especialmente durante o *welfare state*. Mas no Brasil o patrimônio é poder social, político e econômico. Como a proximidade dos pobres desvaloriza as propriedades há uma rejeição atávica que alimenta preconceitos. Os pobres, (90% do déficit habitacional está situado entre zero e três salários mínimos) não cabem na cidade periférica que não controla o uso do solo, o mercado imobiliário e a especulação decorrente da valorização fundiária e imobiliária”.

Erminia Maricato


Mesmo para o processo de expansão imobiliária, um prefeito tem restrições. Há uma ameaça constante por parte dos empresários da construção civil, que alegam que tal ou qual prefeito liberou o gabarito para a construção de todo tipo de obras. “Então nós vamos para lá”, dizem. E chantageiam os prefeitos.

Desenvolvimento – Que cidades do terceiro mundo, com condições semelhantes às do Brasil, tem uma situação aceitável no que toca ao planejamento?

Erminia – Bogotá, na Colômbia, é puro marketing. Mas o corredor de ônibus, o Transmilenio, é uma solução boa, mas limitada. É como Curitiba, que tem um planejamento ao mesmo tempo modernizante e excludente. Há aquela miséria em volta. O planejamento ali sempre foi ligado a uma elite ligada ao capital imobiliário. Eu não vi nada no terceiro mundo, nem na Ásia, na África e na América Latina... Nós

tivemos um período de ouro, na década de 1980, com a emergência das chamadas prefeituras democrático-populares, com orçamento participativo, em uma época muito importante, de fim de ditadura. Nós desenvolvemos um conhecimento de urbanização de favelas. Aliás, nesse ponto, o PAC tem uma vantagem muito grande sobre o *Minha Casa Minha Vida*, que é a prioridade para a urbanização de favelas. Isso conseguiu resolver as deficiências de muitos bairros pelo Brasil, pois dá ótimas condições de vida. Se as cidades não crescessem de forma predatória, seria possível combinar a construção de moradias à urbanização de favelas. Ou seja, partir da cidade existente, que precisa ser recuperada, e melhorar a situação de infraestrutura, de saneamento, da água, do esgoto, do transporte, da iluminação e por aí vai. O PAC tem uma grande qualidade na área de habitação.

Desenvolvimento – A senhora é pessimista com o futuro das cidades?

Erminia – Sou realista. Eu sempre fui extremamente crítica. Depois de trabalhar por quarenta anos, examinando e formulando propostas nas quais eu acreditava, hoje acho que estamos regredindo e que a correlação de forças – que colocou o agronegócio com essa força toda no Congresso e no governo federal – é negativa para quem quer essas mudanças. Há uma exigência de que sejamos otimistas e o que eu falo é pesado. Nós temos propostas que já foram feitas. Podemos repetir: universalização do saneamento, resolução da questão da reforma fundiária, com a aplicação da função social da propriedade, prioridade para o transporte coletivo etc.... Nós passamos vários anos construindo uma agenda de reforma urbana. Se a reforma não acontece, minha função agora, na idade em que estou, com o conhecimento que tenho, é chutar o pau da barraca. 



Por uma gestão social, para além da gestão estatal

Guimarães Rosa dizia em Grande Sertão, que viver é muito perigoso, mas aprender a viver é que é o verdadeiro viver. Várias são as propostas existentes para a reforma do Estado. Aos cidadãos, cabe encarar o desafio de examinar tais propostas e, analisando-as, aceitá-las, por eficazes para nossas condições sociais, culturais, políticas, ambientais e econômicas, ou rejeitá-las, por inadequadas, segundo os mesmos parâmetros. Nenhuma proposta deve ser descartada a priori, como se tivesse vícios de origem e o exercício da crítica, desde que respeitosa, deve ser valorizado. Debater com respeito faz parte do bem viver. Idéias podem e devem “brigar”, por assim dizer; as pessoas, não.


As propostas de reforma do Estado que têm sido discutidas estão baseadas, na maior parte das vezes, na crença, equivocada, de que ajustes financeiros e de gestão têm o poder, (quase) por si sós, de resolver as crises sociais. Não estamos aqui, de modo algum, pregando uma ganância estatal indiscriminada, até porque, já fizemos isso em alguns períodos e de nada adiantou – embora boa parte do dinheiro público venha sendo canalizado para os abastados econômicos e políticos com acesso aos mecanismos de poder ou venha sendo roubado, pura e simplesmente. O que estamos a dizer é que apenas restrições orçamentárias aos gastos públicos não se constituem na panacéia universal e, num país onde a riqueza é muita, mas concentrada, e onde o Estado ainda é vital (possivelmente, sempre o será) para boa parte da população, senão para a maioria, reduzir os gastos públicos, na dimensão que parte da mídia e vários setores econômicos e

políticos têm proposto, é uma contribuição para que tudo fique mais ou menos como está e, quando isso acontece, a tendência não é o estancamento das crises, mas a sua piora.

De todos os níveis de poder público, vale frisar, o municipal é o que está mais próximo das pessoas, dos cidadãos. Com a magnitude dos problemas sociais e urbanos neste século XXI, mesclada a toda potencialidade que temos para construir espaços existenciais cada vez melhores, se soubermos como não desperdiçar a capacidade enorme que temos para criar coisas boas e gerir de modo diferenciado tais *unidade existenciais* ou, como são mais conhecidas, nossas cidades, é um fator de extrema importância. Como, então, gerir o social e não apenas o estatal, não de modo autocrático, mas, efetivamente, democrático e universal?

Em sua intangibilidade – dimensão existencial – cuja representação é tanto subjetiva quanto social, a cidade é uma “imagem pública”. Podemos ter uma imagem visual concreta, ou seja, de um objeto real e uma imagem mental, que é uma forma de apreensão, por parte de uma pessoa (ou grupamento coletivo), de um objeto, tangível ou intangível, que não é ela mesma. Uma cidade pode ter as duas formas de imagens. Por exemplo, com objetos tangíveis, na sua dimensão geométrica e cartograficamente representável, a cidade deve ser tratada como um objeto arquitetônico e de engenharia. Mas o que dizer da percepção que as pessoas têm de seus lugares (bairros, comunidades etc.)? Como cartografar tais percepções e vivências, fatores essenciais para a dimensão existencial dos espaços urbanos?

É um equívoco a afirmação de que apenas construir ruas, praças etc. é construir espaço urbano, se estivermos de um lugar da fala que não o da Arquitetura ou da Engenharia Civil (ou, ao menos, de uma parte de suas correntes de pensamento) ou que não o do senso comum. A “cidade arquitetônica”, por assim dizer, e seu espaço (arquitetônico) são apenas a base para a constituição do(s) espaço(s) social(is). Uma cidade não é uma construção *de espaço*, mas uma construção existencial que é materializada *no espaço* e os sujeitos urbanos nele transitam e com ele interagem. Espaço, nesta acepção, é uma relação subjetiva e não um recipiente físico.

Uma administração social do território e da vida é não só possível, a despeito dos que falam que isso é utopia, como desejável e perfeitamente realizável (não é nada fácil, mas é viável). Um grupo de cidadãos, no Rio de Janeiro testou uma proposta chamada *Plano de Gestão Cidadã (PGC)*, que leva à montagem de um *Programa Popular de Governo*, proposta essa explicitada no livro *Democracia – do conceito à prática, da representação à participação*, da Editora Claridade, de nossa autoria, lançado em maio do ano passado. O *PGC* é uma metodologia de gestão participativa para e democrática das cidades; é uma ponte entre o poder público e o cidadão. O leitor constatará que é uma ponte que exige um percurso considerável, mas não é tão longe assim que não possa ser atingida com persistência, insistência, solidariedade e dedicação! Vamos atravessá-la ou não? 

Carlos Fernando Galvão, Geógrafo, Mestre em Ciência da Informação e Doutor em Ciências Sociais. Presidente da ONG Cidade Viva.

A trajetória dos preços está em alta ou em queda?



Marngoni

Oscilações de preços nos últimos meses acendem a luz amarela das autoridades econômicas. Governo e mercado polemizam sobre as causas do fenômeno. Afinal, há risco de descontrole inflacionário ou as pressões externas é que dão o tom no cenário atual?

André Barrocal – de Brasília

A inflação ocupa hoje o centro do debate econômico do país. As discussões têm sido tão intensas que fazem lembrar a hiperinflacionária década de 1980, de nenhuma saudade para quem conviveu com as frenéticas remarcações nos supermercados.

A polêmica atingiu o ponto máximo no início de maio, com a divulgação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), indicador inflacionário mais utilizado no país. Pela primeira vez em quase seis anos, o IPCA havia encerrado um período de doze meses acima da meta inflacionária que o governo persegue anualmente. O objetivo é uma variação anual de 4,5%, com uma flexibilidade de dois pontos para cima e dois para baixo.

É verdade que o sinal vermelho acendeu por apenas 0,01 ponto percentual acima da meta (6,51%), e nem os mais pessimistas traçam

cenários catastróficos para o que se verá até dezembro. De sua parte, o governo procura transmitir tranquilidade, garante que a situação está controlada e que o pior já passou. Mas por que, então, a temperatura das análises parecem ter subido junto com a inflação?

DEMANDA OU CUSTOS? As divergências decorrem das interpretações dadas a uma escalada inflacionária iniciada no último trimestre do ano passado. De outubro de 2010 a abril de 2011, a variação mensal dos preços situou-se sempre em patamares que representam o dobro do admissível pela meta anual do governo (4,5%). Em geral, autoridades e especialistas concordam que há uma responsabilidade compartilhada na raiz do fenômeno. Todos apontam as *commodities* (sobretudo os alimentos), os combustíveis e os serviços como as razões da pressão altista.

Mas não há consenso sobre o tamanho da culpa de cada um e, portanto, qual o método mais adequado para se combater a inflação.

Existem duas correntes, basicamente. De um lado, estão os que acreditam que o Brasil sofre com fenômenos vindos do exterior, por conta da alta nos preços das *commodities*, sobre as quais medidas internas teriam pouca valia. Diante disso, caberiam ações cirúrgicas contra problemas específicos e paciência para esperar uma mudança de cenário. Parte do governo defende essa idéia. De outro, há os que acham que o país ainda não está preparado para conviver com crescimento elevado. Isso geraria pressões na demanda, incapazes de serem atendidas atualmente, o que resultaria em mais inflação. O caso dos preços dos serviços é claro a respeito. A saída mais indicada, neste caso, seria conter as pressões da demanda. Aqui, encontra-se boa parte do chamado mercado.

SINCRONIA ENTRE BC E FAZENDA Com uma sintonia pouco usual na década passada, o Ministério da Fazenda e o Banco Central (BC) estão unidos em torno de um mesmo diagnóstico: “Existe um surto inflacionário mundial”, diz o ministro da Fazenda, Guido Mantega. Diversas regiões do planeta assistem inflação superior à observada no ano passado. Na China e no Canadá, ela dobrou de março de 2010 para março deste ano. Na Rússia e na Europa, avançou 50%. No Chile, era zero e agora está em 3%. Na maioria dos países que, como o Brasil, adotam regime de metas de inflação, a perspectiva é de que haja estouro dos limites neste ano.

4,5%

é o objetivo

de variação anual com um flexibilidade de dois pontos para cima e dois para baixo

Por trás das oscilações dos preços pelo mundo, segundo esta análise, estão os juros e o crescimento baixos nos países ricos. Sobra capital especulativo barato e sedento de aplicações rentáveis, e seus detentores buscaram refúgio em *commodities*, numa corrida que forçou o preço delas para cima. A situação piorou com os levantes populares em países do Oriente Médio e do Norte da África no começo do ano. Incertezas tomaram do mercado de petróleo e encareceram as cotações do barril, as quais resvalam nos níveis recordes da década de 1970.

Para o Brasil, a consequência foi sentida primeiro à mesa. A comida ficou mais cara. Depois, no carro ou no ônibus. Combustíveis e passagens aumentaram. Quando se deixa de lado a variação do preço nos dois segmentos,

o cenário da inflação melhora. Em vez de o IPCA acumular alta de 6,3% em doze meses até março, estaria em 4,76%, perto do centro da meta oficial. “Há de fato uma inflação mundial que atinge todo mundo, inclusive o Brasil, e isso não se resolve com dose alta de juros”, diz o economista Francisco Lopreato, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

ECONOMIA E CONSUMO AQUECIDOS Se encontra adeptos no mundo acadêmico, o diagnóstico governista não entusiasma o mercado. Sócio da consultoria Tendências, o ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega reconhece que o cenário externo, especialmente no caso dos alimentos, afetou a inflação. Mas só teria agravado aquilo que ele enxerga como causa real do problema brasileiro: um despreparo estrutural para lidar com economia e consumo aquecidos. “Os analistas de bancos e consultorias não concordam com as premissas do governo”, diz o economista, ao afirmar que “a expansão da demanda está em ritmo incompatível com a capacidade da oferta da economia”.

O desmembramento dos três grandes componentes do IPCA – alimentos/bebidas, serviços e preços administrados – demonstra que a inflação de demanda é campeã. Em doze meses até abril, o preço do segmento “serviços” (gastos com saúde, educação, vestuário, habitação, por exemplo) subiu 8,6%. Em alimentos e bebidas, cresceu 7,8%. Os administrados, que incluem combustíveis e contas de água e luz, variaram 5,7%. Concentrando-se apenas no primeiro quadrimestre do ano, o resultado é igual. A inflação de serviços (4,6%) ganha de alimentos (2,7%) e administrados (3,8%).

“A inflação é de demanda, que bate nos serviços, não é de *commodities*. Ela está rodando a uma taxa de 8%, com a redução do desemprego e o aumento das despesas

de todos os governos no ano passado, por causa da eleição”, afirma o presidente do Conselho Regional de Economia de São Paulo e professor da Universidade de São Paulo (USP), Heron do Carmo, ex-coordenador do índice de inflação IPC, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

CHOQUE NO MERCADO DE TRABALHO O desemprego mencionado pelo economista ronda hoje os níveis mais baixos da história, na casa dos 6%, metade do que se via no início da década passada. O salário médio alcança níveis recordes. Neste ano, a criação de empregos com carteira assinada prossegue em ritmo acelerado. De janeiro a abril, foram abertas 880 mil vagas, terceiro melhor resultado da história. O ministério do Trabalho projeta que serão três milhões empregos no total até dezembro, recorde absoluto, caso se confirme.

A diferença de diagnóstico sobre os motivos da inflação faz com que as receitas para combatê-la também sejam distintas. Consultorias, analistas, bancos, todos fazem previsões que acabam por influenciar a realidade de um empresário que fixa os preços de suas mercadorias ou de um trabalhador atrás de emprego ou reajuste salarial

A transformação do mercado de trabalho significa que há mais gente com dinheiro para consumir, e isso anima prestadores de serviços a tentar turbinar seus lucros, reajustando preços. Mas, ao mesmo tempo, pode estar se produzindo um “choque” no setor, com reflexos inflacionários.



Fotosearch

Alguns dos aumentos mais sentidos concentram-se no setor de alimentos

Como ficou mais fácil arranjar emprego com salário melhor, empresas do ramo de serviços, como lojas, clínicas médicas ou escolas, estariam com dificuldade para contratar. Resultado: aumentam preços, para fazer dinheiro e achar um funcionário, ou reduz a oferta.

“A inflação se acelerou por uma combinação de choque de *commodities* e pelo aumento de demanda por serviços. Mas não sabemos se essa pressão nos serviços é demanda ou problema de oferta no mercado de trabalho. Acredito que estamos vendo um choque no mercado de trabalho”, diz o coordenador do Grupo de Análises e Previsões do Ipea, Roberto Messemberg.

A diferença de diagnóstico sobre os motivos da inflação faz com que as receitas para combatê-la também sejam distintas. E,

de quebra, produz certo ruído na relação do Banco Central com os agentes do setor privado num aspecto crucial para o controle de preços no mundo moderno, especialmente em países com regime de metas: as expectativas. Consultorias, analistas, bancos, todos fazem previsões que influenciam a realidade de um empresário que fixa os preços de suas mercadorias ou de um trabalhador atrás de emprego ou reajuste salarial. É uma profecia com grande poder de autorrealização.

EXPECTATIVAS PRECUPANTES O símbolo desta possibilidade profética é uma pesquisa do Banco Central, chamada Focus, com um grupo de 90 a 100 instituições privadas, a maior parte do sistema financeiro. Toda

Diversas regiões do planeta assistem inflação superior à observada no ano passado. Na China e no Canadá, ela dobrou de março de 2010 para março deste ano. Na Rússia e na Europa, avançou 50%. No Chile, era zero e agora está em 3%.

semana, o BC pergunta-lhes o que esperam para a inflação. Durante dois meses, em março e abril, a previsão para 2011 só piorou, a despeito da tentativa do governo de convencer a sociedade de que seu diagnóstico e receituário estão corretos e que, no fim do ano, os resultados seriam positivos.

Desde o fim do ano passado, a equipe econômica vale-se de um arsenal de ações cirúrgicas contra a inflação em áreas diversas. Para reduzir os empréstimos – e, portanto, o consumo –, subiu a cota de recursos que os bancos pegam dos clientes mas precisam deixar parados no BC (os compulsórios) e o Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF), para que as instituições parassem de trazer dinheiro barato do exterior para emprestar no Brasil. Cortou R\$ 50 bilhões do orçamento e promete pagar R\$ 117 bilhões da dívida pública em 2011, decisões que tiram dinheiro da praça. Diminuiu a mistura obrigatória de álcool na gasolina, para baratear a segunda, até que o início da produção de cana alivie o

sentidos pela economia brasileira, o governo acredita que o pior momento da inflação já tivesse ficado para trás, quando o polêmico IPCA de abril tornou-se conhecido. “A partir de junho ou julho, veremos a inflação mensal rodando num patamar compatível com o centro da meta, entre 0,35% e 0,40%. O cidadão comum vai sentir a inflação mais baixa ao longo do ano”, aposta o presidente do BC, Alexandre Tombini.

Para o banco, a inflação deste ano ficará em 5,6%, segundo informou no Relatório Trimestral de Inflação divulgado em março. Acima do centro da meta de 4,5%, mas abaixo do limite máximo de 6,5% superado no olho eletrônico em doze meses até abril. No mercado,

O RISCO DOS JUROS O caminho do juro alto talvez fosse uma alternativa mais fácil para a equipe econômica conter a inflação. Daria uma esfriada geral na economia e pronto. Dificultaria altas de preços de qualquer natureza. O problema é que o governo acredita ter o compromisso político com o eleitorado de fazer o país crescer e distribuir renda. Afinal, foi eleito para dar continuidade a uma administração em que 28 milhões de brasileiros saíram da pobreza e 30 milhões entraram na classe média, tornando-a majoritária no país.

“Eu me preocupo com a questão do crescimento econômico e do controle da inflação simultaneamente”

Presidenta Dilma Rousseff

Na primeira reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de sua gestão, em meados de abril, a presidenta Dilma Rousseff deu um recado claro a respeito de suas intenções. “Eu me preocupo com a questão do crescimento econômico e do controle da inflação simultaneamente”. Ao colocar as duas dimensões em pé de igualdade, a presidenta indicou que não deseja ver um matar o outro. Daí que Banco Central e Ministério da Fazenda entraram em sintonia e quebram a cabeça atrás de soluções antiinflacionárias com menor impacto econômico. “De nada vale uma inflação controlada com uma economia que não cresce”, afirma Tombini. “Não queremos derrubar a demanda que foi construída com sacrifício”, diz Mantega. O governo prevê que o país crescerá em torno de 4% este ano. Bem menos do que em 2010 (7,5%), mas um patamar razoável, diante das circunstâncias.

Renato Araujo/ABr



Para baratear o preço, o governo reduziu a mistura obrigatória de álcool na gasolina

custo do etanol. Promete reforçar a produção agrícola no plano safra 2011-2012, para que o preço dos alimentos caia. Subiu três vezes a taxa de juros do Banco Central, também para desincentivar financiamentos e empréstimos, baixando o consumo.

Por causa desse conjunto de medidas, cujos efeitos ainda não teriam sido suficientemente

as projeções são mais pessimistas. No fim de maio, os entrevistados pela pesquisa Focus cravavam 6,3%. Para a consultoria Tendências, a inflação vai atingir 6,6% e estourar a meta oficial, porque o governo insiste em não dar a devida atenção à inflação resultante do consumo exagerado e hesita em aumentar com mais firmeza o juro do BC.

PRESSÕES SALARIAIS Levando-se em conta a postura política oficial, conter os preços no segundo semestre promete ser um desafio e tanto. Para analistas do mercado, a peça-chave na equação inflacionária vão ser as negociações salariais dos trabalhadores, que em sua maioria têm data base depois de junho. Será ainda uma época em que começam a vencer acordos salariais feitos por uma série categorias de servidores públicos na gestão Lula. Ganhos reais elevados, acreditam certos analistas, adicionariam gás à já pressionada inflação de demanda. As negociações vão ocorrer no pior cenário possível. Nos contas do economista Fabio Romão, da LCA Consultores, a inflação em doze meses estará acima da meta até outubro. Em agosto e setembro, ultrapassará a barreira dos 7%. Será tentador para os trabalhadores reivindicarem reajustes polpidos.

70%
das negociações

salariais feitas no país desde 2005 terminaram em reajustes superiores à inflação

Principal interlocutor do governo junto às centrais sindicais de trabalhadores, o ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, reconhece que há problemas à vista e sugere que os sindicatos entendam que 2011 é um ano especial e moderem o apetite por aumentos. Vai ser complicado convencê-los, no entanto.

Desde 2005, mais de 70% de todas as negociações salariais feitas no país terminaram em reajustes superiores à inflação. Só no ano passado, foram 88% de aumentos reais em

OS INDICADORES

| IPCA (IBGE) | |
|-------------|----------------------------------|
| Abril | 0,77%. 12 meses até abril: 6,51% |
| Março | 0,79% e 6,30% |
| Fevereiro | 0,80% e 6,01% |
| Janeiro | 0,83% e 5,99% |
| Dezembro | 0,63% e 5,91% |
| Novembro | 0,83% e 5,63% |
| Outubro | 0,75% e 5,20% |
| Setembro | 0,45% e 4,70% |

média para os trabalhadores, de acordo com o Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Socioeconômicos (Dieese). São dados significativos, mesmo que o índice de inflação usado pelo Dieese para fazer os cálculos não seja o IPCA, mas o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), a chamada inflação da baixa renda. Nos doze meses até abril, o INPC comportou-se quase igual ao IPCA, com alta de 6,3%.

E os trabalhadores já acenam com ímpeto reivindicatório independentemente da moderação pedida pelo governo. No artigo “Salário não é vilão”, publicado na imprensa em maio, o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Artur Henrique da Silva Santos, diz estar orientando os “sindicatos filiados a organizarem as mais ousadas mobilizações e as mais arrojadas e exigentes pautas de reivindicações dos últimos tempos durante as campanhas salariais que vão ocorrer no segundo semestre”. A CUT aponta outros fenômenos a pressionar os preços, inclusive estruturais, como a alta indexação da economia a inflações passadas e uma carga tributária concentrada mais em consumo do que em patrimônio e renda, o que faz os impostos potencializarem variações de preços.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) concorda que as negociações de salário “serão

| Desemprego, segundo IBGE | |
|--------------------------|------|
| Março | 6,5% |
| Fevereiro | 6,4% |
| Janeiro | 6,1% |
| Dezembro | 5,3% |
| Novembro | 5,7% |
| Outubro | 6,1% |
| Setembro | 6,2% |

a prova de fogo” para domar a os preços no segundo semestre. Defensor de que consumo e custos salariais “são os maiores protagonistas” na pressão inflacionária atual, o economista-chefe da entidade, Flavio Castelo Branco, diz que o empresariado não tem dúvidas de que, com a economia aquecida, terá de enfrentar cobranças duras. “O dissídio salarial vai elevar a taxa a inflação. Os reajustes nominais serão significativos. Se os ganhos reais fossem reduzidos ou eventualmente nulos, mostraria que o ambiente econômico e as medidas tomadas pelo governo tiveram efeito”, afirma.

“A partir de junho ou julho, veremos a inflação mensal rodando num patamar compatível com o centro da meta, entre 0,35% e 0,40%. O cidadão comum vai sentir a inflação mais baixa ao longo do ano”

Alexandre Tombini,
presidente do BC

Como se vê pela disposição de patrões e empregados, 2011 reserva ainda muita emoção, para quem gosta de polêmica.

As múltiplas variáveis dos índices de inflação

Paulo Kliass – de Brasília



Stock

País teve história longa e tortuosa de convívio com ritmo acelerado de reajustes de preços na economia. A medida da inflação leva em conta uma multiplicidade de fatores e indicadores, de renda, consumo e região. Um pouco dessa história e dessas variáveis é contado a seguir:

A continuidade do ciclo altista de elevação da taxa de juros, decidido pelo Copom desde o início de 2011, tem como principal justificativa os riscos associados à possibilidade da inflação superar a meta e seu intervalo, bem como a um eventual descontrole das autoridades econômicas sobre o ritmo de crescimento dos preços.

Diante desse quadro, o mercado financeiro trabalha com a expectativa de uma eventual incapacidade do governo em manter um de seus compromissos à época da campanha eleitoral: reduzir a taxa de juros vigente no País e trazê-la para níveis mais próximos dos países desenvolvidos. Os desejos dos representantes do setor se manifestam por meio da divulgação de consultas e relatórios de empresas e indivíduos que têm interesse na continuidade dessa política monetária de alto custo social.

O argumento evocado pelos agentes que operam no mercado financeiro é o de sempre: os riscos apresentados pelas informações disponíveis a respeito da economia de que a meta de inflação anual escape do controle governamental. Não custa aqui recordar alguns elementos básicos para compreender a essência de tal

raciocínio. O regime atual de estabilidade macroeconômica pressupõe a existência de uma meta de inflação definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Hoje em dia ela está fixada em 4,5% ao ano, com uma margem de tolerância de 2% para cima ou para baixo. Enquanto a inflação estiver situada entre 2,5% e 6,5% ao ano, a situação estaria dentro do intervalo esperado. Assim, caso haja uma tendência de elevação dos preços superior a tal meta anual, a solução usada até o momento tem sido, fundamentalmente, a de aumentar a taxa Selic, de forma a promover uma elevação generalizada dos juros na economia e se obter como resultado uma redução no volume de consumo agregado, da demanda do conjunto da sociedade.

A inflação é sintetizada por um número, por um índice. E aqui reside um aspecto essencial: concentrar num único número um fenômeno carregado de significados que tangenciam o econômico, o social e o cultural.

RAZÕES DAS PREOCUPAÇÕES Mas afinal, qual seria o sentido de tanta preocupação assim com a inflação? Na verdade, esse fenômeno tem raízes bastante profundas no imaginário social e coletivo. De acordo com os dados preliminares do Censo 2010, a nossa pirâmide populacional apresenta por volta de 26% de pessoas com até 16 anos de idade. Isso significa dizer que 50 milhões de brasileiros, do total de 191 milhões, nasceram após 1994. A conclusão é que aproximadamente um em cada quatro brasileiros nasceu após o advento do Plano Real. Trata-se de uma parcela importante de nossa população, para quem a normalidade cultural e comportamental inclui o sentido de viver em um ambiente social e econômico de preços estáveis. Para essa geração, inflação baixa e sob controle é o padrão. Porém, são crianças e jovens adolescentes, a grande

50
milhões

de brasileiros, do total de 191 milhões,
nasceram após 1994

maioria deles ainda dependentes dos pais e da família para efeito de assegurar a renda para a sobrevivência e o consumo.

Já os demais 141 milhões de indivíduos experimentaram, de uma forma ou outra, os períodos anteriores ao Plano Real e sentiram em sua própria pele os efeitos perversos de viver em um ambiente de preços em constante elevação acelerada e mesmo de hiperinflação.

Cada indivíduo, cada família ou cada empresa apresenta um padrão de consumo diferenciado. E isso também varia de acordo com as características regionais, de renda, com o tipo de empresa considerada etc.

HISTÓRIA LONGA A história é longa e tortuosa – fiquemos nas últimas cinco décadas. Depois do golpe militar de 1964, ocorre a reforma monetária de 1967, com a perda de três zeros do “cruzeiro” da época e a criação da nova moeda - o “cruzeiro novo” (na verdade, as cédulas antigas ganharam um carimbo com o novo valor e novo nome). Logo após, em 1970, o “cruzeiro novo” ganha cédula nova e vira simplesmente “cruzeiro” outra vez. Em 1986, após 16 anos de inflação elevada e perda do valor da moeda, o Plano Cruzado cria a moeda de mesmo nome – o “cruzeiro” perdia mais três zeros e cada mil “cruzeiros” passavam a valer um “cruzado”. Em 1989, nova reforma monetária e novamente cada mil unidades do recente “cruzado” passavam a valer um “cruzado novo”, moeda criada naquele momento. Pouco mais de um ano depois, no início de 1990, com o Plano Collor, a reforma monetária reintroduz o nome “cruzeiro” para a nossa moeda, sem

perdas de zeros. E em agosto de 1993, o então recente “cruzeiro” vê-se transformado em “cruzeiro real”, para logo em seguida efetivar-se a transformação no nosso atual “real” por meio das tabelas de conversão da Unidade Real de Valor (URV).

Ora, é mais do que compreensível o receio da maioria da população com relação a eventual volta aos cenários pré-1994. Quem viveu sob a égide do crescimento diário dos preços e sofreu as conseqüências de tal processo reconhece a importância do ambiente de estabilidade de preços. Principalmente os que vivem de remuneração de seu próprio trabalho ou de aposentadoria e têm menor capacidade de se proteger da perda contínua do valor monetário do dinheiro guardado fora da esfera financeira.

Apenas a título de comparação: entre 1995 e 2010, a média da inflação oficial (IPCA) foi de 7,6% ao ano. No período mais recente, entre 2003 e 2010, a média anual caiu para 5,7%. Porém, apenas nos quatro meses que antecederam ao Plano Collor (dezembro de 1989 a março de 1990), a inflação acumulada superou a marca de 700%. Apenas nos 31 dias daquele março ela foi de 82%. Já nos 12 meses que antecederam ao Plano Real, a inflação acumulada foi superior a 5.000%. Como se pode perceber, a diferença para os tempos atuais é significativa.

SENTINDO NO BOLSO Por mais contraditório que possa parecer, o fenômeno da inflação é carregado de forte abstração. Ou melhor, encerra em si mesmo uma contradição: o elemento real/concreto, ao mesmo tempo em que explicita um aspecto ideal/abstrato. O concreto refere-se ao efeito gerado pelo crescimento dos preços em si mesmo, à capacidade de transformar o montante da moeda em mercadoria, ao volume das compras que podem ser efetuadas a cada

momento com aqueles recursos. É a sensação bem objetiva, aquilo que a sabedoria popular denomina como “sentir no próprio bolso” as conseqüências da inflação. É palpável, é real. Os preços do pão, do leite, do ônibus, da gasolina, da batata, do tomate, do telefone, da televisão, das roupas, do aluguel, da eletricidade sobem. Tudo aumenta de preço. E, mais uma vez, a sabedoria popular explica melhor com a imagem da “falta de salário no final do mês”.

No entanto, a inflação é também sintetizada por um número, por um índice. E tal movimento implica um elevado grau de abstração, uma dificuldade de apreender o processo em sua plenitude. Na verdade, busca-se a síntese de um fenômeno generalizado de elevação de preços no conjunto da economia para algo que se expressa sob a forma de um x % ao ano, de um y % ao mês e, às vezes, até mesmo de um z % ao dia. E aqui reside um aspecto essencial: esse de conglomerar, adensar num único número um fenômeno carregado de significados que tangenciam o econômico, o social, o cultural.

11,3%
foi o valor

do IGP-DI divulgado em 2010 pela FGV

O fato é que cada indivíduo, cada família ou cada empresa apresenta um padrão de consumo diferenciado. E isso também varia de acordo com as características regionais (a cesta de consumo de uma família no Sul ou no Nordeste), com as características de renda (padrão de consumo da chamada classe A

versus a classe C, por exemplo), com o tipo de empresa considerada (compradora de matérias-primas, mais intensiva em capital ou trabalho, etc). E a lista das diferenças é praticamente inesgotável: moradia própria ou pagamento aluguel; veículo próprio ou uso de transporte público; família morando em ambiente urbano ou rural; consumo nas regiões metropolitanas das capitais ou em pequenos municípios do interior; matrícula dos filhos em escola pública ou privada; uso de serviços de saúde do SUS ou pagamento de plano de saúde privado; etc.

INDICADORES VARIADOS Assim, quando se depara com o número “oficial” da inflação do período, cada agente econômico vai se sentir mais ou menos identificado com aquela referência. Exatamente por ser uma média, tal índice opera como se fosse uma abstração. Para tentar mapear o comportamento de forma mais específica e detalhada, aos poucos foi sendo desenvolvido um conjunto amplo de indicadores que buscam dar conta de tal diversidade de situações. E hoje os tomadores de decisão têm a seu dispor uma grande quantidade de índices e suas siglas, sempre associados às instituições que os elaboram. Alguns exemplos:

- INPC (IBGE): Índice Nacional de Preços ao Consumidor (1 a 6 salários mínimos)
- IPC (FIPE/USP): Índice de Preços ao Consumidor – município de São Paulo
- IPC (FGV): Índice de Preços ao Consumidor
- IPC – S (FGV): Índice de Preços ao Consumidor - semanal
- IPCA (IBGE): Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (1 a 40 salários mínimos)
- IPCA – 15 (IBGE): Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (entre dias 15 de cada mês)



Entre 1995 e 2010, a média da inflação oficial (IPCA) foi de 7,6% ao ano. Entre 2003 e 2010, a média anual caiu para 5,7%.

- IGP – DI (FGV): Índice Geral de Preços – disponibilidade interna
 - IGP – M (FGV): Índice Geral de Preços – mercado
 - ICV – SP (DIEESE): Índice de Custo de Vida – município de São Paulo.
 - INCC (FGV): Índice Nacional da Construção Civil
 - IPA (FGV): Índice de Preços por Atacado
 - IPA – M (FGV): Índice de Preços por Atacado – mercado
- Como a apuração de cada índice resulta em um número diferente para a inflação do período, dependendo do indicador utilizado conclui-se que houve perdas ou ganhos relativos. É conhecido, por exemplo, o fato dos contratos das prestadoras de serviços públicos pós-privatização terem sido reajustados pelo IGP-M, que apurava índices mais elevados

do que a inflação oficial e dos reajustes salariais. Resultado: transferência de renda da maioria da população para um grupo restrito de empresas privadas.

Uma sofisticação importante foi a elaboração dos índices que incorporam os produtos importados e a pesquisa dos preços no atacado. Assim, por exemplo, pode-se avaliar se a inflação em um certo momento tem determinantes externos importantes, como a alta no preço do petróleo, do minério de ferro, da soja e outras bens chamados *commodities* no mercado internacional, sobre os quais a demanda brasileira não tem nenhuma capacidade de atuar – a não ser por meio da taxa de câmbio. Ou então, pode-se captar alguma tendência de elevação futura quando os preços no atacado apresentam alta. Isso

significa que os insumos serão processados ou os estoques vendidos já num patamar de preços mais elevado, quando chegarem na ponta para o consumidor final.

É difícil estabelecer um único índice que atenda, de forma homogênea e isonômica, a todos os setores da sociedade em suas expectativas de reposição das perdas provocadas pelo processo inflacionário

E as diferenças continuam: a FGV divulgou que o IGP-DI para 2010 ficou

em 11,3%. Mas a o IBGE informou que a inflação medida pelo IPCA para o mesmo período ficou em 5,9%. Por um lado, mais perdas para quem vive da remuneração de seu trabalho. Por outro, maior pressão do mundo financeiro sobre o governo para aumentar a taxa de juros na reunião do Copom.

Assim, fica realmente complicado estabelecer um único índice que atenda, de forma homogênea e isonômica, a todos os setores da sociedade no que se refere ao atendimento de suas expectativas de reposição das perdas provocadas pelo processo inflacionário. Na verdade, vê-se reforçada a tese de que a inflação em nosso País tende a acentuar os aspectos da concentração de renda. **(i)**



Historicamente, no Brasil, a inflação tende a acentuar a concentração de renda



Tributos grandes e Estado insuficiente: por que?

O Brasil vive desde 2004 um período raro em sua história: reencontrou o caminho do crescimento econômico, vive em democracia eleitoral e alcançou progressos sobre a pobreza e a desigualdade. Significará, este momento, o início de transformações sociais importantes?

Não é o que parece. Os avanços na área social, embora importantes, não arranharam as escandalosas mazelas sociais do país. Nossas melhores máquinas e equipamentos ainda vêm do exterior, levando a custosas importações, mas principalmente indicando que continuamos dependentes na tecnologia e nos padrões de consumo. Insistimos, marcadamente o Governo, na ausência de uma visão de futuro, de um projeto de nação. Tudo isso informa que ainda somos os mesmos.

Mesmo assim, a retomada do crescimento com ações de distribuição de renda já apavora analistas financeiros que gritam, associando a elevação do PIB com o aumento dos preços. Neste mundo estranho, o deus mercado já não é louvado como antes, mas o Estado volta a ser o culpado. Assim, é preciso controlá-lo, diminuí-lo, e, como sempre, entoa-se a ladainha, quase mantra, do Estado caro demais.

Esse discurso é interessado e esconde informações. A carga tributária em 2008, antes da crise, ficou em torno de 35,2% do PIB e, em meio às acusações de ser excessiva para o padrão de desenvolvimento brasileiro, dois fatos fundamentais foram “esquecidos” (?).

O primeiro é a triste regressividade da nossa estrutura tributária. Com ela, aliviavam-se os mais ricos em detrimento de todos

os demais. O Brasil, além de concentrar a arrecadação sobre os tributos indiretos — reforçando a desigualdade — e possuir um número reduzido de alíquotas de imposto de renda — beneficiando os mais abastados —, torceu a lógica e cobra um IPTU estranhamente regressivo. Aqui, dos 340 municípios com mais de 50 mil habitantes, apenas 52 têm IPTU com alíquota progressiva.

O resultado é conhecido: os estratos médios da população arcam com enorme peso em tributos e, por isso, sentem-se lesados e não atendidos em suas demandas. Qualquer discurso simplista sobre o abuso dos impostos ou do Estado gastador parece a esse grupo uma verdade tangível. É a carga, porém, que está mal distribuída.

O segundo, e mais grave, mostra que é *irreal* a afirmação de que o Estado brasileiro gasta demais em proveito próprio. Estimativas para 2008 provam que dos 35,2% do PIB arrecadados pelas três esferas de governo, 15% retornam *em dinheiro* para a sociedade na forma de transferências sociais, previdência e subsídios, fundamentais no combate à pobreza de milhões de pessoas. Ou seja, sobram 20,2% do PIB nas mãos do Estado, incluindo os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Desses 20,2% do PIB, os governos pagaram, *também em dinheiro*, 5,4% do PIB em juros líquidos da dívida pública, desta vez beneficiando umas poucas famílias já ricas. *Em outras palavras, sobra, de fato, para o setor público realizar todos os gastos (da folha de pagamento até investimentos) algo em torno de 14,8% do PIB!* Ou seja, menos de 15% do PIB para ser o “leviatã” gastador, o gigante maldito dos conservadores.

Por que se quer um Estado menor e pequeno? Para ser eficiente e permitir maior desenvolvimento, diriam os conservadores. A história dos países ricos, contudo, desqualifica essa crença. Entre eles, *sem qualquer exceção*, as arrancadas sempre contaram com Estados fortes, atuantes e relativamente robustos.

Essa discussão não é desinteressada. A acusação de um Estado grande demais vem sempre acompanhada de sugestões de cortes de gastos. O problema é: quais? A escolha invariavelmente recai sobre a previdência social, os servidores públicos e seus salários. Fala-se de custeio e previdência, mas nunca, nunca, nunca se comenta sobre os juros pagos aos mais ricos. Será coincidência?

Enfraquecer o Estado e deixá-lo permanentemente em coma parece ser útil a uma parcela pequena, mas poderosa da população. Assim, respondendo a pergunta do título, é possível afirmar: 1. a arrecadação tributária é elevada porque sem ela o Estado não conseguiria transferir recursos aos mais pobres e ao mesmo tempo atender aos juros da dívida. 2. Somadas essas duas contas, o Estado precisa se virar com o pouco que sobra. Ao final, fica, de um lado, pressionado pelos conservadores que o chamam de “grande” e, de outro, por ser “pequeno” face à tarefa que tem pela frente, corre o risco de perder legitimidade, pois não tem musculatura para voltar a ser indutor do desenvolvimento brasileiro.

E agora? 

Ricardo Luiz Chagas Amorim é economista, pesquisador ligado ao IIE-UNICAMP, professor da FACAMP e membro da Sociedade Brasileira de Economia Política. Foi diretor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.



Planejar o Desenvolvimento: um legado para futuras gerações

Todo início de ciclo governamental traz uma renovação de expectativas acerca dos destinos do país. Com a eleição da Presidenta Dilma, a primeira mulher a ocupar este cargo, não são poucas as esperanças na construção de um país melhor e mais justo. A herança recebida pela presidenta é generosa; a expansão desta herança poderá ser feita, entretanto, por meio de acréscimos marginais ou pelo compromisso de dar saltos qualitativos neste legado.

Se pensarmos no período que começa no Plano Real (1994) e estende-se até o final do governo Lula em 2010, pode-se periodizar a evolução da economia brasileira quanto à intensidade e robustez do seu crescimento em duas fases: numa primeira de 1995 a 2003 onde predominou um quadro de relativa estabilidade macroeconômica frente à situação pregressa dos anos 1980 e início dos 1990 (descontrole fiscal, inflação elevada e baixo crescimento econômico) acompanhado de controle efetivo da inflação e crescimento em bases fracas (taxa média anual de expansão do PIB total no período de 1,9%) e com taxas voláteis e sujeitas às intempéries de várias crises financeiras internacionais.

No período seguinte, 2004-2010, importantes alterações qualitativas e quantitativas tiveram curso: a estabilidade macroeconômica foi mantida – com a inflação sob controle e taxas de crescimento mais elevadas (em média 4,7% ao ano) e bem mais consistentes que no ciclo anterior. A expansão do gasto social neste período em direção aos mais pobres e vulneráveis permitiu uma redução muito mais acentuada da pobreza e da desigualdade

de renda que em períodos anteriores da vida republicana nacional.

As condições benéficas recebidas pela atual administração federal permitem que o planejamento se dedique a criar uma trajetória de longo prazo para a economia brasileira, de fato, indutora de uma nova (e mais robusta) fronteira de possibilidades para o desenvolvimento nacional. A despeito da retomada do crescimento no pós-estabilização do Real, o país não conseguiu apontar para um modelo ou estilo de desenvolvimento antecipador dos desafios e oportunidades que se delineiam no mundo para as próximas décadas.


Com a eleição da Presidenta Dilma, a primeira mulher a ocupar este cargo, não são poucas as esperanças na construção de um país melhor e mais justo. A herança recebida pela presidenta é generosa; a expansão desta herança poderá ser feita, entretanto, por meio de acréscimos marginais ou pelo compromisso de dar saltos qualitativos neste legado.

Os meios e os instrumentos de que o governo federal dispõe estão atrelados ainda à visão de curto e médio prazos, e o esforço imaginativo do planejamento governamental não tem passado de quatro anos à frente, tal como disposto na peça do planejamento plurianual (PPA). Questões

fundamentais sobre que país se quer para as gerações do futuro, daqui a 40 ou 50 anos, são fracamente discutidas ou mesmo inexistentes. Qual deveria ser a participação da economia brasileira no contexto mundial, digamos, em 2050? Quais são as instituições necessárias para levar adiante as novas questões e ou oportunidades que se colocam ao país?

Nas décadas de 1950 e 1960, a sociedade brasileira conseguiu parir um conjunto de instituições para definir e moldar o seu desenvolvimento subsequente, do qual somos caudatários até hoje. Instituições financeiras como BNDES, o BNB e o Banco Central; produtivas como a Petrobras; de apoio e assessoria ao planejamento como o Ipea e a Sudene; ou mesmo, as de apoio à formação de quadros no ensino superior e na pesquisa avançada como a Capes e o CNPq, foram, entre outras, todas criadas neste período.

Tais instituições, cada qual com seus propósitos, deram enorme contribuição à modificação estrutural que a economia e a sociedade brasileiras tiveram nos últimos 50 ou 60 anos. Na verdade, pode-se afirmar que o modelo de desenvolvimento do Brasil hoje é resultado, de modo marcante, das iniciativas institucionais geradas naquele período.

Olhando para esta experiência do passado, seria factível pensar que estamos deixando hoje algum legado institucional portador do desenvolvimento para as futuras gerações? O planejamento que se faz hoje no seio do governo federal vislumbra estas preocupações? 

O avanço das commodities

Maria Inês Nassif – de São Paulo

Estudo do Ipea alerta para a mudança do perfil da pauta de exportações. Entre 2007 e 2010, commodities avançaram de 41% para 51% no total de produtos vendidos pelo Brasil ao exterior. Para o ex-ministro Bresser Pereira, o câmbio deve ser a preocupação central de governo.



“E stamos virando um México, e nada há de mais desgraçado do que virar um México”, afirma o ex-ministro Luiz

Carlos Bresser Pereira, economista e cientista político. Ser México é tornar-se um maquilador e um montador de produtos de mais alta complexidade tecnológica. Ser contaminado pela “doença holandesa”, outro risco para o qual Bresser vem alertando desde 2005, é seguir os passos dos Países Baixos na década de 1960, quando o “boom” dos preços do gás aumentou substancialmente as receitas de exportação daquele país, num primeiro momento, para em seguida afetar fortemente a competitividade do seu setor industrial. México e Holanda hoje ilustram o temor dos especialistas de que a boa inserção do Brasil no comércio internacional de *commodities* e a atratividade do país para

os capitais internacionais, que mantêm o real forte, possam comprometer, no futuro, a indústria brasileira.

Em 2005, o comércio do Brasil representava 3,77% de todas as exportações de commodities primárias no mundo; em 2009, sua participação subiu para 4,66%

A reprimarização da pauta de exportações do país já é um fato. Entre 2007 e 2010, a participação das *commodities* primárias na pauta de exportações brasileiras saltou dez pontos percentuais, de 41% para 51%, depois de ter estacionado no patamar dos 40% nos anos

1990. Os dados são de estudo dos pesquisadores Fernanda De Negri e Gustavo Varela Alvarenga, publicado no número 13 do boletim *Radar*, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Em *A primarização da pauta de exportações no Brasil: ainda um dilema*, os dois pesquisadores concluem que, em 2010, o país aumentou seu nível de exportação de minérios, principalmente minério de ferro, em relação ao ano anterior, e também do açúcar. (Ver gráfico 1)

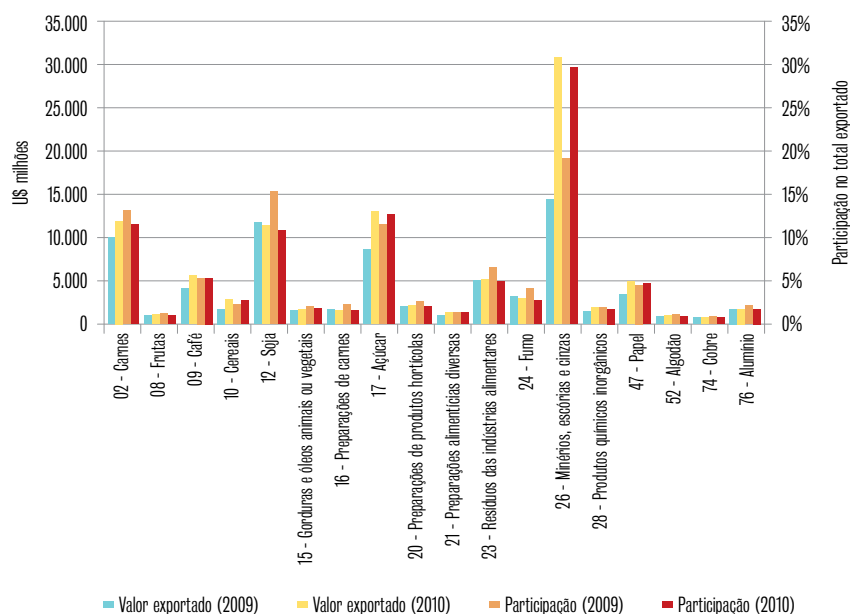
Segundo o estudo, o Brasil, desde 2005, perde *market share* (participação do país nas exportações mundiais, por categorias) em todos os produtos da pauta de exportações brasileiras, exceto *commodities* primárias e “outros” (item que inclui petróleo). Em 2005, o comércio do país representava 3,77% de todas as exportações de *commodities* primárias no mundo; em 2009, sua participação subiu



Les Chatral

Doca do Reino Unido, um dos grandes mercados de produtos da América Latina

Gráfico 1: Valor e participação de algumas commodities na pauta de exportações



Fonte: Secex/MDIC – Dados elaborados por Fernanda De Negri e Gustavo Varela de Alvarenga

para 4,66% das exportações mundiais desses produtos. O país movia 0,94% dos produtos de média intensidade tecnológica exportados mundialmente; em 2009, essa participação caiu para 0,74%. O *market share* dos produtos de alta intensidade tecnológica era de 0,50 em 2005; foi de 0,49 em 2009 (ver tabela 1).

A conjuntura internacional contribuiu fortemente para isso. Ainda segundo De Negri e Alvarenga, a primarização da pauta de exportações brasileiras se acentuou com a

crise internacional. Houve uma forte retração do comércio mundial, de 22% em 2009, em relação ao ano anterior, enquanto a economia chinesa decresceu apenas 11%. Nesse período, a China se consolidou como o principal parceiro comercial do Brasil. Entre 2008 e 2009, auge da crise internacional, o total das exportações brasileiras caiu de US\$ 197 bilhões para US\$ 152 bilhões; as exportações para a China, no mesmo período, subiram de US\$ 16 bilhões para US\$ 20 bilhões. Em 2010, o país asiático

importou US\$ 30 bilhões de mercadorias brasileiras, predominantemente *commodities*. Em 2000, as exportações brasileiras para a China representavam 0,49% das importações chinesas e hoje significam 2% das compras daquele país. Em 2009, o Brasil fornecia cerca de 2,5% de todas as *commodities* importadas pela China.

PERDA DE COMPETITIVIDADE A primarização das exportações brasileiras não é apenas resultado de um bom desempenho das *commodities* no mercado internacional, segundo o estudo dos pesquisadores do **Ipea**. É também reflexo da perda de competitividade de todos os outros setores no comércio industrial. Isso quer dizer que o “boom” das *commodities* compensou a perda de competitividade de outros setores. Por enquanto, ocorre a primarização das exportações. Os autores acham que é prematuro falar de “desindustrialização” do país, já que uma forte demanda doméstica tem sustentado o aumento da produção industrial, mas consideram que a duração, no tempo, de um cenário de valorização internacional das *commodities* e câmbio alto pode ter séria repercussão no futuro.

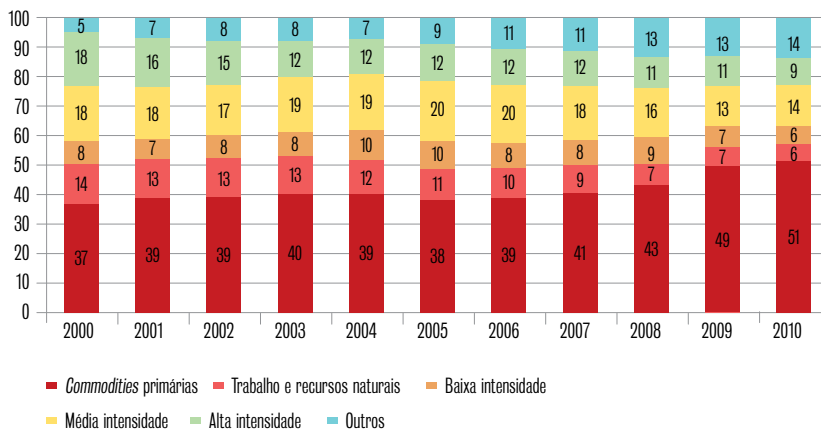
O economista David Kupfer, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), observa que o Brasil tem um baixo coeficiente de exportação de produtos industrializados. O padrão histórico do país é o de produção

Tabela 1: Participação do Brasil nas exportações mundiais por categoria de produto, segundo intensidade tecnológica (2000 a 2009)

| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 |
|---------------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| <i>Commodities</i> primárias | 2,77 | 3,12 | 3,13 | 3,33 | 3,57 | 3,77 | 3,70 | 3,72 | 4,23 | 4,66 |
| Mão de obra e recursos naturais | 0,90 | 0,94 | 0,93 | 0,96 | 1,06 | 1,05 | 1,06 | 1,01 | 0,89 | 0,78 |
| Baixa intensidade | 1,18 | 1,09 | 1,18 | 1,27 | 1,55 | 1,55 | 1,37 | 1,26 | 1,43 | 1,15 |
| Média intensidade | 0,63 | 0,65 | 0,63 | 0,71 | 0,80 | 0,94 | 0,94 | 0,86 | 0,87 | 0,74 |
| Alta intensidade | 0,52 | 0,53 | 0,47 | 0,40 | 0,43 | 0,50 | 0,51 | 0,51 | 0,54 | 0,49 |
| Outros | 0,34 | 0,54 | 0,64 | 0,63 | 0,58 | 0,67 | 0,75 | 0,85 | 0,85 | 0,95 |
| Total | 0,88 | 0,97 | 0,96 | 0,99 | 1,08 | 1,16 | 1,17 | 1,18 | 1,26 | 1,26 |

Fonte: Secex/MDIC, OMC e Contrade. Classificação por intensidade de acordo com metodologia da Unctad. Dados elaborados por Fernanda De Negri e Gustavo Varela Alvarenga

Gráfico 2: Participação dos diferentes grupos de produtos, segundo intensidade tecnológica, nas exportações brasileiras (2000 a 2010) (Em %)



Fonte: Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Secex/MDIC). Elaboração dos autores.
Obs.: Classificação por intensidade tecnológica feita com base na metodologia disponível em UNGTAD (2002).

para o mercado interno e exportação marginal. Ainda assim, diz, é possível observar que o país “passa por um momento de mudança estrutural em sua economia e relativamente lento”, que se percebe com maior clareza no perfil da pauta de exportações. “Por razões de toda natureza, não é razoável imaginar que o comportamento da pauta comercial será neutro para a estrutura produtiva brasileira”, afirma o economista. “A primarização da pauta de exportações já está avançada”, diz Kupfer – dois terços de tudo o que o Brasil exporta é de produtos primários ou com apenas um primeiro processamento industrial. O economista concorda que esse é um processo que se consolidou nos últimos cinco anos e que, se persistir, resultará num quadro de “fragilidade sistêmica da indústria”. “O sinal amarelo está aceso”, alerta.

ENTIDADES EM ALERTA O “sinal amarelo”, aliás, acendeu também fora da área acadêmica. No último dia 26, durante um seminário sobre o tema, a Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Força Sindical e os sindicatos dos metalúrgicos do ABC e de São Paulo e Mogi das

Cruzes divulgaram um documento, intitulado *Brasil do diálogo, da produção e do emprego*, que se pretende ser uma pauta mínima de debate com o governo de medidas capazes de atenuar a repercussão do aumento da competitividade das *commodities* e da valorização cambial sobre a estrutura industrial brasileira. A proposta é “resgatar o protagonismo da indústria no processo de desenvolvimento”, já que “a produção e exportação de *commodities* agrícolas e minerais, apesar do grande aumento recente, não geram emprego e renda suficientes para atender a demanda da nação brasileira”. “Mesmo o setor de serviços”, diz o documento, “tem seu dinamismo derivado principalmente da indústria”.

A primarização das exportações brasileiras não é apenas resultado de um bom desempenho das commodities no mercado internacional. É também reflexo da perda de competitividade de todos os outros setores no comércio industrial, segundo estudo do Ipea

“A ideia é recuperar a experiência das câmaras setoriais da indústria”, afirma o presidente da CUT, Artur Henrique da Silva Ramos. Em 1992, a criação de uma comissão tripartite da indústria automobilística, integrada por sindicatos patronais e de trabalhadores e o governo, resultou em medidas consensuais de incentivo ao setor, fortemente abalado por uma conjuntura recessiva. “O carro popular nasceu desse acordo”, lembra o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Sérgio Nobre. Empresários e trabalhadores pretendiam levar a proposta pessoalmente à presidenta Dilma Rousseff, em audiência que seria mediada pelo vice-presidente Michel Temer.

“Há um processo perigoso, criado por um cenário econômico transitório, que pode afetar as decisões de investimento e, portanto, a estrutura produtiva do país”, pondera Fernanda De Negri, que hoje ocupa o cargo de assessora de Acompanhamento e Avaliação do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Essa mudança já pode ser percebida no chão-de-fábrica. “No setor automobilístico, só o que está sendo produzido internamente são os componentes de baixa tecnologia. Se a indústria nacional não andar rápido, vai ficar fora de uma indústria que cada vez mais incorpora novas tecnologias”, diz Nobre.

O documento assinado pela Fiesp e pelas centrais sindicais reivindica uma política industrial, tecnológica e do comércio exterior, mas registra, de início, a necessidade de um “ambiente macroeconômico favorável” – o



Ed Köhler



Redução da porcentagem de produtos com maior valor agregado no comércio externo causa preocupação

que remete às políticas cambial e de juros. “O governo está no impasse de mudar a política cambial e a política de juros e conseguiu alguma coisa com os juros, que baixaram porque o então presidente Lula (Luiz Inácio Lula da Silva) pressionou muito o Banco Central, mas não foi o suficiente”, afirma Bresser Pereira, um dos expositores do seminário Fiesp-centrais sindicais e defensor da ideia de que apenas um pacto nacional pode definir uma estratégia nacional de desenvolvimento. Como não é o momento de mexer mais nos juros, porque a economia está aquecida, a apreciação cambial torna-se o problema central de curto prazo. “O governo parece que jogou a toalha nessa questão”, opina Bresser. “Não existe política industrial que dê conta de neutralizar a questão cambial”, concorda Nobre.

VALORIZAÇÃO CAMBIAL O estudo do **Ipea**, assim como o documento da Fiesp, apontam para a necessidade de uma política ativa de inovação que consiga, a longo prazo, reverter a tendência à desindustrialização, mas concordam que a

grande questão de curto prazo é a valorização cambial. “Políticas de inovação cada vez mais profundas e eficientes serão fundamentais para agregar valor à estrutura produtiva no longo prazo”, afirmam os autores do estudo. “É preciso investimento não apenas público, mas privado, em tecnologia, mas é preciso investir muito”, afirma o presidente da CUT. No curto prazo, todavia, é preciso que se opere para reduzir a valorização do real ou para neutralizar as distorções do câmbio sobre a estrutura produtiva do país. O documento “Brasil do diálogo” sugere, como medidas para desvalorização da moeda nacional, o aumento do IOF sobre entrada de investimento em carteira sempre que houver elevação das taxas de juros (que atraem mais dólares para o país); intensificação da compra de dólares pelo Banco Central no mercado futuro e prazo mínimo de 120 dias para contratos no mercado futuro do câmbio – isto é, empresários e trabalhadores não discutem o “tripé” vigente, de política fiscal rígida, juros e câmbio flutuante. Um modelo cuja rigidez leva o economista David Kupfer a não enxergar

muita saída – num regime como esse, em que o câmbio flutua, a valorização cambial torna-se mais um fenômeno financeiro do que propriamente comercial.

No estudo do **Ipea**, os pesquisadores listaram instrumentos usados para o problema de curto prazo. “Nossa ideia foi elencar todas as medidas disponíveis para reduzir o câmbio e aumentar a competitividade dos setores de maior tecnologia, e apontar as suas vantagens e desvantagens”, afirma De Negri.

A intervenção no câmbio é uma saída, mas o aumento do Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF) para capitais estrangeiros, medida já tomada pela administração da presidenta Dilma Rousseff, não parece ter surtido efeito (até porque o Brasil também registra entrada excessiva de investimentos estrangeiros diretos, que não são gravados pelo imposto). Além disso, uma ação mais direta do governo no mercado de moeda estrangeira tem um custo fiscal elevado, segundo o estudo. O governo não mostra simpatia por mudanças no regime cambial, o que limita as possibilidades de intervenções diretas na moeda.

TAXAÇÃO DE EXPORTAÇÕES O estudo também aponta como medida disponível, embora igualmente polêmica, a taxa de exportações de determinadas *commodities*. O efeito seria reduzir a rentabilidade dessas mercadorias em relação a dos produtos industrializados, o que neutralizaria o efeito da alta internacional desses preços primários sobre as decisões de investimento interno. “Esta também é uma decisão delicada, pois a pequena exportação sempre foi um problema para o país, que desde os anos 1980 faz um esforço gigantesco para aumentar o seu comércio internacional”, afirma a pesquisadora do **Ipea**. Todavia, pondera, o excesso de internalização do dólar na economia brasileira e a valorização do câmbio podem ter uma repercussão negativa, no longo prazo, sobre a estrutura produtiva. Se o câmbio produzir uma grande distorção,

desfavorável às atividades industriais, essa medida pode corrigi-la, “distorcendo” os preços para favorecer a produção de mercadorias de maior valor agregado. “Sinceramente, não sei a viabilidade dessa medida, mas ela está aí, caso seja necessário intervir nesse cenário transitório”, diz Fernanda De Negri.

Estão também na lista de providências que poderiam ser tomadas pelo governo a política de desoneração de investimentos – que foi ativa durante a crise de 2008/2009 – e de crédito público, via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Outra estratégia possível seria utilizar “as políticas de inovação e investimento para fomentar a diversificação produtiva das grandes empresas brasileiras de *commodities*”, aponta o estudo. Em entrevista, a assessora do MCT sugere também o incentivo à aquisição de empresas

“A primarização da pauta de exportações já está avançada. Dois terços de tudo o que o Brasil exporta é de produtos primários ou com apenas um primeiro processamento industrial”

David Kupfer,
da UFRJ

estrangeiras por brasileiros, não apenas em setores tradicionais, como tem acontecido, mas em setores de mais alta tecnologia. “O Brasil sempre foi receptor líquido de investimentos diretos, mas agora, com a apreciação cambial, as empresas lá fora ficaram baratas”. Isso pode tirar de circulação os dólares que abarrotam o mercado, e a internacionalização das empresas nacionais podem se constituir em instrumento de aquisição de tecnologia.

INFLAÇÃO TEMPORÁRIA Para o ex-ministro Bresser Pereira, todavia, o câmbio (que, segundo o estudo do **Ipea**, em janeiro de 2011 exibia uma valorização real de mais de 25% em relação a 2005) deve ser a preocupação central de governo. “A depreciação do real implica uma queda temporária dos salários e um aumento temporário da inflação, mas creio que vale a pena para os trabalhadores fazer essa troca porque os custos serão pequenos e de curta duração”, expôs o ex-ministro, no seminário do dia 26. Segundo ele, uma desvalorização de 30% resultaria numa perda de 6% nos salários, que seria recuperada em três anos. A avaliação pessimista de uma depreciação cambial nessa proporção, segundo Bresser, seria a de que ela afetaria os salários em 36%, com recuperação do patamar atual em seis anos. Para o ex-ministro, a retórica de perda salarial e aumento da inflação, sacada contra uma ação mais efetiva do governo para desvalorizar o câmbio, faz parte de uma tática de amedrontar a sociedade brasileira, levada a termo “pelos ortodoxos e pelos interesses estrangeiros”. **i**



Sobrevalorização do real dificulta vendas de produtos industriais



A geopolítica da energia na América Latina

A economia internacional da energia tem como traço saliente a dependência dos países desenvolvidos em relação aos países exportadores de hidrocarbonetos (petróleo e gás natural), quase todos situados na região do planeta abarcada pela categoria sócio-econômica de “Sul”. A garantia do acesso a esses recursos por preços aceitáveis se inclui entre as prioridades permanentes nos cálculos estratégicos dos países centrais (o “Norte” global), sobretudo depois do abalo causado pelo “choque do petróleo” de 1973. Na última década, a percepção de desequilíbrio entre o crescimento acelerado do consumo global de energia e o ritmo mais lento da expansão da oferta de recursos energéticos realçou a ênfase que os países importadores, em especial os EUA, atribuem à chamada “segurança energética”. Na perspectiva estadunidense, esse conceito é definido como “o aporte confiável, amplo e diversificado e a preços acessíveis de suprimentos de petróleo e gás (e seus equivalentes futuros) para os Estados Unidos, seus aliados e parceiros – e a infra-estrutura adequada para levar esses suprimentos ao mercado” (Kalicki and Goldwyn, 2005).

O principal documento oficial sobre energia nos EUA, formulado em 2001, vincula a “segurança energética” à política externa estadunidense ao estabelecer como objetivo estratégico o aumento da oferta mundial de combustíveis por meio de medidas destinadas a fazer com que os países produtores intensifiquem a exploração de suas reservas. O controle dos recursos energéticos se torna objeto de crescente disputa política. Grande parte dos especialistas acredita que a produção mundial está perto de atingir seu

ponto máximo, a partir do qual iniciará um lento declínio. Essa previsão é apontada por muitos como o motivo estrutural por trás do aumento dos preços dos hidrocarbonetos, que mais do que triplicaram desde 1999.


As práticas de livre-mercado, que favorecem a atuação das multinacionais petrolíferas, quase todas sediadas nos países mais ricos, são defendidas como o melhor meio de garantir os suprimentos de energia em escala mundial. A *National Energy Policy (NEP)*, anunciada por George W. Bush em 2001 no documento que ficaria conhecido como Relatório Cheney (referência à autoridade que coordenou sua elaboração), admite sem rodeios que a economia norte-americana continuará a consumir uma parcela altamente desproporcional dos recursos naturais do planeta.

Para os países exportadores de hidrocarbonetos – a maioria dos quais têm nesses recursos sua principal e, muitas vezes, única fonte significativa de receita fiscal –, a segurança energética é sinônimo de segurança econômica, política e social.

Os combustíveis fósseis são bens não-renováveis. Por isso, os produtores, caso se comportem de modo racional, não podem levar em conta apenas a vantagem de curto prazo a ser obtida com a elevação das vendas, mas devem calcular também o ritmo de exaustão das suas reservas e a valorização futura dos recursos do subsolo.

Nesse contexto ganha terreno, em contraposição ao conceito de “segurança energética”, a ideia alternativa da “soberania energética”. A sistematização desse conceito em sua forma mais elaborada é obra do autor argentino Gustavo Lahoud, que define soberania

energética como “a capacidade de uma comunidade política para exercer o controle e a autoridade e para regular de maneira racional, limitada e sustentável a exploração dos recursos energéticos, conservando uma margem de manobra e uma liberdade de ação que lhe permita minimizar os custos associados às pressões externas dos atores estratégicos que rivalizam pela obtenção desses recursos”.

A dimensão energética da integração entre os países da América do Sul se articula institucionalmente, desde 2000, na Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), criada na I Reunião dos Presidentes da América do Sul. Especialistas apontam como o maior obstáculo à integração energética fatores políticos relacionados com a definição do marco regulatório da exploração e transporte dos recursos energéticos. O debate atual registra um choque entre duas visões opostas. A Venezuela propõe um modelo que confere um papel central às empresas estatais, por meio da criação de uma estatal regional. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e alguns governos da região defendem uma função decisiva para a iniciativa privada – alternativa em que a definição de um marco regulatório claro se mostra essencial. Já o principal ator regional – o Brasil – se situa, cautelosamente, em uma posição intermediária, marcada pela busca de um equilíbrio entre atores privados e estatais. 

Igor Fuser é mestre em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação Santiago Dantas (Unesp, PUC-SP e Unicamp), doutorando no Departamento de Ciência Política da USP e coordenador do curso de Jornalismo na Faculdade Casper Libero (SP).



Matriz de energia elétrica e a geração nuclear (2010/2030)

A matriz elétrica brasileira apresenta condições excepcionais no que respeita às fontes renováveis de energia. Adicionalmente, esses energéticos têm característica de provocarem baixos níveis de emissão de gases de efeito estufa, quando do seu uso industrial (UHE e UTE). Assim, em 2010, 83,6% da matriz era composta de fontes renováveis. Este percentual tende a se reduzir um pouco ao longo da série histórica, atingindo 82,8% em 2019 e 79,5% em 2030.

Atualmente, 78% da matriz elétrica tem fonte hídrica, 1,8% de urânio (nuclelétrica), 7,9% de gás natural, 5,5% de derivados de petróleo (óleo combustível e diesel), 4,8% de biomassa e 1,3% é eólica. Estimativas feitas pelo **Ipea**, tendo por base o Plano Decenal de Energia (PDE) 2019 e o Plano Nacional de Energia 2030, apontam que a estrutura da matriz chegará em 2030 com uma participação pouco menor de geração com fonte hídrica (74%), com destaques para o crescimento da geração nuclelétrica (4,1%), gás natural (9,2%) e eólica (2,1%).

O PDE 2019 estima que a partir de 2014 não haverá mais acréscimo de capacidade de geração cujas fontes sejam derivados de petróleo, carvão e gás natural. Porém a tendência é de que estas estimativas não se confirmem, no sentido de estarem subestimadas.

Para além das conhecidas discussões sobre impacto ambiental, a alternativa mais racional para a expansão do sistema elétrico é o aproveitamento do potencial hidráulico. Merece destaque também o fato de que a capacidade total de geração de eletricidade a partir de fonte eólica está estimada em

aproximadamente 140 mil MW (novas medições de ventos para torres de 100 m de altura apontam que o potencial chega a 300 mil MW). A capacidade instalada total do parque gerador brasileiro em 2010 era 112,4 mil MW e a previsão para 2015 indica uma potência de 140,9 mil MW, portanto igual ao potencial de geração por fonte eólica.

Também merece atenção as perspectivas de crescimento do uso da biomassa como fonte de geração de energia elétrica. A Unica (União das Indústrias de Cana-de-Açúcar) estima que entre 2020 e 2021 a capacidade instalada utilizando o bagaço e a palha como insumos será de 13% da matriz brasileira. Deve-se mencionar que ambas as fontes (eólica e biomassa) têm alcançado preços competitivos no mercado. A geração eólica está em torno de 130,00 R\$/MWh a 140,00 R\$/MWh e quando se utiliza o bagaço de cana este preço é de aproximadamente R\$ 140,00 por MWh. Como referência, o custo marginal de expansão do sistema elétrico brasileiro é de R\$ 113 R\$/MWh (PDE 2019).

Outra fonte de energia com perspectiva de uso crescente é o gás natural. Com o início da operação do campo de Mexilhão e com as reservas de gás associado a serem extraídas dos campos do Pré-Sal, haverá uma oferta crescente deste insumo. Portanto há necessidade premente de gerar demanda para este energético. Sua queima para geração de eletricidade é uma das alternativas mais eficientes e seguras. Portanto, sua participação na matriz elétrica será crescente ao longo dos próximos anos, ao contrário do que prevê o estudo da Empresa de Planejamento Energético EPE/MME (PDE 2019), com base no qual se fez a estimativa

de que para 2030 esta participação seja de aproximadamente 10%.

Esses comentários permitem inferir que a expansão do sistema elétrico brasileiro pode ser sustentada por fonte hídrica, gás natural, eólica e biomassa durante o horizonte de análise dos estudos desenvolvidos. Ou seja, pelo menos nos próximos vinte anos estes quatro insumos serão suficientes para suportar o crescimento da demanda, para uma perspectiva de expansão da atividade econômica em torno de 5% ao ano (PDE 2019).

O Plano Nacional de Energia 2030 prevê que o crescimento da capacidade de geração com fonte termo nuclear se expandirá entre 4 mil MW e 8 mil MW, além da usina de Angra III. Portanto, a capacidade de geração nuclelétrica em 2030 se situaria entre 7.412 MW e 11.412 MW. Considerando uma média desta previsão, a capacidade seria de 9.412 MW em 2030, representando algo em torno de 4% da matriz nacional. O ponto a ser destacado é o de que, mesmo que o crescimento da demanda possa ser sustentado sem a ampliação do parque nuclelétrico (ou termo nuclear), o programa nuclear brasileiro deve ser mantido, mesmo que em menor escala. O Brasil tem uma equipe de profissionais envolvidos na pesquisa e operação em energia nuclear que não pode ser descontinuada. Existe muita tecnologia assimilada e desenvolvida, fruto de décadas de atuação neste segmento. Para tanto, o ideal é que seja mantido um programa que preveja a construção de uma usina de cada vez, ao longo dos próximos 20 anos. **ii**

Carlos Alvares Campos Neto é coordenador de Infraestrutura Econômica da Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura do Ipea.

Agricultura em família

Verena Glass – do Pará, Paraná e de São Paulo

Francisco da Silva, no assentamento de Novo Repartimento (PA): “Aqui tem de tudo. Arroz, feijão de corda e arranque, milho, batata, batata doce, mandioca, banana, cacau, cupuaçu, laranja, limão, teca, pinhão manso, cedro, cumaru, mogno. Temos o nosso mantimento”.

Com altas taxas de produtividade, a agricultura familiar responde por mais da metade do volume de alimentos colocados na mesa do brasileiro. No entanto, dificuldades de acesso a crédito e concentração fundiária impedem pleno desenvolvimento do setor:

Com uma haste de grama no canto da boca, Francisco da Silva pigarreia, ajeita o boné vermelho desbotado e estufa o peito. Rápida como uma cobra, a mão dá um bote no ar. Maldito carapanã, diz ele em referência a um mosquito da região. O homem abre um sorriso e percorre o matagal a sua frente com um gesto amplo de braço: “Aqui tem de tudo. Arroz, feijão de corda e arranque, milho, batata, batata doce, mandioca, banana, cacau, cupuaçu, laranja, limão, teca, pinhão manso, cedro, cumaru, mogno. Temos o nosso mantimento”.

O matagal no único hectare de roça de Francisco é exemplar de um “ideal” costumeiramente aplicado à conceituação de agricultura familiar sustentável: uma pluricultura consorciada orgânica, capaz de garantir o sustento da família e de produzir um pequeno excedente para comercialização. Outros quatro alqueires do *Sítio Novo* de Francisco ainda mantém, em grande parte, a exuberante vegetação nativa do interior do Pará.

Maranhense de Grajaú, Francisco e a esposa Rosimara migraram para o estado em 1981. Passaram um tempo em Jacundá. Há oito anos, deixaram para trás a vida de empregados e se embrenharam pela zona rural. Acabaram tendo acesso a um pedaço de terra no assentamento do Tuerê, o maior

da América Latina e um dos mais desolados e abandonados projetos do governo, localizado no município de Novo Repartimento. Logo se tornaram agricultores familiares.

Roças e pequenas lavouras como a do casal existem em todo o Brasil.

PRODUÇÃO E DESEMPENHO Uma radiografia da agricultura familiar elaborada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 2009, a partir do Censo Agropecuário de 2006 e de levantamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), exibe dados interessantes sobre o setor. Comparado ao chamado agronegócio, ela domina as estatísticas em número de estabelecimentos rurais e em geração de empregos. Do total de cerca de 5 milhões de estabelecimentos existentes no País, 4,3 milhões são de agricultura familiar (84%) e 807 mil (16%) são de agricultura não familiar ou patronal. Os pequenos ocupam 12,3 milhões de pessoas (74%), e os grandes, 4,2 milhões (26%).

De acordo com os pesquisadores Mauro Eduardo Del Grossi e Vicente Marques, respectivamente do MDA e do Instituto Nacional de Colonização Agrária (Incrá), a agricultura familiar se consolidou na última década como maior responsável pela garantia da segurança alimentar do país, principalmente em relação a produtos de consumo

no mercado interno, como demonstra a tabela abaixo:

Comparação da participação dos modelos de agricultura familiar e não familiar na produção de alimentos básicos

| Cultura | Familiar % | Não familiar % |
|----------|------------|----------------|
| Mandioca | 87% | 13% |
| Feijão | 70% | 30% |
| Milho | 46% | 54% |
| Café | 38% | 62% |
| Arroz | 34% | 66% |
| Trigo | 21% | 79% |
| Soja | 16% | 84% |
| Leite | 58% | 42% |
| Aves | 50% | 50% |
| Suínos | 59% | 41% |
| Bovinos | 30% | 70% |

Fonte: Grossi e Marques a partir das informações do Censo Agropecuário 2006

Segundo os pesquisadores, a eficiência produtiva e econômica da agricultura familiar é, nos resultados finais, superior ao do agronegócio. “Não obstante ocuparem apenas 24% da área [agrícola brasileira], os estabelecimentos familiares respondem por 38% do valor bruto da produção e por 34% das receitas no campo. (...) Enquanto a agricultura familiar gera R\$ 677/ha, a não familiar gera apenas R\$ 358/ha. Também

na ocupação da mão de obra, a agricultura familiar é mais intensiva: ocupa mais de 15 pessoas por 100 ha, enquanto que a não familiar ocupa menos de duas pessoas por 100 ha”.

38%

do valor

bruto da produção nacional advém dos estabelecimentos familiares

Os autores, que também participaram da publicação *O Censo Agropecuário 2006 e a Agricultura Familiar*, lançada pelo MDA, apontam que, além das culturas alimentares, a agricultura familiar também vem se destacando na produção de outros bens. O documento afirma que “os estabelecimentos familiares têm importante participação nas receitas totais geradas pela venda de húmus (64%), de produtos não agrícolas como artesanato e tecelagem (57%), de produtos da agroindústria (49%), da prestação de serviços (47%) e do comércio de animais (43%)”.

“VAI MELHORAR” Voltemos ao interior do Pará. A cerca de cinquenta quilômetros do sítio de Francisco, acessível por um picadão de terra esburacado, cheio de traiçoeiros sumidouros e mato, se “esconde” a família de Nivaldo Alves de Araújo. Tocantinense nascido na comunidade de Centro dos Borges, Nivaldo abandonou um lote por lá porque “a terra precisava de trato, não tinha recurso e não tava dando mais”.

Na porta de sua casa de madeira crua entrecortada de frestas, Nivaldo recebe os raros visitantes com gentileza e satisfação. Sua

emoção é tanta, que as palavras se atropelam e as mãos se atrapalham com cumprimentar, puxar e oferecer banquinho e água.

Dono de 15 hectares de muito mato, pouco pasto e alguma agricultura, Nivaldo é um entusiasta, apesar do completo desolamento em que a família continua mergulhada após cinco anos de trabalho duro no Turuê. “Plantar eu planto. Feijão, arroz, milho, mandioca. Mas vou desistindo porque não tem jeito de vender. Às vezes ponho um tanto de arroz no burro, ando dez quilômetros até a estrada vicinal, tem que esperar passar algum transporte, e, na hora de vender, o dinheiro compra uma lata de óleo”, lamenta. Questionado sobre a renda da propriedade, pensa um pouco e confidencia: “são mais ou menos R\$ 200 por ano. Mas vai melhorar. Aqui é bom, é gostoso”. E seu sorriso volta a iluminar a penumbra do barraco.

Entretida com suas painelas na cozinha improvisada, Maria Aparecida é a antítese do marido. Não é bem assim, contesta do seu canto, sobranceiras franzidas. A casinha não tem água corrente nem luz. Às vezes não tem dinheiro nem para o querosene da lamparina

e todos vão deitar com o por do sol. Mas o pior é a solidão. E o medo. “Lá no Tocantins a gente tinha vizinhos, era uma alegria. E tinha um rádio, TV, uma geladeira. Aqui não tem nada. E a escola das meninas fica tão longe, morro de medo, elas andando nesse mato. Já teve estupro aqui no Tuerê, tem gente ruim. Se eu pudesse, eu ia *mimbora*”, diz, tentando espantar os carapanãs.

BALANÇO DAS RECEITAS A história de Nivaldo ilustra outra estatística do IBGE, menos otimista: segundo a análise do Censo elaborada pelo MDA, “apenas 3 milhões (69%) dos produtores familiares declararam ter obtido alguma receita no seu estabelecimento durante o ano de 2006; ou seja, quase 1/3 da agricultura familiar declarou não ter obtido receita naquele ano”.

Para o pesquisador e professor da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Bernardo Mançano, a Agricultura Familiar é responsável pela produção de cerca de 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros. De acordo com ele, em algumas regiões o setor também bate o



Os estabelecimentos familiares têm importante participação nas receitas totais geradas pela venda de produtos não agrícolas como artesanato e tecelagem

agronegócio na produção de *commodities*, como café, arroz e milho. O problema é que também neste modelo produtivo ocorre uma concentração dos recursos e dos meios de produção e comercialização, avalia Mançano. “Atualmente, temos uma realidade na qual cerca de 10% dos agricultores familiares se responsabiliza por 80% da produção do setor. 84% recebem apenas 15% dos recursos do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), 80% gera renda por vezes insuficiente para a manutenção da família, e 20% não gera renda alguma”.

Do total de cerca de 5 milhões de estabelecimentos existentes no País, 4,3 milhões são de agricultura familiar (84%) e 807 mil (16%) são de agricultura familiar. Os pequenos ocupam 12,3 milhões de pessoas (74%), os grandes, 4,2 milhões (26%)

Nos últimos oito anos, o governo federal buscou criar e fortalecer uma série de mecanismos de apoio à agricultura familiar, a exemplo dos consecutivos aumentos dos

recursos do Pronaf, do seguro safra para mitigar perdas com fenômenos climáticos, de instrumentos de preço mínimo e de compra direta. Nessa última categoria, o destaque é o *Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)*, que compra alimentos com isenção de licitação até o limite de R\$ 4,5 mil ao ano por agricultor familiar. Além disso, há a nova lei da merenda escolar de 2009, pela qual um mínimo de 30% da merenda dos municípios deve ser comprada diretamente de agricultores familiares, sem licitação, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

As políticas públicas também têm levado mais em consideração as diferenças regionais, afirma o diretor do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural da Secretária da Agricultura Familiar do MDA, Argileu Martins da Silva. De acordo com ele, a assistência técnica cresceu expressivamente. Nas regiões Norte e Nordeste foram criadas políticas de preço mínimo para produtos regionais, como castanha do Pará e borracha. Há também uma linha do Pronaf específica para o semi-árido, além das ações coordenadas de desenvolvimento integrado através do programa Território da Cidadania. No Nordeste, metade dos 2,4 mil estabelecimentos têm acesso a tais iniciativas.

CARÊNCIAS NO NORTE Apesar desses esforços, nenhum dos programas federais chegou a Francisco e Nivaldo, no Pará. A região Norte, aliás, é a que, historicamente, menos acessou o Pronaf desde a sua criação, na safra 1995/96, como aponta o informativo Seagri de abril de 2011. Pelas informações do próprio MDA, entre 1995 e 1999, o norte fez 1% dos contratos do Pronaf, acessando 2% dos recursos disponibilizados pelo programa. No mesmo período, o nordeste fez 19% dos contratos, acessando 13% dos recursos, e o Sul celebrou 68% dos contratos, com 65% dos recursos. Entre 2007 e 2010, o número de contratos no norte subiu para 6%, com 9% dos recursos disponíveis. O nordeste fez 34% dos contratos neste período, acessando 17% dos recursos. E Sul fez 39% do total de contratos, acessando 46% dos recursos.

70%

dos alimentos

que chegam à mesa dos brasileiros vêm da Agricultura Familiar

Tabela 1 – Pronaf: Distribuição percentual dos financiamentos, por região

| Região | Contratos | | | | Valor financiado | | | |
|--------------|---------------|---------------|---------------|---------------|------------------|---------------|---------------|---------------|
| | 95/96 a 98/99 | 99/00 a 02/03 | 03/04 a 05/06 | 06/07 a 09/10 | 95/96 a 98/99 | 99/00 a 02/03 | 03/04 a 05/06 | 06/07 a 09/10 |
| Norte | 1% | 3% | 6% | 6% | 2% | 6% | 10% | 9% |
| Nordeste | 19% | 28% | 39% | 34% | 13% | 18% | 22% | 17% |
| Sul | 68% | 53% | 37% | 39% | 65% | 52% | 42% | 46% |
| Sudeste | 10% | 12% | 15% | 17% | 18% | 16% | 18% | 22% |
| Centro-Oeste | 2% | 3% | 4% | 4% | 3% | 8% | 7% | 7% |
| Total | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |

Fonte: Base de Dados do Crédito Pronaf – SAF/MDA

Nota: Os percentuais foram calculados tomando, para cada período, todos os financiamentos que estavam na Base de Dados do Crédito Pronaf com a região identificada.

A QUESTÃO DA TERRA Paulo Rogério Gonçalves, agrônomo e assessor da ONG Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins (Apató), é enfático ao afirmar que o problema está no modelo de desenvolvimento do campo brasileiro. O profissional, que trabalha há mais de vinte anos com pequenos agricultores em todo o estado, aponta a concentração fundiária e a falta de reforma agrária no Brasil como nós a serem desatados. Segue-se a esquizofrenia dos chamados projetos de desenvolvimento: “Nos últimos anos, o governo assentou oito mil famílias no Tocantins, sendo que 70% dos projetos voltavam-se para a regularização e recuperação de lotes já existentes”. De acordo com ele, existem cerca de dez mil famílias expulsas da terra pela construção de hidrelétricas no estado, “como Lajeado, Peixe Angical e Estreito”.

“Em algumas regiões o setor bate o agronegócio na produção de commodities, como café, arroz e milho. O problema é que também neste modelo produtivo ocorre uma concentração dos recursos e dos meios de produção e comercialização”

Bernardo Mançano,
da UNESP

Na crítica à estrutura fundiária, Gonçalves é respaldado por pesquisadores como Bernardo Mançano, da Unesp, e Brancolina Ferreira, diretora da Coordenação de Desenvolvimento Rural do Ipea. Voltemos aos números do Censo Agropecuário. Em termos de área, a agricultura familiar ocupa apenas 80,3 milhões de hectares (24%), enquanto o agronegócio domina 249,7 milhões de hectares (76%). Recordemos: dos cerca de 5 milhões de estabelecimentos rurais no Brasil, 4,3 milhões (84%) são familiares e 807

mil (16%), grandes propriedades. “É difícil para a agricultura familiar gerar renda, se não tem terra”, pondera Mançano.

Para Brancolina Ferreira, a concentração fundiária se reflete no crescente “aperto” das famílias de pequenos agricultores em minifúndios incapazes de prover seu sustento e produzir excedentes para a comercialização e geração de renda. No estudo *Reforma Agrária e Concentração Fundiária*, coordenado por ela, os pesquisadores do Ipea constatam que estabelecimentos menores de dez hectares constituem cerca de 50% do total, mas abarcam cerca de 2% da área recenseada pelo IBGE em 2006. E mais: de acordo com o Censo, 12% dos estabelecimentos de agricultura familiar possuem menos de 1 ha de área. “Acho tão esquisito o governo alardear novos planos para acabar com a miséria e dizer que não tem metas para a reforma agrária em 2011. O governo diz que o foco das ações no campo este ano será apoiar assentados e acampados. Apoiar os acampados, a meu ver, é fazer a reforma agrária”.

DISPONIBILIDADE DE RECURSOS Por outro lado, avalia Brancolina, há uma enorme disparidade entre os recursos destinados à agricultura familiar e ao agronegócio. De acordo com dados dos bancos públicos, principais operadores das linhas de crédito agrícola, os grandes empreendimentos receberam R\$ 65 bilhões na safra 2008/09, R\$ 92,5 bilhões na safra 2009/10 e R\$ 100 bilhões na safra 1010/11. Para os pequenos agricultores foram destinados R\$ 13 bilhões na safra 2008/09, R\$ 15 bilhões na safra 2009/10 e R\$ 16 bilhões na safra 2010/11 (o último valor deve ser mantido no plano-safra 2011/12, a ser anunciado em julho próximo).

A supervalorização do agronegócio pelas políticas públicas, explica a pesquisadora, não impacta apenas a estrutura fundiária, mas também os sistemas produtivos e o conjunto dos recursos naturais (com

desmatamentos, contaminações por agrotóxicos, comprometimento de lavouras familiares por organismos geneticamente modificados, etc).

30%
da merenda

dos municípios deve ser comprada diretamente de agricultores familiares

Em outras palavras, explica João Pedro Stedile, membro da direção nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), “a concentração da propriedade da terra, da água, dos bens e da produção é parte da lógica natural de desenvolvimento do capitalismo. Quanto mais mercadores e lucro se gerar na agricultura, maior concentração econômica e social, e então maior exclusão e maior o êxodo rural”. Para o dirigente, “estamos sofrendo esse processo histórico de concentração da terra e da produção. Por isso apenas 1% dos grandes proprietários controla 46% de todas as terras. Por isso apenas 50 empresas agroindustriais, a maioria estrangeiras, controlam praticamente todo comércio de commodities e as exportações. A reforma agrária é incompatível com esse modelo de concentração. Por isso está breçada”.

CADEIAS PRODUTIVAS Outro problema do setor, apontado por Paulo Rogério Gonçalves, o agrônomo do Tocantins, é a crescente dependência da agricultura familiar da cadeia produtiva do agronegócio. No Rio Grande do Sul, explica Marcelo Leal, coordenador do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), os sistemas de integração, nos quais



Acampamento de sem-terra na Transamazônica: reforma agrária em marcha lenta

os pequenos produzem para os grandes empreendimentos agropecuários (fumo para a indústria tabagista, aves e suínos para os frigoríficos, leite para os grandes laticínios, soja para as grandes cooperativas e usinas de agroenergia, etc) têm levado a uma repetição do modelo monocultor. De acordo com ele, isso acarreta uso intensivo de insumos, defensivos químicos e sementes transgênicas na agricultura familiar. A necessidade de adaptar-se ao ritmo dominante e a insuficiência de recursos têm gerado um endividamento grande aos pequenos produtores.


Em maio último, as dívidas foram uma das principais pautas da jornada de lutas do MPA. “No Sul, justamente em função desses contratos de integração, os agricultores gastam muito com insumos, maquinários, etc. Já o preço pago aos produtores é risível. No fumo,

por exemplo, a coisa é brutal: deveríamos receber R\$ 100 por arroba, já que o custo de produção é de R\$ 70. Mas as famílias estão recebendo algo em torno de R\$ 20. O leite deveria pagar R\$ 0,88, mas os pequenos estão recebendo R\$ 0,50. O preço mínimo do governo não acompanha a inflação, e de qualquer jeito ele não tem condições de regular os pagamentos porque tudo está nas mãos das empresas”.

Questionado sobre a importância da agricultura familiar e sobre o que seria necessário, em termos de políticas públicas, para garantir e fortalecer o desenvolvimento do setor, o economista e dirigente do MST, João Pedro Stedile, é categórico: “Ela é fundamental; para democratizar o País, redistribuir renda, e combater a pobreza no meio rural. O governo tem que deixar o agronegócio para o mercado, como eles

“A agricultura familiar é fundamental; para democratizar o País, redistribuir renda, e combater a pobreza no meio rural. É preciso ter uma nova visão de reforma agrária, que garanta acesso à terra a todos que queiram trabalhar na agricultura”

João Pedro Stédile,
do MST

tanto defendem e mudar a política de crédito rural. E claro, é preciso ter uma nova visão de reforma agrária, que garanta acesso à terra a todos que queiram trabalhar na agricultura”. 



Miopia das políticas públicas no agronegócio

É preciso compreender a dinâmica do setor agrícola brasileiro, no intuito de planejar o desenvolvimento. Não há estratégia de desenvolvimento que não contemple o tripé segurança alimentar, matriz energética e sustentabilidade ambiental. Ademais, o setor agrícola é capaz de gerar significativos efeitos de encadeamento na cadeia produtiva regional, gerando aumento de renda e emprego na economia.

O investimento em conhecimento e tecnologia desde a década de 1970 contribuiu para transformar o país de importador de alimentos a potência agrícola. Conquistou-se excelência na pesquisa agropecuária tropical, o que promoveu a trajetória ascendente da produtividade total dos fatores. Isso contribuiu para garantir não apenas a autonomia em termos de segurança alimentar como também a capacidade exportadora. Entretanto, a confusão de que existem dois modelos de agricultura (comercial e familiar) faz com o que o governo aplique os recursos escassos de forma difusa e sem planejamento estratégico.


Na produção agrícola, alguns cultivos se viabilizam em larga escala e intensivos em capital, como os produtos plataformas (grãos e cereais). Tais produtos geram renda e divisas ao país, não podendo ser descartados. Outras culturas são intensivas em mão de obra e possuem características de gestão familiar (fruticultura e horticultura), o que não impede de serem voltadas ao mercado. Porém, seja grande ou pequeno produtor, é preciso estimular a adoção tecnológica e o uso eficiente dos recursos. Se a modernização não acontece, a agricultura permanece com um grau de heterogeneidade estrutural que inviabiliza o crescimento inclusivo.

Embora haja aumento do crédito pelo Programa Nacional de Agricultura Familiar, os contratos se concentram em agricultores familiares com elevada renda. O desafio não seria apenas o de fornecer crédito aos agricultores mais pobres, mas de criar condições de modernização e sustentabilidade. O Programa de Aquisição de Alimentos, que poderia ser importante ferramenta para impulsionar a diversificação produtiva, carece de instrumentos sinalizadores de eficiência. Concentram-se os recursos em poucos estados do Nordeste e os preços pagos ao produtor são baixos. Em muitos casos, agricultores mais organizados preferem vender sua produção no mercado em busca de maior rentabilidade.

Da forma como se estruturam, tais programas são mais assistencialistas do que estruturantes. O modelo brasileiro necessita de uma política de educação e extensão no campo, que aumente a capacidade de absorção de conhecimento tecnológico. As políticas assistencialistas são importantes, sem desestimular a continuidade geracional dos produtores, ou seja, o filho de um agricultor pobre só permanece no campo se existirem condições financeiras para o negócio.

Não há produção sem uso de energia. Quanto maior a diversificação das fontes energéticas, mais independente de flutuações externas é o crescimento econômico. As revoltas populares nos países árabes trouxeram instabilidade no preço do petróleo, enquanto que o acidente radioativo do Japão expôs os riscos da energia nuclear. Os biocombustíveis e a bioeletricidade se tornam fontes estratégicas, que são reforçadas por suas vantagens ecológicas.

A produção de energia na agricultura não compete com a de alimentos, dado que há disponibilidade de áreas produtivas. A principal ocupação do solo é a pecuária extensiva. Com baixo investimento, é possível liberar terra para a produção de alimentos, evitando o desmatamento. O argumento que há baixa geração de emprego na produção de cana ignora os efeitos de transbordamentos, pois desconsidera o espaço de oportunidades tecnológicas nos demais setores, sem contar o baixo custo energético. A indústria automobilística brasileira prefere contratar engenheiros especialistas em motores no mercado doméstico do que trazer profissionais de suas matrizes. No que se refere a projeto de câmbio e transmissão, o mesmo não se verifica.

Produzir com degradação não é uma equação desejável. O Programa Agricultura de Baixo Carbono é uma iniciativa que se destaca, pois aproveita o passivo das emissões de gases do efeito estufa e o transforma em oportunidade produtiva. Diante dos padrões ambientais de sustentabilidade, a revisão do Código Florestal é estratégica. Não se pode reduzir a área de produção; porém, é importante manter as áreas de florestas (preservando os biomas e as matas ciliares). Todavia, o radicalismo pode trazer um resultado indesejável, a diminuição das áreas agricultáveis e o conseqüente aumento dos preços dos alimentos. Portanto, não há espaço para a miopia dos gestores públicos em tratar o desenvolvimento econômico sem equacionar políticas de longo prazo no setor do agronegócio. 



Compromissos externos e legislação ambiental

O Plano Nacional de Mudança Climática (PNMC), elaborado pelo Comitê Interministerial de Mudanças Climáticas, prevê ações ambiciosas para mitigar emissões de gases que provocam o efeito estufa. Um de seus principais objetivos é eliminar, até 2015, a perda líquida da área florestal no Brasil.

Para atingir este objetivo o governo se compromete a reduzir a taxa de desmatamento na Amazônia em 80% e a do Cerrado em 40%, além de expandir o plantio de florestas em 3 milhões de hectares (ha), conforme o Decreto 7.390/2010. O texto do PNMC, diz que *o intuito é dobrar a área de florestas plantadas no Brasil dos atuais 5,5 milhões de ha para 11 milhões de ha em 2020, sendo dois milhões de ha com espécies nativas, promovendo o plantio prioritariamente em áreas de pastos degradados*. Para alcançar essa meta o PNMC prevê uma série de ações que estão em implantação como o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM), que inclui em seus objetivos a redução de passivos referentes à área de Reserva Legal (RL) e Áreas de Preservação Permanente (APP).

Tanto a RL como a APP são instrumentos previstos no Código Florestal (CF - Lei 4.771/65) que tem funções diferentes no ordenamento do território. A APP teria a função de preservar espaços ecologicamente vulneráveis como corpos hídricos, topos de morro, entre outros. Já a RL teria entre suas funções o uso sustentável dos recursos naturais e na prática representa uma cota de reserva florestal obrigatória para as propriedades rurais.

Mesmo com a existência de passivos, estes instrumentos detêm juntos uma área superior a 100 milhões de ha, o que corresponde a mais de 10% do território nacional (de 850 milhões de ha). Acredita-se que apenas para a RL os passivos representem uma área de aproximadamente 160 milhões de ha e são justificados pela ausência de políticas que incentivem o uso sustentável da RL. No entanto, algumas políticas já englobam essa alternativa, como é o caso do PPCDAM que possui em seu escopo um eixo de ordenamento territorial, outro de controle e monitoramento e um terceiro denominado de Fomento das Atividades Produtivas Sustentáveis, no qual recomenda-se: *a promoção da recuperação das APPs e de RLs, conforme estabelecido no Código Florestal*. Esse eixo tem entre seus objetivos promover a agricultura familiar sustentável, a recuperação de áreas degradadas e a produção florestal sustentável (madeira e não-madeira) comunitária e empresarial. Enfim, essas ações do PNMC certamente subsidiaram a elaboração da proposta do Brasil publicada em anexo do Acordo de Copenhague, de reduzir, por desmatamento, um total de 669 milhões de toneladas anuais de gás carbônico (CO₂).

Entretanto, o Projeto de Lei (PL) 1.876/99 em tramitação no Congresso Nacional prevê, entre outras mudanças no CF, uma anistia do passivo de RL em todos os imóveis rurais com área de até quatro módulos fiscais (MF). A medida do MF é variável em relação ao município (de 5 até 110 ha) e a isenção da necessidade de recuperação dos passivos, traria consequências concretas aos compromissos externos assumidos pelo Brasil. Com a isenção de recuperação de RL

nas áreas de até quatro MF, estima-se que 5 bilhões de toneladas de CO₂ deixarão de ser sequestrados na vegetação, o equivalente a 7,5 anos do compromisso assumido pelo Brasil na área de mudança no uso da terra e florestas. Isso pode dificultar ou até impedir o país de honrar esse compromisso externo, gerando consequências negativas para a imagem dos produtos brasileiros no mercado internacional.

Até agora o Brasil teve uma postura proativa frente à questão da mudança do clima com a aprovação da Política Nacional de Mudança do Clima em 2009 e com proposições ousadas na Convenção do Clima. Contrariamente, a aprovação do substitutivo significa abrir mão do sequestro de 5 bilhões de toneladas de CO₂ em prol de interesses privados. É preciso estimular a recuperação dos passivos de RL, bem como seu uso sustentável. Uma possibilidade seria a dos Pagamentos por Serviços Ambientais e a negociação internacional em torno do tema de REDD (redução de emissões por desmatamento e degradação florestal). Esses temas abrem alternativas para se angariar recursos para a recomposição dos passivos de RL. O estímulo ao uso sustentável da RL viria por outras políticas que visassem manejos alternativos da floresta em pé. Por um lado, mediadores que já pensam em instrumentos econômicos podem pedir calma e tempo para discutir a questão das RL, mas, por outro, a inquietação dos produtores em situação irregular tementes à aplicação da Lei de Crimes Ambientais pede urgência na elaboração de soluções. **i**

Economia aquecida gera escassez de trabalhadores domésticos

Marcel Gomes – de São Paulo



Brasília – Apresentação, no Dia Nacional das Trabalhadoras Domésticas. O evento contou com a participação da ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Iriny Lopes, e do ministro da Previdência, Garibaldi Alves Filho

Apesar dos ganhos reais, setor ainda carece de plena conquista de direitos trabalhistas e sofre com discriminações na hora da contratação. Pesquisa do Ipea busca traçar quadro nacional da modalidade

Quem deseja contratar uma empregada doméstica e telefona para uma agência de intermediação de mão-de-obra em São Paulo pode ter de esperar ao menos dois dias para receber uma indicação e agendar a entrevista. Há um ano, esse prazo não passava de quatro horas. Com a economia aquecida, o desequilíbrio entre demanda e oferta de profissionais nesse ramo do mercado de trabalho, que ainda emprega 17 em cada cem mulheres brasileiras, atrapalha a vida de muitas “patroas”, mas tem propiciado a melhoria das condições de vida daquelas que atuam no setor, historicamente marcado pela informalidade e baixos salários.

Esse salto de qualidade ainda não teve amplitude suficiente, porém, para permitir que as empregadas domésticas superassem o enorme degrau que as aparta da maioria das trabalhadoras brasileiras. É o que revela um estudo divulgado em maio pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com o retrato da evolução do setor entre 1999 e 2009 a partir das informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Ao longo de dez anos, a proporção de domésticas com registro em carteira passou de 23,7% para 26,3% do total, ainda distante da média de formalização das ocupadas nos demais setores, de 69,9%. Em termos de renda, apesar de um ganho real próximo a 20% no período, as domésticas ainda receberam em

média R\$ 386,45 mensais em 2009, abaixo do salário mínimo corrente naquele ano, de R\$ 465,00. “Houve ganho de renda nesse período porque, mesmo para quem não tem carteira assinada, o salário mínimo funciona como um indexador, mas a situação do emprego doméstico permanece precária”, explicou a pesquisadora do Ipea Luana Simões Pinheiro, uma das autoras da investigação, durante o lançamento.

O desinteresse de muitas mulheres pelo setor doméstico, diante da desvalorização da profissão, tem criado um ambiente propício para aquelas que permanecem no ramo ampliarem seus benefícios

A COR DOS DIREITOS Intitulada *Situação atual das trabalhadoras domésticas no país*, a pesquisa aponta que há grandes diferenças em termos de acesso a direitos dentro do próprio ramo de emprego doméstico. A cor da pele, por exemplo, é um fator decisivo. O índice das trabalhadoras negras com registro em carteira era de apenas 24,6% em 2009, 16% abaixo da taxa de suas colegas brancas, de 29,3%. E a renda apurada pelas domésticas negras, de R\$ 364,84, representava apenas 86,5% da remuneração das brancas, de R\$ 421,58.

17

mulheres

brasileiras, em cada 100, trabalham como empregadas domésticas

Segundo o estudo, essa situação, resultado da “discriminação racial” somada à “discriminação de gênero” no país, tem seus efeitos negativos agravados pelo fato de o emprego doméstico continuar sendo uma atividade exercida mais por trabalhadoras negras do que por brancas. Em 2009, o setor respondia por 21,8% da ocupação das mulheres negras, ante 12,6% das brancas. Para as pesquisadoras do Ipea, a herança escravista da sociedade brasileira relega às negras baixa escolaridade e maior pobreza, o que torna o trabalho doméstico, “desqualificado, desregulado e de baixos salários”, uma das poucas opções de emprego.

Além da questão étnica, o aspecto regional também é determinante para o nível de acesso aos direitos pelas empregadas domésticas. Nesse caso os dados de formalização e renda são reveladores. Enquanto 33% das trabalhadoras do Sudeste e 32% das do Sul possuíam registro em carteira, esse índice alcançava apenas 12,5% no Norte e 13,8% no Nordeste. Quanto à renda, ela era de R\$ 451,06 no Sudeste em média, ante

R\$ 254,46 no Nordeste, a menor do país. Vale dizer que em nenhuma das regiões brasileiras a remuneração média alcançou o patamar do salário mínimo.

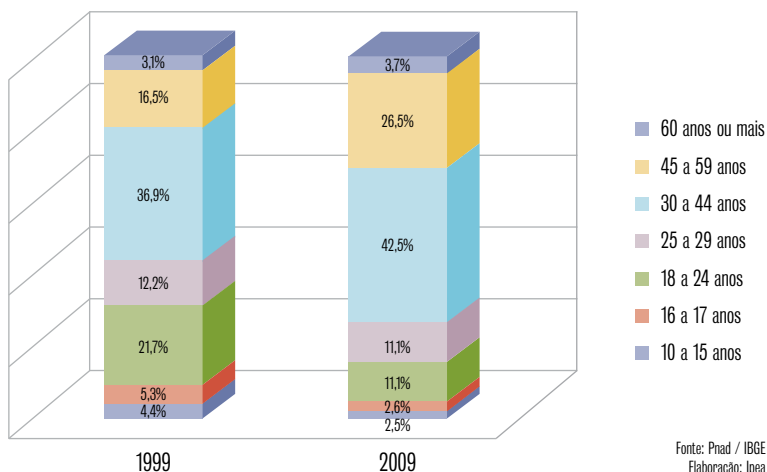
Tamanho grau de desvalorização do trabalho doméstico tem afastado as mulheres jovens do setor, a ponto de o estudo do Ipea apontar a “inexistência de uma reposição geracional”. Se em 1999 o grupo de mulheres acima de 30 anos respondia por 56,5% do total de trabalhadoras domésticas, em 2009 esse número saltou para 72,7% - nesse mesmo ano, as trabalhadoras com 45 anos ou mais respondiam, sozinhas, por mais de 30% da categoria.

“As famílias já buscam empregadas em cidades do interior e até em outros países. Com mais demanda e menos oferta, não há como escapar do modelo norte-americano e europeu: as famílias contratarão no máximo diaristas e montarão suas residências já pensando na ausência do serviço”

CONTINGENTE MENOR Na avaliação do Ipea, isso significa que a ocupação no setor tem sido sustentada por um estoque de trabalhadoras que tende a se reduzir cada vez mais, seja pelo próprio aspecto demográfico, seja porque conseguem aposentar-se e retirar-se do mercado. Assim, estima-se que, devido ao processo de envelhecimento populacional e ao surgimento de novas possibilidades ocupacionais para as jovens trabalhadoras, o trabalho doméstico, da forma como conhecemos hoje, tende a reduzir-se cada vez mais, como aconteceu em países desenvolvidos da Europa e nos Estados Unidos.

Sinal desse fenômeno, entre 2001 e 2008 houve um contínuo recuo da importância do trabalho doméstico entre as mulheres. Nesse

Gráfico 1 – Distribuição das trabalhadoras domésticas, segundo faixa etária. Brasil, 1999 e 2009.



período, o índice de trabalhadoras no setor caiu de 18% para 15,8%. Em 2009, porém, último ano analisado pela pesquisa, houve um novo aumento de participação, para 17%, com maior recuperação nas regiões Nordeste e Centro-oeste. “Pode ter sido provocado pela crise econômica”, explicou Luana, do Ipea. A partir do segundo semestre de 2008, a crise financeira internacional atingiu o país com maior intensidade, causando desaceleração do crescimento econômico e da geração de postos de trabalho.

MERCADO AQUECIDO O desinteresse de muitas mulheres pelo setor doméstico, diante da desvalorização da profissão, tem criado um ambiente propício para aquelas que permanecem no ramo ampliarem seus benefícios, ao menos em grandes cidades como São Paulo. A constatação é de Eva Flávia Costa Galvão, coordenadora da agência de intermediação de mão-de-obra Disk Doméstica, localizada no bairro de Vila Mariana, em São Paulo.

A coordenadora da empresa, que tem dez funcionários e fecha cerca de sessenta contratos de emprego por mês, afirma que

os clientes demoram cada dia mais tempo para conseguir uma empregada. “Hoje a doméstica se valoriza muito mais. Nenhuma aceita receber apenas um salário mínimo ou cumprir jornadas de trabalho longas. Os clientes oferecem R\$ 700, R\$ 750, mas elas querem pelo menos R\$ 800. E estão ganhando a queda-de-braço”, diz Eva.

Com as “patroas” cada vez mais inseridas no mercado de trabalho, a administração do lar passou a ser compartilhada com a doméstica, analisa a coordenadora da agência. No tradicional modelo de organização familiar brasileiro, a ex-dona-de-casa trabalha fora, segue no comando da casa, supervisionando “cozinha, filho, marido e até o cachorro”, mas precisa da ajuda de uma trabalhadora. O novo contexto do setor, entretanto, pode tornar o serviço doméstico algo disponível apenas para famílias mais endinheiradas, como ocorre em países mais ricos. “Mas isso ainda vai demorar, porque não temos a economia no mesmo patamar que a deles”, afirma ela.

RENDA MAIOR Outra estratégia utilizada pelas domésticas para aumentar a renda é trabalharem como diaristas, e não mais

menalistas. De acordo com a pesquisa do Ipea, o índice de domésticas que trabalham como diaristas saltou de 17,2% do total para 30%, entre 1999 e 2009. Através desse tipo de trabalho, as mulheres buscam renda maior – R\$ 50 a mais, em média, na comparação com as mensalistas, segundo o Ipea – e jornadas de trabalho menores – 31,9 horas semanais, ante 36,7 horas das mensalistas. As diaristas não contam, porém, com registro em carteira, 13º salário e férias, e, se quiserem seguridade social, têm de pagar elas mesmas como autônomas.

Essas restrições parecem não desestimular o interesse por esse tipo de ocupação. É o caso de Deuseni Lindaura da Conceição, 40 anos, que trabalha em três residências diferentes na cidade de São Paulo. Segundo ela, a maioria de suas colegas mensalistas tem planos de se tornar diaristas, pois acredita que a renda aumentará. “É só multiplicar o que se cobra por dia de faxina, entre R\$ 75 e R\$ 80, pelos dias de trabalho no mês para perceber que o ganho seria maior”, calcula. Em um mês com 22 dias úteis, a renda poderia chegar a R\$ 1760.

Hoje, ela presta serviços três dias por semana em um apartamento do bairro da Lapa, zona oeste da capital paulista, o que lhe garante mais benefícios. Lá, cuida da

31,9
horas
semanais é a média de jornada de trabalho das diaristas

limpeza, lava e passa roupas. Recebe R\$ 645 por mês, tem direito a férias e 13º salário. Mas não é registrada “por opção própria” e paga a seguridade social como autônoma. “Prefiro assim porque já pagava antes de começar nesse serviço e não quis mudar”, explica.

Nos dias livres, Deuseni ganha a vida como diarista e faz faxina. Cobra R\$ 75. Com isso, sua renda mensal fica próxima aos mil reais. Dá para viver? “Dá para comprar bastante coisa”, responde ela, recém separada do marido e que vive com os três filhos em Osasco, município vizinho a São Paulo. Quando ainda estava casada, chegou a financiar um veículo usado, mas hoje, com a renda familiar menor, voltou a utilizar o ônibus com mais intensidade.

Além do salário, o principal fator considerado por Deuseni para aceitar um trabalho

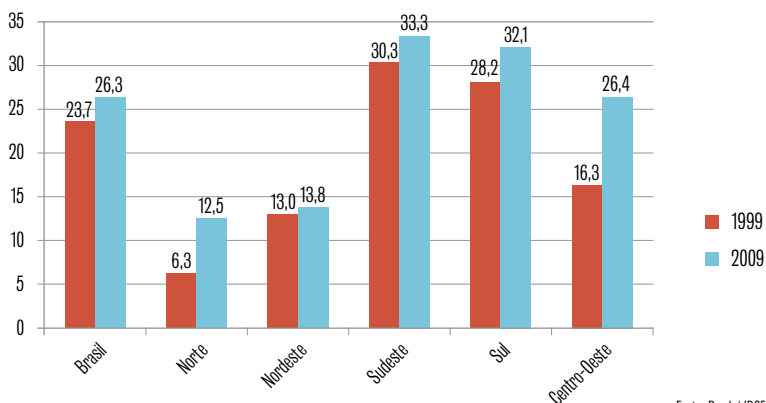
é o relacionamento com o empregador. “Se a patroa for chata, é complicado, porque para trabalhar bem no serviço você precisa se sentir como se estivesse em sua casa. E se você vai só um dia por semana, fica mais fácil”, diz, destacando que, dessa maneira, a doméstica cuidaria da residência onde presta serviço “como sua própria casa”.

Ao longo de dez anos, a proporção de domésticas com registro em carteira passou de 23,7% para 26,3% do total, ainda distante da média de formalização das ocupadas nos demais setores, de 69,9%

A VINDA PARA O SUL A história de Deuseni é semelhante à de muitas domésticas da cidade de São Paulo. Quando desembarcou na metrópole, no início da década de 1990, essa piauiense de São João do Piauí já tinha uma “proposta de trabalho” – como ela diz. Então com 19 anos de idade, cuidaria dos dois filhos de uma cunhada e, em troca, receberia moradia, alimentação e “algum dinheiro para objetos pessoais”, como roupas e produtos de higiene. Sem outra opção, aceitou o convite, mas permaneceu pouco tempo no serviço.

“Eu não poderia recomeçar minha vida sem receber salário todo mês”, afirma ela, que fugira da miséria em que vivia na zona rural de sua cidade natal, localizada no semi-árido do Estado. Com a ajuda de amigas, conseguiu indicação para trabalhar como doméstica em uma casa de família no bairro da Mooca, zona leste, e, desde então, não mudou mais de ramo. “Eu gosto do meu trabalho. Tem gente que prefere ganhar menos e trabalhar para uma empresa, mas eu acho que não vale à pena”, diz ela, que cursou até o segundo ano do ensino fundamental quando vivia no Piauí e, já em São Paulo, completou até o quarto ano em um curso supletivo.

Gráfico 2 – Proporção de trabalhadoras domésticas com carteira de trabalho assinada. Brasil e Grandes Regiões, 1999 e 2009.



Fonte: Pnad / IBGE
Elaboração: Ipea

A longa luta pelos direitos

Apesar da luta das domésticas para reduzir a exploração de sua mão-de-obra e valorizar a profissão, elas não podem contar com uma série de dispositivos da legislação, que historicamente as discrimina

A Constituição de 1988 não estende às domésticas o direito as oito horas diárias e 44 horas semanais, já regulamentadas como jornadas de trabalho para outras profissões. Para Eliana Gomes Menezes, presidente do Sindicato das Empregadas e Trabalhadores Domésticos da Grande São Paulo (Sindoméstica), fatos como esse facilitam a superexploração e dificultam a negociação de hora-extra com os patrões. “É uma tristeza ainda não termos conseguido mudar isso”, desabafa Eliana.

A discriminação das domésticas é histórica na legislação do País. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), instituída em 1943, ignorou a existência do setor como ocupação profissional. Segundo o estudo do **Ipea**, apesar de constituir uma realidade para muitas mulheres desde a época

colonial, o trabalho doméstico remunerado só foi reconhecido como profissão em 1972, através da Lei 5.859. Na prática, isso significa que até aquele ano eram negados às trabalhadoras domésticas os mais básicos direitos trabalhistas e sociais.

Essa falha vem sendo corrigida com lentidão. A própria Constituição de 1988, apesar de não estender a jornada de trabalho às domésticas, garantiu a elas conquistas como o salário-mínimo, o 13º salário e a licença-maternidade de 120 dias. Em 2001, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o seguro-desemprego passaram a atender à categoria, desde que o empregador concorde. Em 2006, foram garantidos por lei os direitos a férias de 30 dias (antes eram 20 dias), estabilidade para gestantes e folga nos feriados civis e religiosos, além da proibição de descontos

de moradia, alimentação e produtos de higiene pessoal utilizados no local de trabalho.

1972 foi o ano

em que o trabalho doméstico
foi reconhecido como profissão,
através da Lei 5.859

Mesmo com as novidades, Eliana, do Sindoméstica, acredita que a legislação ainda é um entrave para o setor avançar. “A mentalidade das domésticas está mudando, não se aceita mais salários baixos. Mas mudar o modo de pensar do empregador é mais difícil, porque poucos vão pagar o que não é obrigatório”, diz ela, referindo-se ao FGTS facultativo. Mas a sindicalista reconhece que alguns “patrões” têm registrado suas funcionárias no fundo, “como forma de estimulá-las”.

Apesar da pressão das domésticas, a verdade é que novas mudanças legais estão longe de ser unanimidade. O advogado Marcelo Unti, do Sindicato dos Empregadores Domésticos do Estado de São Paulo (Sedesp), defende a legislação diferenciada por conta da “peculiaridade do setor”. “O trabalho doméstico tem características que

“A mentalidade das domésticas está mudando, não se aceita mais salários baixos. Mas mudar o modo de pensar do empregador é mais difícil, porque poucos vão pagar o que não é obrigatório”

Eliana Gomes Menezes,
presidente do Sindicato das Empregadas e Trabalhadores Domésticos da Grande São Paulo



Divulgação



Encontro das empregadas domésticas em Brasília, 1988

o tornam diferente. O ritmo é outro, há a relação emocional, há mais flexibilidade, não há pagamento de alimentação ou moradia, enfim, não se pode calcular quantos bifes a empregada fritou ou quantas vezes a cuidadora levou o idoso ao banheiro”, afirma.

Sem esse cálculo de produtividade sobre o trabalho, fica mais difícil tratar a doméstica como um trabalhador de uma empresa, explica o advogado. Para combater o elevado grau de informalidade no ramo, ele defende a redução dos impostos pagos pelo empregador, de 12% para 8%. “Já há um projeto no Congresso tratando desse assunto”, diz. Buscar o caminho contrário, ou seja, ampliar as obrigações do empregador,


poderia gerar efeito oposto e elevar a informalidade, afirma Marcelo.

ESCASSEZ DE MÃO DE OBRA Unti acredita que muitas vezes são as próprias domésticas que desvalorizam a profissão. “São elas que pedem para colocar outra descrição na carteira de trabalho”, afirma. Ele diz que já nota escassez de oferta de mão-de-obra para setores domésticos como babá e cuidador de idoso, com complicações maiores para essa segunda atividade. “Se não tiver quem cuide da criança, pode-se colocá-la numa escola. Mas, no caso do idoso, os preços [de casas de repouso] são muito altos e o trabalhador doméstico faz muita falta”, diz o advogado.

“O trabalho doméstico tem características que o tornam diferentes. O ritmo é outro, há a relação emocional, há mais flexibilidade, não há pagamento de alimentação ou moradia, enfim, não se pode calcular quantos bifes a empregada fritou ou quantas vezes a cuidadora levou o idoso ao banheiro”

Marcelo Unti,

advogado do Sindicato dos Empregadores Domésticos do Estado de São Paulo

Diante desse cenário, Unti é pessimista sobre o futuro do trabalho doméstico no país. “Não vejo muita saída. As famílias já buscam empregadas em cidades do interior e até em outros países, como Bolívia e Paraguai. Mas com mais demanda e menos oferta, não há como escapar do modelo norte-americano e europeu”. Nesse modelo, as famílias contratarão no máximo diaristas e montarão suas residências já pensando na ausência do serviço de uma doméstica mensalista, através da colocação de pisos que sejam mais fáceis de se manter e do uso de eletrodomésticos autolimpantes. Ao que tudo indica, o futuro será mesmo assim, ainda que velhos problemas do mercado de trabalho brasileiro não tenham sido resolvidos (MG). 



Ouvidoria Pública: conhecer para utilizar

A palavra “ouvidor” não é um modismo. Ela já era usada muito antes do descobrimento do Brasil e foi levada por Portugal para suas colônias. No Brasil Colônia foi mais intensamente utilizada nas capitanias hereditárias. Perdeu sua função a partir de 1652 com o restabelecimento da Relação na Bahia e no Rio de Janeiro. Muito diferente de hoje, o “ouvidor” representava os interesses da Coroa Real.

No decurso da década de 1980, concomitantemente ao início do processo de redemocratização do país, em resposta à crise de legitimidade política do regime militar, surgiram algumas iniciativas no sentido amplo de assegurar participação social no controle político, como as organizações de bairro e o próprio movimento sindical.

O processo de redemocratização culminou com a promulgação da Constituição de 1988, que impôs um novo paradigma democrático. Sob esse novo modelo, a Constituição previu, em seu Artigo 37, parágrafo 3º, a edição de lei ordinária para tratar especificamente das reclamações dos cidadãos “relativas à prestação de serviços públicos”. Além disso, o próprio Artigo 37 consagrou os princípios da impessoalidade e da publicidade referentes aos atos emanados da administração pública.

A partir da década de 1990 que surgiram as ouvidorias públicas de forma mais intensa. Elas são hoje aproximadamente 1.050, com as mais diversas tipologias jurídicas e modelos de gestão. Em que pese esse crescimento vertiginoso, sua representatividade diante da dimensão da máquina pública, nas três esferas de poder, ainda é muito tímida.

Essa pouca representatividade diante da dimensão do Estado, aliada à sua frágil tipologia jurídica, não só leva ao seu desconhecimento pela sociedade como também, muitas vezes, ao descrédito, em vista de atuações disfuncionais. Exemplificando, não raro é seu aprisionamento pelo dirigente maior da organização, servindo, dessa forma, muitas vezes, de biombos para as mazelas institucionais.

Assim, as ouvidorias atuais são bem diferentes em seus objetivos daquelas do Brasil Colônia. As ouvidorias públicas hoje são instrumentos que visam à concretização das normas constitucionais que regem a administração pública, a fim de que tais preceitos – legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência – se tornem, na prática, norteadoras da prestação de serviços públicos. Além disso, são atribuições principais de uma ouvidoria permitir e facilitar o acesso do cidadão à administração pública e a promoção da democracia.

Essas características, aliada a diversos instrumentos oferecidos à sociedade para se comunicarem com as instituições - como *call center*, SAC, Fale Conosco, *ombudsman*, corregedoria, dentre outros - representa enorme dificuldade na hora em que o cidadão precisa lançar mão desses recursos. Não menos usual é as organizações também confundirem esses instrumentos, levando à disfuncionalidade em seus usos e, consequentemente, à frustração do cidadão.

A atuação da ouvidoria é diferente da de um serviço de atendimento ao cliente (SAC), que responde a questões sobre o uso de determinado serviço ou produto, e geralmente é utilizado como serviço de contato

pós-venda, característico de empresas do setor privado. É um atendimento impessoal, e não propõe alterações na gestão estratégica das instituições.

No que se refere ao *call center* e atualmente ao *contact center* que, além de computador, equipamentos de telecomunicação e pessoal, utilizam outras ferramentas como *e-mail*, fax e *web* têm como função a comunicação centralizada com o mercado, procurando convergir, para um único portal, todos os contatos dos clientes, ofertando seus produtos e buscando estreitar o relacionamento.

As ouvidorias públicas se diferenciam das corregedorias. Enquanto promovem a inclusão social, permitindo que o cidadão tenha voz e vez dentro da administração pública, a corregedoria atua no controle interno das instituições públicas, procedendo a inspeções administrativas, realizando correções programadas e extraordinárias, verificando o regular atendimento por parte dos gestores ao ordenamento jurídico e às normas internas das instituições, promovendo a apuração formal das possíveis irregularidades e transgressões praticadas por servidores e aplicando as penalidades cabíveis.

Por fim, no Brasil o termo *ombudsman* é mais utilizado no setor privado, é o “ouvidor” das empresas que atuam no mercado. Possuem valores e racionalidades diferenciadas em função dos objetivos e atuação do Estado e das empresas privadas. Essas características, pela sua relevância, serão tema do próximo artigo no sentido de definir o perfil do Ouvidor Público. **II**

A missão do Ipea no exterior

Pedro Silva Barros – de Caracas



Roberto Stuckert Filho

Presidenta Dilma Rousseff e Jorge Abrahão de Castro, diretor do Ipea, em reunião durante visita da delegação venezuelana ao Brasil

Atuando em conjunto com a diplomacia e com outras instituições públicas brasileiras, Instituto articula uma série de atividades visando maior integração e cooperação para o desenvolvimento regional

A primeira representação internacional do Ipea no exterior faz parte do esforço brasileiro de estabelecer um novo paradigma da cooperação Sul-Sul: a aliança para o desenvolvimento integrado.

Instalado em Caracas em 7 de setembro de 2010, após os esforços conjuntos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do mandatário venezuelano Hugo Chávez, o escritório tem por objetivo básico facilitar o intercâmbio de informações e experiências adquiridas no Brasil na área de pesquisa econômica voltada para o desenvolvimento e realizar estudos *in loco*, alcançando temáticas e perspectivas que dificilmente seriam tratadas apenas a partir do Brasil.

Em fevereiro, a missão recebeu um novo impulso: durante a visita a Caracas do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Antônio Patriota, e do assessor especial da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia, o desenvolvimento agrícola, a política habitacional (prioridade atual do governo da Venezuela) e a integração norte do Brasil-sul da Venezuela foram definidos como prioritários para a cooperação bilateral. Também foi decidido que as instituições públicas brasileiras presentes na Venezuela atuariam de forma articulada.

A POLÍTICA BRASILEIRA PARA A INTEGRAÇÃO Nos últimos anos, o Brasil ampliou a sua agenda internacional e o protagonismo nas discus-

sões sobre comércio, finanças, ambiente, segurança, entre outras. A legitimidade dessa política ativa é construída sem confrontação direta com os países centrais e por alianças com países latino-americanos, africanos e asiáticos visando uma redistribuição do poder nos espaços multilaterais. Se nas relações com os países árabes ou orientais as aproximações são definidas de acordo com a temática em discussão, na América do Sul a decisão brasileira é de associar seu desenvolvimento econômico, social e político ao dos vizinhos. Se a política de cooperação técnica para o desenvolvimento é um instrumento de consolidação das alianças nas diferentes regiões, sendo realizada em projetos específicos e pontuais, na América do Sul tem um caráter estrutural cujo objetivo é uma política de desenvolvimento comum.

4,5
bilhões

de dólares foi a média da corrente de comércio bilateral nos últimos três anos

Dentro dessa concepção, os presidentes Lula e Chávez acordaram a instalação de um escritório do Ipea na Venezuela. A presença

A primeira representação internacional do Ipea no exterior faz parte do esforço brasileiro de estabelecer um novo paradigma da cooperação Sul-Sul: a aliança para o desenvolvimento integrado.

do órgão no país vizinho faz parte de um esforço de integração que conta com o apoio de outras instituições brasileiras. A Embrapa já desenvolve projetos agrícolas há mais de três anos no país e a Caixa Econômica Federal (CEF) coopera em bancarização (transferência tecnológica para a instalação de terminais bancários em bairros populares) e habitação.

Após a definição da Aliança Estratégica Brasil-Venezuela em 2005 e do estabelecimento de encontros presidenciais bilaterais trimestrais, a partir de 2007, os projetos entre os governos tomaram grande impulso. Os encontros têm marcado a relação entre os dois países em temas que vão da cooperação energética à formação de pessoal; de integração produtiva e de infraestrutura a projetos agrícolas. Do ponto de vista econômico, o principal resultado desta aproximação foi o aumento do comércio bilateral, no qual o Brasil é fortemente superavitário. Em 2003, a corrente de comércio bilateral não chegou a US\$ 900 milhões e nos últimos três anos tem sido, em média, superior a



Presidenta Dilma Rousseff recebe o presidente venezuelano Hugo Chávez no Palácio do Planalto, em 6 de junho

US\$ 4,5 bilhões. O número de memorandos e acordos assinados nos últimos anos tem crescido nessa mesma proporção.

O IPEA COMO ATOR DA POLÍTICA EXTERNA A vinculação à Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República, a seleção por meio de concurso público de técnicos especialistas em economia e relações internacionais e a criação da Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (DINTE) foram os principais passos do **Ipea** no sentido de sua internacionalização. Esse movimento vai ao encontro do esforço de cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento, marca da atual política externa brasileira.

A intenção compartilhada de um escritório do **Ipea** na Venezuela foi anunciada pela primeira vez em outubro de 2009 em comunicado conjunto dos presidentes. O objetivo era facilitar o intercâmbio de informações e experiências adquiridas no Brasil na área de pesquisa econômica voltada para o desenvolvimento, com ênfase no seu aproveitamento para as políticas públicas nacionais.

A partir da decisão presidencial foi realizada uma reunião ministerial entre a SAE e o Ministério da Energia e Petróleo da Venezuela, em maio de 2010, e firmada a Ata Compromisso que definiu que a prioridade da atuação do **Ipea** na Venezuela seria o planejamento territorial da faixa petrolífera do Orinoco e da área gasífera do estado de Sucre e que sua contraparte seria a PDVSA, estatal petrolífera responsável pelo desenvolvimento integral das duas áreas. Após visita técnica de diretores do **Ipea** em junho de 2010 foram definidas as sete áreas temáticas para investigação: matriz institucional, sistema de monitoramento e acompanhamento, macroeconomia e financiamento, fortalecimento da estrutura produtiva, infraestrutura, desenvolvimento regional, urbano e ambiental e desenvolvimento social. Um acordo de agosto de 2010 detalhou essa primeira pesquisa e definiu as atribuições da missão: a) estreitar vínculos institucionais com organizações governamentais e de pesquisa da Venezuela, b) assessoria em políticas públicas c) organização de cursos de formação em políticas públicas e planejamento, d) organização de estudos e seminários para impulsionar a

integração entre o norte do Brasil e o sul da Venezuela, e) estudo para o desenvolvimento de cadeias produtivas associadas à atividade petrolífera e f) pesquisas sobre integração regional e comparada.

50

funcionários

farão um curso em Caracas sobre ciência, tecnologia e inovação, em parceria com a Cepal

OS PRIMEIROS OITO MESES DA MISSÃO A abertura do escritório ocorreu ao mesmo tempo que dez especialistas eram selecionados por meio de chamadas públicas e a pesquisa de campo planejada em conjunto com o governo da Venezuela. A atribuição dos bolsistas era fazer uma pesquisa de campo durante vinte dias e oferecer subsídios para o projeto executivo com diagnóstico, apresentação de políticas públicas exitosas no Brasil e apresentação de possibilidades de cooperação em cada uma das sete áreas. A pesquisa de campo ocorreu em outubro e por dois meses os relatórios foram elaborados no Brasil e discutidos em videoconferências com a contraparte. O estudo foi concluído no final de dezembro e discutido com diversos setores do governo venezuelano.

Em paralelo à cooperação prioritária para o planejamento territorial, a missão ampliou sua rede de cooperação de forma a cumprir adequadamente toda a agenda de pesquisa.

Já em novembro de 2010, em parceria com diversas instituições públicas dos dois países, foi realizada na Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus) a primeira fase

do Seminário Integração Amazônia-Orinoco. Foram analisadas as relações comerciais, produtivas e a infraestrutura entre o Norte do Brasil e o Sul da Venezuela com o objetivo de avaliar e propor políticas públicas para a complementação econômica. A missão do **Ipea** na Venezuela elaborou dois relatórios de pesquisa (ambos disponíveis no site do **Ipea**). O primeiro aborda a necessidade de redefinição da estratégia para a integração da infraestrutura no norte da América do Sul, propondo a substituição do eixo Escudo Guianense pelo eixo Amazônia-Orinoco no âmbito da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Sul-Americana (IIRSA). O segundo, em parceria com o Ministério de Ciência e Tecnologia e Indústrias Intermediárias (MCTI) da Venezuela, trata das oportunidades de integração produtiva em agroindústria, construção civil, mineração e metal-mecânica e da cooperação entre a Zona Franca de Manaus e a Zona Franca de Puerto Ordaz.

Com o próprio MCTI foi assinado um memorando de entendimento para cooperação na criação do Instituto Venezuelano de Investigação em Economia Produtiva. Além

Do ponto de vista econômico, o principal resultado desta aproximação foi o aumento do comércio bilateral. Em 2003, a corrente de comércio não chegou a US\$ 900 milhões e nos últimos três anos tem sido, em média, superior a US\$ 4,5 bilhões

de estudos em conjunto, dois funcionários do MCTI realizaram curso de políticas públicas de oito semanas no **Ipea** em Brasília como parte da preparação para a formação da nova instituição que terá como próximos passos a realização de um curso em Caracas sobre ciência, tecnologia e inovação, em parceria com a Cepal, para 50 funcionários do ministério e a apresentação do processo do planejamento estratégico do **Ipea**, também na Venezuela.

Desde novembro de 2010 o Instituto tem realizado atividades conjuntas com o Banco Central da Venezuela sobre macroeconomia e

integração financeira. Pesquisadores do **Ipea** estiveram no BCV para reunião técnica em março de 2011 e foi estabelecida uma agenda conjunta de cooperação.

ESTUDOS SOBRE INTEGRAÇÃO As iniciativas venezuelanas em relação à integração regional têm influenciado a agenda latino-americana. Alguns dos processos postos em curso pela Venezuela, entretanto, são pouco conhecidos, por exemplo, a Alba (Alternativa Bolivariana para os Povos da Nossa América) e o Sucre (Sistema Único de Compensação Regional). Diante disso, o **Ipea** buscou uma aproximação com a Universidade Bolivariana da Venezuela (UBV) para a formação de um grupo de estudos que realiza seminários quinzenais sobre integração regional, tratando de Alba, Sucre, Banco do Sul, Mercosul e Unasul, entre outros. Um livro será preparado sobre os temas discutidos nos primeiro semestre de 2011. Outra obra está sendo organizada a partir de parceria com a Universidade Central da Venezuela (UCV), a principal do país, onde têm sido realizados debates sobre



Sidney Murineia

Integração Produtiva e de Infraestrutura Brasil-Venezuela, realizado em maio, no Ipea, Brasília, com a presença de representantes dos dois países

a política externa brasileira e venezuelana e a dinâmica das relações bilaterais.

A agenda latino-americana também tem sido estudada no âmbito do Sistema Econômico Latino-Americano e do Caribe (Sela) e da Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (Calc). O primeiro tem sede permanente em Caracas e o segundo está sob a presidência *pro tempore* da Venezuela e as reuniões preparatórias para a reunião presidencial de 5 e 6 julho de 2011 também tem sido realizadas nessa cidade.

O desafio brasileiro é organizar projetos de desenvolvimento integral que envolvam a sustentabilidade urbanística, social e econômica dos conjuntos habitacionais associados ao estabelecimento de cadeias produtivas com o Brasil

O Sela é um organismo regional inter-governamental criado em 1975 para ser um fórum de consulta e coordenação para concertar posições e estratégias comuns em matéria econômica. Nos últimos vinte anos, o Brasil foi pouco participativo na organização. O aumento do interesse da política externa brasileira em relação à América Central e ao Caribe, porém, faz que o Sela ganhe importância para o país. A pedido do então ministro Celso Amorim, o presidente do Ipea, Marcio Pochmann, chefou a delegação brasileira na reunião anual do organismo em outubro de 2010. A partir daí, o Instituto tem acompanhado a representação brasileira em todos os eventos e reuniões do organismo e assinará um acordo de cooperação para o desenvolvimento de pesquisas em conjunto.



Divulgação

Grupo de dez pesquisadores-bolsistas brasileiros do Ipea com alguns técnicos da PDVSA

A Calc foi realizada pela primeira vez em 2008 no Brasil. Na II Calc, promovida no México em 2010, foi definida a criação da Comunidade de Estados Latino-Americanos e do Caribe (Celac). A missão do Ipea tem sido convidada pelos chefes da delegação brasileira para acompanhar as reuniões ministeriais dessa articulação.

A Venezuela está em processo para se tornar membro pleno do Mercosul, faltando apenas a aprovação do parlamento paraguaio. Devido ao grande interesse dos gestores públicos em aprofundar conhecimento sobre o bloco, o Ipea promoverá um curso de oito sessões em agosto de 2011 sobre a estrutura e funcionamento do Mercosul, com apoio da embaixada do Brasil e a participação de representantes dos outros países membros.

PRÓXIMOS PASSOS O desafio brasileiro é organizar projetos de desenvolvimento integral que envolvam a sustentabilidade urbanística, social e econômica dos conjuntos habitacionais associados ao estabelecimento de cadeias produtivas com o Brasil. Esses projetos comuns visam criar um paradigma brasileiro de cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento, que vai além das ações tradicionais para o cumprimento do Oitavo Objetivo do Milênio (Cooperação

Internacional para o Desenvolvimento). A proposta é a transferência de experiências brasileiras em políticas públicas de inclusão social e econômica que sejam articuladas com a construção de um projeto comum de desenvolvimento.

14
anos

é a estimativa para que a meta venezuelana de zerar o déficit habitacional seja alcançada

O auxílio brasileiro à ambiciosa meta venezuelana de zerar o déficit habitacional em 14 anos está associado a políticas produtivas para diminuir a dependência petroleira, responsável pelo fato do país importar cerca de 70% dos alimentos e da maior parte dos produtos industrializados nos últimos oitenta anos. Os esforços de cooperação produtiva estão concentrados na agricultura e em setores industriais que têm potencial de integração.

PETRÓLEO

Petróleo, crise e dilemas

Gilberto Maringoni – de São Paulo



País caribenho enfrenta fortes oscilações econômicas por sua dependência em relação à produção petrolífera. Qualquer projeto de desenvolvimento depende de forte intervenção estatal

A Venezuela é o sétimo produtor mundial de petróleo, com reservas da ordem de 78 bilhões de barris, segundo a Organização dos Países Produtores de Petróleo (Opep). O produto alcança cerca de 70% dos valores totais das exportações do país. Ele não é apenas

o motor da economia, como o centro da maioria das disputas políticas locais ao longo do século XX.

A Venezuela vive do petróleo desde os anos 1920, quando teve início a exploração comercial das imensas reservas situadas ao redor do lago Maracaíbo, na região noroeste. Isso pareceu dar ao país a condição, classificada pelo historiador Eric Hobsbawm, em *A era dos extremos*, de viver como se tirasse um bilhete de loteria premiado todos os dias.

Embora os números sejam aproximados, a cadeia produtiva do petróleo emprega direta ou indiretamente cerca de 100 mil pessoas, diante de uma população de 29 milhões de habitantes em 2010, segundo estimativa do Instituto Nacional de Estadística.

Diferentemente, por exemplo, da cultura cafeeira no Brasil, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século seguinte, o petróleo tem um efeito multiplicador relativamente pequeno na sociedade.



O café teve a característica de organizar todo um subsistema econômico de negócios ligados à exportação, como obras de infraestrutura, casas de financiamento, incentivos à comercialização, armazenamento, embalagem, expedição e navegação. A crescente complexidade dos negócios criou uma teia de vínculos entre o setor produtivo rural, os agentes de comércio nas cidades e o sistema portuário. Foi através do excedente gerado pela produção do grão que se criaram condições para o advento dos dois primeiros ciclos industrializantes no país, entre 1890 e 1930.

A Venezuela é o sétimo produtor mundial de petróleo, com reservas da ordem de 78 bilhões de barris, segundo a Opep. O produto alcança cerca de 70% dos valores totais das exportações do país. Ele não é apenas o motor da economia, como o centro da maioria das disputas políticas locais ao longo do século XX.

No caso do petróleo, a difusão de riquezas pela economia acontece em escala muito menor. Desde os primeiros tempos de exploração na Venezuela, o ingresso de recursos é feito sob a forma de *royalties* lançados diretamente nos cofres do Estado. A ação deste passaria a ser cada vez mais decisiva como indutor e investidor da atividade econômica. Mesmo quando as atividades de refino começaram a ser realizadas internamente, a economia petroleira, como na maior parte dos países produtores, ficava ilhada em uma economia com escassas opções de investimento e com mercado interno diminuto e inelástico. A renda da exportação não se desdobrava assim em um desenvolvimento significativo.

SUBDESENVOLVIMENTO E CAPITAL O que seria o passaporte seguro para uma rota de desenvolvimento faz também a Venezuela apresentar “todas as características estruturais de uma economia subdesenvolvida”, como classificou Celso Furtado em *Ensaio sobre a Venezuela, subdesenvolvimento com abundância de divisas* (Editora Contraponto), escrito em 1957.

Furtado detecta que o modelo, ao mesmo tempo em que embutia uma vertente otimista, de possibilitar um grande salto adiante rumo ao desenvolvimento, exibia grande fragilidade. Caso não fossem alterados seus pressupostos básicos, ele não pararia em pé.

Tal avaliação é clara em suas palavras:

“É interessante observar que o desenvolvimento venezuelano, ainda que se apresente em termos muito diferentes do usual das economias latino americanas, criou problemas que exigem soluções correntes nessas economias. Com efeito, na quase totalidade das economias latino-americanas, os problemas mais fundamentais são escassez relativa de capital e reduzida capacidade para importar. (...) Na Venezuela a situação é praticamente oposta: o sistema tende a afogar-se em excesso de capacidade para importar e de recursos financeiros. Mas esse mesmo processo de afogamento criou o desequilíbrio fundamental entre o nível médio da produtividade e o dos salários monetários – em relação aos países que concorrem no mercado venezuelano. Este desequilíbrio está na raiz do que chamamos as ‘peculiaridades’ do desenvolvimento da economia deste país”.

Para além das questões estritamente econômicas, vale lembrar que o fluxo constante da riqueza petroleira moldou a face política, social e cultural daquela parte do mundo.

O petróleo serviu para elevar o ingresso *per capita*, apesar da enorme disparidade de renda na sociedade, para melhorar os serviços públicos nos períodos de alta internacional dos preços – especialmente Entre 1974 e 1979, o barril ficou 12 vezes mais caro.

Apesar da prosperidade daqueles anos, a Venezuela viveu uma crise política e social profunda a partir de 1983, quando os preços do petróleo tiveram uma queda acentuada no mercado internacional.

Internamente, a crise foi agravada por sérios desequilíbrios fiscais e pela disparada da dívida pública, multiplicada por dez entre 1974 e 1978. A carga tributária venezuelana não alcançava 10% do PIB e o Estado era financiado em larga escala pela renda petroleira. O aumento dos juros internacionais e a quebra do México e do Brasil, no bojo da longa crise da dívida externa que atingiu vários países periféricos nos anos 1980, completavam o mosaico de turbulências.

Foi o início de um longo ciclo de baixa, que perdurou por quase duas décadas. Como consequência, a convivência social, organizada em torno da renda petroleira, entrou em parafuso. Um cataclismo se avizinhava.

100
mil pessoas

são empregadas direta ou indiretamente pela cadeia produtiva do petróleo

CRISE E RUPTURA A situação no final dos anos 1980 era preocupante. Como resultado da queda dos preços internacionais do petróleo, as reservas do Banco Central, que em 1985 alcançavam 13,75 bilhões de dólares, despencaram para 6,67 bilhões de dólares em 1988. A inflação alcançava 40,3% ao ano, o desemprego chegava a dois dígitos e o salário real havia despencado. Uma aguda fuga de capitais completava o quadro.



Presidentes Lula e Chávez em encontro na região do Orinoco. Comércio bilateral se multiplicou por sete em seis anos

Em 4 de dezembro de 1988, Carlos Andrés Pérez foi eleito presidente da República pela segunda vez. Seu mandato, entre 1974 a 1979 coincidiria com o período de alta nos preços do petróleo. Mais do que ninguém, o líder do partido Ação Democrática personalizava a prosperidade vivida na década anterior.

Contrariando as expectativas, Pérez foi à televisão com ar grave na noite de 16 de fevereiro de 1989. Ele dirigia-se ao país para anunciar que o governo havia firmado um memorando com o Fundo Monetário Internacional. O objetivo era a liberação de um empréstimo de 4,5 bilhões de dólares. A contrapartida, concretizada no dia 25, um sábado, era salgada: o pacote incluía a desvalorização da moeda nacional, a redução do gasto público e do crédito, liberação de preços, congelamento de salários e aumento dos preços de gêneros de primeira necessidade. A gasolina sofreria um reajuste imediato de 100%. Isso resultaria, segundo anunciado, numa majoração de 30% nos bilhetes de transporte coletivo. Na prática, esses reajustes chegaram também a 100%. Nada disso havia sido ventilado durante a campanha.

Antes das 6 horas da manhã da segunda-feira, dia 27, começaram os primeiros protestos. Ao longo daquele dia e dos subsequentes, a rebelião tomou as ruas de Caracas e de outras cidades. Saques, barricadas e enfrentamentos com as forças de segurança compuseram uma semana violenta e sangrenta. Familiares e grupos de direitos humanos conseguiram apurar um total de 396 vítimas fatais. Os feridos contavam-se aos milhares e era quase impossível estimar os prejuízos materiais. Os centros médicos contabilizaram entre 1 mil e 1,5 mil mortos.

O país enfrentou uma crise política e social profunda a partir de 1983, quando os preços do petróleo tiveram uma queda acentuada no mercado internacional

O evento ficou conhecido como *Caracazo* e encerrou um ciclo histórico. Quebrou-se ali um pacto político, alicerçado no preço do

Hugo Chávez valeu-se dos altos preços do petróleo para expandir programas sociais, fortalecer o poder de intervenção do Estado, estatizar empresas antes privatizadas e dar impulso a sua agenda internacional

petróleo e que havia possibilitado a convivência entre dois partidos de centro-direita e a exclusão dos setores populares da disputa política, sem que a alternância no poder e os aspectos formais da democracia liberal fossem colocados em questão.

A Venezuela encerrou aquele ano com uma queda de 8,1% no PIB e uma taxa de inflação de 81%. A parcela da população que vivia abaixo da linha de pobreza aumentou de 15% no fim de 1988 para 45% dois anos depois. Até o final de seu mandato, Pérez eliminaria as regulamentações bancárias, acabaria com a maior parte dos controles de preços, privatizaria a companhia telefônica nacional (Cantv), o sistema de portos, uma importante linha aérea (Viasa), e abriria a indústria petroleira e outros setores estratégicos ao capital privado.

Quebrou-se, em fevereiro de 1989, a imagem que os venezuelanos faziam de si mesmos. Segundo ela, o país seria um modelo de democracia e tolerância no continente, com eleições regulares, instituições, direitos civis, partidos com sólidas bases sociais etc. Os canais de mediação de demandas entre a população e o Estado (partidos políticos e sindicatos), que durante décadas resolveram conflitos variados, mostraram-se inúteis quando

a crise se tornou irreversível. A engrenagem política que sobreviveu ao *Caracazo* perdeu grande parte de sua legitimidade.

Pérez seria tirado do poder em 1992, após uma batalha judicial, motivada por denúncias de corrupção. O mandato seguinte, de Rafael Caldera, um velho líder social cristão, não conseguiu estabilizar a economia.

TENTATIVAS DE MUDAR O MODELO Quando vence as eleições, em 6 de dezembro de 1998, Hugo Chávez se vê diante de uma sociedade esgarçada e sem referenciais institucionais com credibilidade. O ex-coronel havia ganhado notoriedade seis anos antes, ao liderar uma fracassada sublevação militar contra o governo Pérez. O país se arrastava em um caos econômico de proporções gigantescas, que gerou em sua esteira uma aguda crise social, política e institucional.

Após enfrentar uma tentativa de golpe em 2002 e a oposição frontal dos meios de comunicação, Chávez valeu-se dos preços internacionais excepcionalmente altos do petróleo, entre 2004 e 2008, para legitimar

seu mandato. Decidiu ampliar programas sociais, fortalecer o poder de intervenção do Estado, estatizar empresas antes privatizadas e dar impulso a sua agenda internacional. Sua ação interna se mostra caudatária de uma espécie de *desenvolvimentismo petrolero*.

Há pelo menos cinquenta anos a Venezuela busca diversificar sua economia. O governo tentou, em 1956, instalar um complexo siderúrgico no estado Bolívar, no centro do país, como forma de incentivar uma indústria automobilística. Algumas montadoras vieram, animadas pelo ciclo altista do petróleo, entre os anos 1970 e 1980. Mas as tentativas de industrialização não tiveram muito fôlego. Com petrodólares inundando a economia, sempre foi mais vantajoso importar produtos industrializados do que incentivar a fabricação nacional. Mesmo a produção agrícola é incipiente. A Venezuela compra carne, aves, leite e frutas de seus vizinhos.


Caracas é um retrato acabado das marchas e contramarchas do país. Um intenso processo de urbanização e modernização culminou com uma prosperidade fulgurante a partir da década de 1970. As classes médias e

“Na quase totalidade das economias latino-americanas, os problemas mais fundamentais são escassez relativa de capital e reduzida capacidade para importar. (...) Na Venezuela a situação é praticamente oposta: o sistema tende a afogar-se em excesso de capacidade para importar e de recursos financeiros”.

Celso Furtado,
autor de *Ensaio sobre a Venezuela, subdesenvolvimento com abundância de divisas*

altas passaram a ostentar um padrão de vida inigualável por qualquer outro país latino-americano: viagens internacionais, apartamentos em Miami, consumo desenfreado de bens importados e a sensação de que haviam finalmente transposto os umbrais do decantado “primeiro mundo”.

Ao longo da última década, Chávez conseguiu colocar a indústria petroleira sob o domínio do Estado. No entanto, ainda não logrou mudar totalmente a lógica rentista, diversificando cadeias produtivas e buscando industrializar o país. A tarefa não depende exclusivamente de um presidente ou de um governo. Tem a ver com o lugar reservado ao seu país no contexto internacional.

Um país rico, lastreado em uma única fonte de riquezas, escassamente industrializado, com uma agricultura atrasada e incapaz de abastecer o mercado interno e com alta concentração de renda e propensão para importar em larga escala. Guardadas as nuances, são essas as características da economia venezuelana há pelo menos meio século. E que dependerá de uma decisiva ação do Estado para mudar essa situação. 

| Venezuela em números | |
|--|--|
| População | 29 milhões de habitantes (87% urbanos) |
| Superfície | 916,445 Km ² |
| Forma de governo | República federativa, compreendendo 332 municípios, 72 dependências federais (ilhas), 23 estados, dois territórios e um distrito federal |
| Crescimento do PIB projetado para 2011 | 1,8%, após uma queda de 1,9% em 2010 |
| Inflação | 29,8% |
| Taxa básica de juros (maio 2011) | 16,37% |
| Desemprego | 8,1% |
| PIB (2008) | US\$ 227 bilhões |
| IDH ONU (2010) | 75ª posição (o Brasil está em 73ª) |
| Reservas estimadas de petróleo | 78 bilhões de barris (7ª, maior do mundo) |
| Produção diária | 2,4 milhões de barris |

Fontes: Instituto Nacional de Estadística, FMI e Opep



O Parlasul como experimento de reforma política

O Brasil não é muito dado a experimentos em matéria de reforma política. À exceção das variações ocorridas entre os períodos de ditadura e transição para a democracia, e da instituição da emenda constitucional da reeleição, em 1997, as reformas costumam ser parciais, incrementais e muitas vezes desfeitas pela magistral capacidade dos políticos de darem nó em pingo d'água. Os partidos e suas lideranças pouco arriscam a promover mudanças, tanto pela incerteza de seus impactos quanto pelo interesse dos já eleitos em manter as regras que lhes foram favoráveis.

Mas os políticos e seus partidos não são os únicos arredios. “Nós, o povo”, também parecemos muito mais interessados em mudar os jogadores do que as regras do jogo, como nas duas vezes em que fomos submetidos a plebiscitos que colocaram o presidencialismo em xeque. Tampouco há consenso sobre o tema entre os especialistas. Há desde cientistas políticos que consideram que não se deve mudar nada, pois há o risco de tudo ficar pior, quanto os que defendem mexer em quase tudo: criar distritos, acabar com coligações, instituir voto em lista, obrigar à absoluta fidelidade partidária e garantir financiamento público das campanhas. Em posição intermediária estão os que consideram as reformas bem-vindas, mas inviáveis de serem feitas em bloco. Deveríamos, segundo esses, nos contentar com uma estratégia fatiada, com poucas alterações por vez. Ao invés do ideal, o possível.

A inviabilidade de modificações muito mirabolantes e a aversão ao risco tiveram a consequência, na última década, de trans-

formar o Judiciário no grande reformador do sistema político do País. Embora os juízes tenham exercido sua prudência, é sinal de que há um problema quando o resultado das eleições sai dos tribunais, e não das urnas.

Mudanças mais amplas deveriam ser testadas antes de serem aceitas. Um pouco de experimentação é muito importante, mas nem sempre possível. Por isso, vale a pena uma atenção especial à tramitação do projeto para as eleições do Parlamento do Mercosul (Parlasul), que podem ocorrer em outubro de 2012 ou, como é mais provável, em 2014.

Neste ano, o Brasil passa a ter 37 representantes, dentre seus deputados e senadores eleitos para o Congresso Nacional. Quando realizar eleições diretas, terá direito a 75 parlamentares no Parlasul.


O projeto prevê o sonho de consumo de muitos dos que apregoam uma ampla reforma do sistema político brasileiro, a começar pela lista partidária. Os eleitores votariam diretamente nos partidos, sabendo exatamente a ordem dos candidatos que podem ser eleitos para o Parlamento do Mercosul.

Não haveria coligações e os escolhidos atenderiam a critérios atinentes à representatividade regional e de gênero. Se a lista partidária for encabeçada por um homem, de uma região do País, a segunda da lista será uma mulher, de outra região. Os eleitos não poderiam deixar seus mandatos para assumir cargos no Executivo. O voto seria dado em candidatos nacionais, a princípio, uma grande ajuda para estimular o debate qualificado sobre temas estratégicos à integração sulamericana. As campanhas teriam financiamento público. Hoje, o financiamento privado não só é permitido como tem o

eufemístico apelido de “doação”, quando todos sabem muito bem que “não existe almoço grátis”.

Veremos como os partidos se comportam. Alguns apresentarão chapas recheadas de “notáveis”, com ex-chanceleres, ex-presidentes, intelectuais de renome, ou parlamentares que mostraram vocação para questões ligadas ao Mercosul. Claro que haverá quem pretenda abrigar políticos que perderam espaço nas disputas eleitorais tradicionais e estariam satisfeitos em fazer do Parlasul sua sinecura. Mas também é possível supor que algumas listas estarão abertas a promover uma renovação de quadros, atraindo quem nunca se aventurou a brigar por uma vaga de deputado ou senador. A propósito, desde que começou a organizar edições do Fórum Social Mundial, o Brasil tem várias lideranças, bastante articuladas no continente, que poderiam figurar em listas.

Três tradicionais destinos podem ser dados à proposta: ser melhorada, piorada ou engavetada. Se tudo caminhar bem, o País terá aproveitado a oportunidade de dar mais peso à dimensão política, democrática e de discussão de políticas públicas no Mercosul.

Na pior das hipóteses, se nada surgir de diferente, veríamos que embora as regras sejam essenciais, nem sempre são suficientes para garantir a escalação de nossos melhores jogadores e a satisfação dos que torcem pelo melhor resultado. Nesse caso, a lição seria a de que se deve diminuir as expectativas de que uma reforma política seja capaz, por si só, de provocar mudanças espetaculares. 

Antonio Lassance, diretor-adjunto de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Ipea).

Manoel Bomfim



Ana Caroline Padilha

Gilberto Maringoni – de São Paulo

Nacionalista contra o racismo

Original e antielitista, pensamento de intelectual sergipano sofreu pesados ataques há um século. Hoje, sua obra apresenta-se como inovadora e premonitória

Há exatos 106 anos era publicado um livro que causaria polêmica entre as camadas letradas do país. As críticas não poupariam nem mesmo seu autor. A obra chamava-se *A América Latina, males de origem* e fora escrita pelo médico, psicólogo, historiador e pedagogo sergipano, Manoel Bomfim (1868-1932). O volume era inovador por deixar de lado determinismos étnicos, climáticos e geográficos e aprofundar-se na formação colonial para explicar os problemas brasileiros. Defendia o investimento em educação como um dos pilares para a construção de um país menos injusto.

Bomfim cometia uma heresia aos olhos das elites de então. Investia contra o consenso que debitava nosso atraso à miscigenação de brancos com negros e índios. Suas palavras são diretas:

“Vale discutir (...) a célebre teoria das raças inferiores. Que vem a ser esta teoria? Como nasceu ela? A resposta a estas questões nos dirá que tal teoria não passa de um sofisma abjeto do egoísmo humano, hipocritamente mascarado pela ciência barata, e covardemente aplicado à exploração dos fracos pelos fortes”.

Mais adiante, sentencia:

“E o negro?... A este – pois que tem a pele preta e o cabelo encarapinhado – a ciência

sociológica dos descendentes dos negreiros condena mais furiosamente ainda. Raças completamente inferiores e gravemente diversas – considera-as Oliveira Martins. ‘O pensamento de chamar estas raças a uma civilização foi uma das nobres quimeras...’ Para o escritor-estadista, só tem o negro um préstimo – trabalhar como besta para sustentar a malandrice do branco”.

O alvo de Bomfim era o escritor e político português Joaquim Pedro de Oliveira Martins (1845-1894). Segundo este, a presença do negro seria a causa da estagnação de vários países.

INSENSATA SENSATEZ O autor não ficava apenas nisso. Voltava suas baterias contra personagens do meio político que, quando na oposição, preferiam discursos e formulações radicais. Uma vez no poder, a coisa mudava de figura:

“Pouco importa a luta, os conflitos levantes e revoluções que tenham trazido o indivíduo ao poder. Uma vez ali, ‘sentindo as responsabilidades do governo’, o verdadeiro homem se revela; tudo parou, o revolucionário de ontem desaparece, as gentes ponderadas e graves podem aproximar-se – ficarão encantadas de verificar que mundos de sensatez nele se encerram ali; a vida vai continuar tal qual era; ‘o período

de agitação acabou, as responsabilidades etc. impõem o dever de não se criarem dificuldades novas’. Quer dizer: todo o esforço agora é para impedir que se dê execução às reformas em nome das quais se fez a revolução, e para defender os interesses das classes conservadoras, a fim de acalmá-las.”

O suposto equilíbrio dos governantes parecia irritá-lo mais do que tudo:

“Para justificar esse conservantismo inconsequente, faz-se apelo a todas as fórmulas de senso comum, não o bom-senso que se inspira dia a dia nas necessidades reais. (...) Veja-se, por exemplo, como repetem: ‘É preciso cortar despesas...’ Por quê? Por que o *bom senso* tradicional assim o diz. E julgam-se todos dispensados de estudar as coisas, para ver que, por toda parte, tem sido preciso justamente *aumentar* as despesas públicas, máxime nos países novos, onde as populações crescem mais rapidamente e onde está tudo por fazer”.

POLÍTICA ORTODOXA O alvo imediato de Bomfim eram as políticas de austeridade empreendidas pelo médico matogrossense Joaquim Murinho, Ministro da Fazenda do governo Campos Salles (1898-1902). Para fazer frente a uma

séria crise nas contas nacionais, provocada pela febre especulativa do encilhamento, no início do período republicano, Murinho adotou o que mais tarde seria classificada como política ortodoxa. Ao longo de quatro anos, o governo restringiu meios de pagamento, hipotecou a receita da alfândega do Rio de Janeiro em nome dos credores externos, aumentou impostos e cortou gastos públicos. Tal orientação provocou uma crise econômica, mas valorizou a moeda nacional e regularizou as relações do país com a banca internacional. Para as classes populares, a situação tornou-se dramática, com alta do desemprego e elevação do custo de vida. O Ministro saneou as contas públicas à custa de uma profunda recessão. Foi elogiado pelas elites e aclamado pela imprensa da época por seu extremado bom senso.

Bomfim deplorava tais orientações. Para ele:

“O Brasil (...) se pode dizer que tem a especialidade dos estadistas *sensatos*. (...) Eis a garantia que oferecem às classes conservadoras; e estas, ao verificarem o quanto o homem é sensato, dão-lhe de pronto o seu apoio, porque têm certeza de que, apesar de todos os programas revolucionários, não se introduzirá na prática nenhuma inovação perigosa, ou perturbadora, ninguém irá contra os preceitos que o bom senso já consagrou”.

ATAQUES PESADOS Contemporâneo de Bomfim, Silvio Romero (1851-1914), um dos mais importantes intelectuais brasileiros da época, republicano, abolicionista e também sergipano, investiu pesadamente contra o livro. Em 25 artigos publicados em 1906 na imprensa carioca e reunidos no livro *A América latina – análise do livro de igual título do Dr. Manoel Bomfim*, o autor de *Introdução à História da Literatura Brasileira* (1883) tentou desqualificar a obra de seu conterrâneo. Para ele, o livro “não passa de um acervo de erros, sofismas e contradições palmares (...) e uma verdadeira comédia”. O foco eram as concepções sociais de Bomfim. Segundo Romero, “nunca a doutrina da igualdade das

raças teve um advogado tão desastrado”. Mais adiante, sentenciava que *A América Latina – males de origem* era “um reacionarismo negrista e caboclate contra as raças superiores”. Ele deplorava também a defesa que Bomfim fazia do desenvolvimento da indústria e do comércio. Em suas linhas, estes seriam “muito bons, mas, como força nacional e princípio de conservação, a agricultura é superior”.

Sílvio Romero tentara, ainda antes da Abolição (1888), elaborar uma concepção sobre a formação étnica do Brasil, dando-lhe ares de teoria. Era um defensor da imigração européia como elemento decisivo para a constituição de uma “raça brasileira” com supremacia branca.

Manoel Bomfim decidiu não responder às provocações. É possível que a recusa tenha levado seu livro a cair num injusto esquecimento, até ser recuperado por Darcy Ribeiro (1922-1997), no início dos anos 1980. A reedição aconteceria apenas em 1993.

Parte do manto de silêncio colocado sobre o livro tem explicação. Aqueles eram os anos da consolidação, a ferro e fogo, da república oligárquica que, enquanto empreendia uma radical reforma urbana no Rio de Janeiro, buscava afastar os pobres e negros do campo de visão da elite política e econômica da época, expulsando-a para os morros e subúrbios. Bomfim tomava partido das classes populares.

“LIVRO LUMINOSO” Darcy Ribeiro era um entusiasta de *América Latina, males de origem*, classificando-o de o ponto mais alto da consciência brasileira. “Para Manoel Bomfim”, dizia, “o atraso, a pobreza e a ignorância das grandes massas latino-americanas eram de responsabilidade das próprias classes dominantes, que lucravam com elas. É de pasmar que este livro luminoso, não tenha sido visto e nem lido, senão para ser atacado torpemente por Silvio Romero”.

Nas palavras do crítico literário Antonio Candido, o livro é “duro para os preconceitos de seu tempo”. Segundo ele, a réplica de Romero é “uma obra prolixa e exibicionista,

negando qualquer valor ao adversário, hipertrofiando questões secundárias para fazer parada de erudição e, no fundo, nada propondo de mais convincente”.

De certa maneira, Bomfim fez na sociologia o que Lima Barreto (1880-1922) empreendeu na literatura: denunciar o racismo e o elitismo das camadas do topo da pirâmide social. As ferramentas para se manter a ordem eram o cassetete e o bom senso. Sobre isso, sua pena afiada mais uma vez se manifesta:

“Mas o que pode a verdade contra o bom-senso? Quando se estuda o caráter dos homens de estado nas nações da América Latina, o que mais se impõe à atenção é a irrepreensível sensatez de todos eles, a sensatez clássica e imponente - essa sensatez a que Anatole France se refere quando diz ‘ Todos que trouxeram ao mundo um pouco de bondade nova sofreram o desprezo das gentes sensatas’”.

Apesar de cáustico, Manoel Bomfim não era um pessimista. Em *O Brasil na América*, lançado em 1929, três anos antes de sua morte, ele aponta um caminho para o futuro:

“Aceitemos o destino em que nos formamos; tenhamos a hombridade de ser o que somos e façamos o dever em esforços para que esse povo misturado venha a ser uma nação de civilização realmente humana, aproveitando todas as possibilidades de espírito e de coração, como as encontramos, na herança das raças donde viemos”.

PARA CONHECER MAIS

BOMFIM, Manoel, *A América latina, males de origem*, Topbooks, Rio de Janeiro, 4ª. Edição, 1993

AGUIAR, Ronaldo Conde, *O rebelde esquecido, vida e obra de Manoel Bomfim*, Topbooks, Rio de Janeiro, 2000

BECELLI, Ricardo Sequeira, *Nacionalismos antirracistas*, LCTE Editora, São Paulo, 2009



Código Florestal e a agropecuária: questões sócio-ambientais

Entre os pontos polêmicos da proposta de mudança do Código Florestal está a isenção de recomposição das áreas de Reserva Legal (RL) em imóveis rurais de até quatro módulos fiscais. Um dos principais argumentos alegados pelos defensores da mudança é que a existência de áreas de RL nas pequenas propriedades consistiria em um obstáculo ao desenvolvimento da agricultura familiar. Uma análise mais aprofundada desse argumento, porém, mostra que ele pode ser um equívoco.

O módulo fiscal é calculado para cada município, com base na exploração agropecuária predominante e na renda obtida com essa exploração, como sendo a área mínima de imóvel necessária para o desenvolvimento econômico de uma família. No cálculo do módulo, já está considerado que parte do imóvel será destinada preservação, levando em conta apenas a área do imóvel aproveitável para produção agropecuária. Imóveis com área inferior a um módulo fiscal são denominados “minifúndios”, ou seja, unidades de produção agropecuária que por si só não garantem o sustento e o desenvolvimento pleno de uma família. Se for assumido o pressuposto acima citado de que a legislação ambiental vigente necessitaria de mudanças para propiciar o desenvolvimento da agricultura familiar, essa necessidade seria somente para os agricultores minifundiários, pois os demais teriam condições de se desenvolver mesmo com a recuperação das RLs.

Os minifúndios representam 65% do total de imóveis rurais do país e detêm apenas 8% da área total dos imóveis¹. Ou seja, mais de dois terços dos imóveis rurais brasileiros são inviáveis economicamente

para as práticas agrícolas comuns. É um sério problema fundiário que não se resolverá com a flexibilização da legislação ambiental. A liberação das áreas de RL a fim de tornar os minifúndios economicamente viáveis só faria algum sentido se a área liberada fosse suficiente para que tais imóveis superassem a condição de minifúndio, o que não será o caso. No Brasil, os minifúndios somam 3,4 milhões de imóveis e detêm uma área de 48,3 milhões de hectares. Para tirá-los dessa condição, ou seja, garantir que esses imóveis tenham, no mínimo, um módulo fiscal, seriam necessários 76 milhões de hectares adicionais. A liberação das áreas de RL para esses imóveis adicionaria somente 17 milhões de hectares. Dos mais de 5,5 mil municípios brasileiros, somente 232 conseguiriam superar a condição de minifúndios de seus imóveis com a liberação da RL. Portanto, não seria a flexibilização do Código Florestal que resolveria a situação dos minifúndios no Brasil.

Além disso, a proposta de isenção das RLs tem como pressuposto o uso dessas áreas para a exploração agropecuária convencional, a qual apresenta, geralmente, baixo valor por área, não sendo, portanto, a solução para agricultura familiar. As RLs podem ser exploradas economicamente, desde que seja de maneira sustentável. Atividades de uso sustentável das RLs podem ser alternativas mais vantajosas para o agricultor familiar do que desmatar as áreas para uso convencional do solo. São atividades ambientalmente mais adequadas, preservando o solo e permitindo seu uso permanente, além de promover uma diversificação da produção, o que pode levar mais segurança econômica ao produtor. Apre-

sentam também a vantagem de serem sistemas intensivos em mão-de-obra, consistindo, portanto, num potencial gerador de empregos e de desenvolvimento da agricultura familiar. Com tecnologia adequada, essas atividades podem ser bastante rentáveis e apresentar rendimentos por área mais elevados do que a agropecuária convencional.

Os estabelecimentos agropecuários, sobretudo a pequena propriedade familiar, deveriam ser incentivados a conservar e recuperar suas reservas legais de forma a auferir rendimentos mediante o uso sustentável da floresta.

O debate atual sobre o Código Florestal põe em evidência os conflitos existentes entre a questão ambiental e o modelo agrário predominante no país, baseado na concentração fundiária associada à agricultura monocultora de grande escala e à pecuária extensiva. Esse modelo, por ser de baixo valor por área, induz à exploração máxima da área disponível, levando à exaustão da terra. As RLs, além de constituírem um importante mecanismo de proteção do meio ambiente, apresentam um considerável potencial econômico e social. O potencial econômico está relacionado à capacidade de aumentar o rendimento dos estabelecimentos agropecuários por meio de uma estratégia de recuperação das áreas degradadas associada à exploração sustentável dos recursos naturais em regime de conservação. O social está vinculado ao fato de permitir formas de exploração econômica da terra mais adequadas à agricultura familiar, promovendo assim incrementos de renda de forma distributiva e sustentável. **i**

Regina Sambuichi é técnica de Planejamento e Pesquisa do Ipea.
Fabio Alves é gestor de políticas públicas em exercício no Ipea.

Retorno

Recursos investidos na Embrapa geraram lucro de R\$ 18,16 bilhões



Stock

Os recursos investidos na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em 2010 trouxeram um retorno de R\$ 18,16 bilhões à sociedade brasileira. Como sua receita líquida, no ano passado, foi de R\$ 1,94 bilhão, para cada real aplicado foram gerados R\$ 9,35.

O levantamento levou em conta os impactos de 110 tecnologias e 140 culturas desenvolvidas e transferidas à sociedade. Um dos destaques foi a descoberta de uma mutação genética natural em ovelhas da raça Santa Inês. Tal alteração é capaz de aumentar em até 82% a ovulação, fazendo com que as fêmeas tenham 58% mais crias.

Outra tecnologia que deve estar acessível à população em breve é a WebAgrítec. Trata-se de uma ferramenta de internet que vai ajudar o agricultor no planejamento e acompanhamento de sua cultura.

Estudo

Competitividade no cenário mundial

A Fundação Dom Cabral (FDC) divulgou, em maio, o Índice de Competitividade Mundial 2011 (World Competitiveness Yearbook), desenvolvido em parceria com o International Institute for Management Development (IMD). De acordo com o estudo, o Brasil está menos competitivo no cenário internacional, perdendo seis posições no ranking global de competitividade, ocupando atualmente a 44ª posição.

O relatório analisou vinte subfatores. Desses, quatro se destacaram. Nos quesitos mercado de trabalho e investimento internacional, o país avançou. No entanto, em produtividade e eficiência e preços, há retrocesso das condições competitivas nacionais.

A classificação do Índice de Competitividade Mundial 2011 é baseada em pesquisas com 331 indicadores quantitativos e qualitativos, agrupados em quatro fatores de competitividade. São eles desenvolvimento econômico, eficiência governamental, eficiência de negócios e infraestrutura. Os dados são utilizados como ferramenta para determinar planos de investimento e tributação local, orientar decisões políticas dos governantes e compreender o mecanismo da competitividade em todo o mundo.



Stock

Gestão

Estratégia de Saúde da Família é premiada pela Enap

Elaborada pelo Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde, a Estratégia de Saúde da Família venceu, no final de abril, o 15º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal. O prêmio é promovido anualmente pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e pelo Ministério do Planejamento.

O trabalho vencedor compilou os resultados das experiências de atendimento do programa, que começaram em 1994. O Saúde da Família recebe recursos do governo federal e atende a municípios com, no máximo, quatro mil habitantes. As equipes são compostas por um médico, um enfermeiro, um técnico de enfermagem e agentes comunitários.

Indicador

Protec lança contador virtual do setor tecnológico

O déficit tecnológico e o risco de desindustrialização do país foram temas do 10º Encontro Nacional de Inovação Tecnológica, promovido pela Sociedade Brasileira Pró-Inovação Tecnológica (Protec), em maio deste ano, em São Paulo.

Para dar mais visibilidade à questão, a Protec lançou, durante o evento, o “deficitômetro tecnológico”, contador virtual disponível no

site www.deficitometrotecnologico.org.br. Registra em tempo real o saldo negativo do Brasil nas áreas de alta e média-alta intensidade tecnológica e nos serviços tecnológicos.

De 1996 a 2006, o saldo negativo do Brasil em tecnologia foi de US\$ 20 bilhões por ano. Em 2008, chegou a US\$ 40 bilhões, e, em 2010, o déficit tecnológico do país atingiu exorbitantes US\$ 85 bilhões.





Finep altera financiamentos para inovação tecnológica

O Programa Inova Brasil, da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), tornou-se mais abrangente. Ele tem por finalidade apoiar os planos de investimentos estratégicos em inovação das empresas brasileiras. Seus tópicos são detalhados em metas e objetivos pretendidos durante o período de tempo

do financiamento, em consonância com a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP). Seu público-alvo são médias e grandes empresas.

O programa agora possui três linhas de financiamento. São elas Inovação Tecnológica, Capital Inovador e Pré-Investimento.

Os prazos também mudaram. Antes os projetos eram apoiados por cem meses, com carência de vinte meses e, com os ajustes, podem ir até 120 meses e ter até 36 meses de carência, conforme a linha. As taxas de juros continuam de 4% a 8%. Mais informações no site da Finep: www.finep.gov.br.

Competitividade

Incentivo à articulação entre setor produtivo e institutos de pesquisa

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) anunciará as medidas da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP 2), em junho, que deverá se chamar Política de Desenvolvimento Competitivo (PDC). Apesar da PDC focar a indústria, as novas medidas vão gerar uma série de demandas a todos os atores do Sistema Nacional de Inovação, principalmente das empresas pelos serviços dos institutos de pesquisa. O governo concentrará esforços nos setores que enfrentam maior concorrência com as importações.

Muitos órgãos do governo, de ministérios a agências de fomento, estão envolvidos na elaboração da PDC. As medidas trarão ações de curto, médio e longo prazo, apontando o foco

do desenvolvimento produtivo brasileiro de 2012 a 2015. Os recursos serão provenientes do próprio orçamento federal, valor que também será anunciado em junho de 2011.

O MDIC estima que, em quatro anos, houve um crescimento de 70% nos recursos do governo aplicados em pesquisa, desenvolvimento e inovação, de R\$ 15,7 bilhões, em 2006, para R\$ 26,9 bilhões, em 2009.

As novas medidas contemplam os seguintes objetivos: inovação setorial, atração de investimentos para as empresas nacionais, integração de instrumentos do governo, adaptação dos textos dos editais na linguagem das empresas e análise de impacto dos projetos apoiados pelo governo.

Educação

MEC autoriza curso de formação em tecnologia social

Por meio da Resolução nº 21, de 9 de maio, o ministro da Educação, Fernando Haddad, autorizou o desenvolvimento do projeto Curso de Formação em Tecnologia Social. A proposta é implantar, de forma articulada e sistemática, novas formas de relação entre conhecimento, tecnologia e sociedade.

O curso será realizado na modalidade de educação a distância, no âmbito do Programa

Desenvolvimento da Educação Profissional. São beneficiários do projeto professores dos ensinos fundamental, médio, superior e tecnológico; educadores populares, gestores e agentes públicos.

A medida autoriza a assistência financeira para a realização da iniciativa pelo Instituto de Tecnologia Social (ITS), e contempla a preparação dos conteúdos, revisão e treinamento de tutores.

Fomento



Portaria regula recursos do FNDCT para o setor de TI

Por meio da portaria nº 344, de 24 de maio, o ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, estabelece procedimentos e ações para recolhimento e uso dos recursos depositados no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Trata-se da iniciativa destinada ao CT-Info, para o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor de Tecnologias da Informação (PADSTI).

A aplicação dos recursos destinados ao programa deverá observar os seguintes objetivos: fortalecer as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação, ampliar a capacidade de formação e capacitação de recursos humanos de níveis médio, superior e de pós-graduação, modernizar a infraestrutura de laboratórios das instituições de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação nacionais, e apoiar e fomentar projetos de interesse nacional.

POLÍTICAS SOCIAIS: ACOMPANHAMENTO E ANÁLISE, Nº 19

O periódico *Políticas Sociais: acompanhamento e análise* busca fornecer informações com conteúdo analítico e periodicamente atualizadas. A publicação materializa o resultado de um esforço permanente, da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do **Ipea**, em registrar e analisar de modo crítico a evolução de uma variedade de aspectos da atuação do governo federal.

Esta edição compreende nove capítulos, cobrindo as principais áreas de política social no governo federal (previdência social, assistência social, saúde, educação, cultura, trabalho e renda, desenvolvimento rural, igualdade racial e igualdade de gênero), e aborda a evolução das políticas e dos programas federais de janeiro de 2009 a setembro de 2010, bem como os fatos mais



relevantes – inovações legislativas, mudanças institucionais, conferências e fóruns etc. – ocorridos no período.

PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS (PPP) Nº 35

Esta edição da *PPP* aborda assuntos como agricultura familiar, a Política Nacional do Meio Ambiente em municípios, análise dos desequilíbrios cambiais no Brasil na década de 1990, o desenvolvimento territorial de Petrolina (PE), experiências de programas de enfrentamento da pobreza em São Paulo e Belo Horizonte, a matriz elétrica do Pará, a relação entre desigualdade de renda e nível de renda *per capita* nos estados brasileiros e os ciclos políticos orçamentários do Ceará. Há também um texto em espanhol sobre os fluxos de emprego no setor industrial colombiano.

PESQUISA E PLANEJAMENTO ECONÔMICO (VOLUME 40, NÚMERO 3)

A *Pesquisa e planejamento econômico* (PPE) é uma publicação quadrimestral. Apresenta análises teóricas e empíricas sobre problemas econômicos elaboradas por pesquisadores do **Ipea** e de outras instituições. A PPE é editada nos meses de abril, agosto e dezembro. Teve início em 1971, sob o título *Pesquisa e Planejamento*.

Com 15 artigos, o volume 40 da PPE aborda assuntos como o efeito da desoneração fiscal de não residentes sobre a curva de juros brasileira, as intervenções do Banco Central e a previsibilidade da taxa de câmbio, os efeitos da política

BRASIL EM DESENVOLVIMENTO 2010 – ESTADO, PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS (VOLUMES 1, 2 E 3)

A publicação apresenta análises, investigações e proposições sobre aspectos da realidade social, econômica, política e institucional do Brasil. Os estudos são focados nos acontecimentos que marcaram a vida nacional em 2009 e 2010. Ao todo, os três volumes possuem cinco partes temáticas: a) padrões recentes do gasto público federal e para instrumentos de política econômica utilizados para resistir aos impactos da crise internacional; b) avaliação de políticas setoriais específicas implementadas com vistas à competitividade do país, bem como avaliação dos ganhos possíveis em inovação tecnológica; c) dimensão e opções do engajamento recente do país no cenário das relações políticas internacionais; d) democratização e consolidação de valores republicanos dentro do Estado a partir da abertura crescente de espaços institucionais à participação da sociedade civil; e) investigações críticas e propositivas sobre o uso de métodos de avaliação de políticas públicas.

monetária na economia brasileira, os efeitos distributivos do salário mínimo no mercado de trabalho brasileiro e o potencial criador de emprego e renda na atividade de turismo.

GLOBALIZAR A SOLIDARIEDADE: EM DEFESA DA TAXAÇÃO DOS FLUXOS FINANCEIROS

Organizado por um grupo de pesquisadores do **Ipea**, o livro procura realizar um panorama das diferentes propostas de taxação dos fluxos de capitais, bem como refletir sobre a viabilidade e a necessidade de o Brasil avançar na introdução da Taxa Solidária Global.

ÍNDICE DE EXPECTATIVAS DAS FAMÍLIAS (IEF) Nº 9

O indicador aponta a percepção das famílias para o futuro próprio e da economia brasileira. Traz perspectivas dos entrevistados para decisões sobre consumo, condição financeira passada e futura, mercado de trabalho, endividamento e condições de quitação de dívidas.

TRAÇANDO NOVOS RUMOS: O BRASIL EM UM MUNDO MULTIPOLAR

O livro, fruto de uma cooperação entre o **Ipea** e a Foresight (fórum internacional do Deutsche Bank e do Policy Network, duas organizações europeias), reúne 15 artigos, divididos em três partes: trajetórias do crescimento sustentável; tensões internas e coesão social; e autonomia da era da independência. A obra levanta a discussão sobre o papel do Brasil como ator-chave no cenário mundial no século 21.

Os artigos são assinados por Marcio Pochmann, Nelson Barbosa, Glauco Arbix, Maurício Tolmasquim, André Singer, Jorge Abrahão de Castro, Rubens Barbosa, entre outros.

RADAR: TECNOLOGIA, PRODUÇÃO E COMÉRCIO EXTERNO Nº 13

O boletim é uma publicação bimestral com artigos sobre temas relacionados à produção, inovação tecnológica, infraestrutura, regulação econômica e comércio exterior.

MERCADO DE TRABALHO Nº 46

O boletim publica um panorama geral do funcionamento do mercado de trabalho metropolitano em 2010, comparando os principais indicadores com os observados em anos imediatamente anteriores. Traz ainda notas técnicas e a seção Economia Solidária e Políticas Públicas. Esta explora um tema pouco usual nas discussões sobre mercado de trabalho: a prevenção da violência.

A LONGA TRANSIÇÃO RUSSA

O livro *Uma longa transição: vinte anos de transformações na Rússia*, lançado pelo **Ipea** em junho, busca realizar um exame abrangente sobre o país, a partir da queda do regime socialista, em 1991. A Rússia vive, desde então, uma mudança rumo a uma economia de mercado, tendo enfrentado diversas crises ao longo do tempo.

A obra é resultado de pesquisa organizada pela Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais do Instituto. O trabalho teve início com estudos sobre a internacionalização de empresas e geopolítica do petróleo e gás na Rússia, realizados pelos pesquisadores André Pineli Alves e Giorgio Schutte, ambos do **Ipea**. A esta investigação inicial juntaram-se acadêmicos de outras instituições, como Gabriel Pessin Adam (UFRGS), Angelo Segrillo (USP) e Lenina Pomeranz (USP).

Entre os temas analisados no livro figuram a relação atual da Rússia com os países que constituíam a antiga União Soviética, a indústria do petróleo e gás, planos de modernização da economia, a expansão internacional de suas empresas e a política interna com a divisão de poderes entre o presidente Dmitri Medvedev e o primeiro-ministro Vladimir Putin.



OS FRUTOS DO REFLORESTAMENTO DE NOSSAS COMUNIDADES – Esta é a foto de Deyling, um jovem participante de um projeto de reflorestamento e educação ambiental no interior da Nicarágua. Ele nos mostra o trabalho de 150 voluntários jovens que cultivam mudas de árvores nativas e frutíferas e as distribuem gratuitamente às comunidades rurais. Mais de 15 mil mudas já foram distribuídas na região de Nagarote.

Como você vê o desenvolvimento? Como retratar uma face humana do desenvolvimento? Como os programas e iniciativas do desenvolvimento melhoram a vida das pessoas? A Campanha Mundial de Fotografia *Humanizando o Desenvolvimento* busca mostrar e promover exemplos de pessoas vencendo a luta contra a pobreza, a marginalização e a exclusão social. Chamando-se a atenção para os sucessos obtidos, a campanha pretende contrabalançar as imagens frequentes que mostram desolação e desespero. Uma galeria de fotos será permanentemente localizada no escritório do IPC e será aberta para visitação pública. Uma série de exposições fotográficas também será organizada em diversas cidades ao redor do mundo.

Nós temos o prazer de anunciar as 50 fotos selecionadas pela campanha. Nós gostaríamos de agradecer aos participantes de mais de 100 países que nos enviaram suas fotos e



Sarah Proescher

suas histórias, e compartilharam sonhos e desafios. Nós agradecemos as instituições parceiras e membros do Comitê de Seleção por suas contribuições para a campanha. Todos vocês tornaram a campanha uma realidade

e nos ajudaram a destacar e promover o desenvolvimento através de novas lentes. Parabéns aos participantes.



Visite o site e veja algumas das fotografias da campanha: <http://www.ipc-undp.org/photo/>